



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 144

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 12 de julho de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva (substituída no decorrer da sessão pela Sra. Deputada Bárbara Chaves) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- **Voto de Saudação pela conquista do título de Campeão Europeu de Futebol pela Seleção Portuguesa de Futebol.**

Feita a apresentação pela Sra. Presidente da Assembleia o voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pelo 1.º Centenário da Ouvidoria da Povoação.**

Após a apresentação pela Sra. Deputada Benilde Oliveira (*PS*), usou da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), tendo o mesmo posteriormente sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pela conquista do título de campeões nacionais na categoria de Singulares-Homens por Alexandre Cabral e de Pares-Homens por Alexandre Cabral e Leandro Andrade.**

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*) e de ter usado da palavra para intervir o Sr. Deputado Humberto Melo (*PSD*).

- **Voto de Congratulação pelos títulos de campeão nacional e vice-campeão nacional obtidos pelos atletas Rui Dowling e Lício Silva do Clube Naval da Horta no Campeonato Nacional da Classe Access de 2016.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Lício Rodrigues (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal e à sua atleta Raquel Andrade pela conquista dos Nacionais Individuais de Juniores Femininos de Ténis de Mesa.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo pela vitória sobre o Sport Lisboa Benfica que levou à conquista do título de Campeão Nacional de Voleibol da Divisão de Elite.**

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Berto Messias (*PS*);

- **Voto de Congratulação pelo prestigioso título conquistado pela Associação de Jovens da Fonte do Bastardo.**

Apresentado pela Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pelo vigésimo quinto aniversário do Lions Clube de Nordeste.**

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Cecília Pavão (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pelos 25 anos do Lions Clube do Nordeste.**

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*);

- **Voto de Saudação pela revalidação do título de campeão nacional, da Liga Feminina de Basquetebol – 2016, alcançado pelo Clube União Sportiva.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Ricardo Cabral (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida (*PSD*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Marcolino Candeias.**

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Marcolino Candeias.**

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Teixeira de Melo.**

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*);

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Teixeira de Melo.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Engenheiro João Domingos Pedro Taveira.**

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*), usou da palavra a Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão açoriano Duarte Miguel da Silveira do Canto Tavares.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Renato Cordeiro (*PSD*), pediu a palavra para intervir o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

De seguida, apresentou uma Declaração Política a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), tendo participado no debate os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Maurício (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Aníbal Pires (*PCP*), bem como a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Após o Período de Tratamento de Assuntos Políticos entrou-se diretamente na Agenda da Reunião com a **Proposta de Resolução n.º 13/X – “Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2014”.**

Após a apresentação do relatório pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*), usaram da palavra para participar no debate as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*), Graça Silveira (*CDS-PP*), os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), António Marinho (*PSD*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Apesar de ter sido retirado o ponto dois da Agenda – [Pergunta com resposta escrita transformada em resposta oral ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PPM – pelo facto da Sra. Presidente não ter aceite a sua admissão, o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) apresentou recurso.

Após a fundamentação do recurso, usou da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), António Marinho (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação, o recurso apresentado foi rejeitado.

Findo este ponto, iniciou-se a discussão sobre a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 68/X – “Cria o Comissariado dos Açores para a Infância”](#).

Feita a apresentação pela Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*), pediram a palavra para intervir no debate as Sras. Deputadas Ana Espínola (*CDS-PP*), Graça Silva (*PS*) e o Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 31 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos começar pela chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes
Deputados/as:*

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz Costa

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 39 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

A nossa manhã de trabalhos está reservada ao PTAP conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes ontem.

O primeiro voto a ser apresentado será lido por mim e é um Voto de Saudação à Seleção Portuguesa de Futebol.

VOTO DE SAUDAÇÃO

Este fim de semana Portugal escreveu a ouro, prata e bronze o seu nome na história do Desporto sagrando-se campeão e vice campeão em diferentes modalidades do Atletismo. A cereja no topo do bolo, foi colocada pela seleção portuguesa de futebol que conquistou, no passado domingo, o Campeonato Europeu de Futebol.

Desde 1966 que Portugal procurava o seu lugar na história do desporto rei, encontrou-o numa vitória que é fruto da união, da dedicação, do crer, mas sobretudo da vontade em demonstrar as qualidades do nosso povo.

Os açorianos apoiaram, desde o início, esta seleção acreditando na qualidade dos seus jogadores e na determinação do seu selecionador estando orgulhosos por ver um filho da nossa terra ser Campeão Europeu de Futebol, Eliseu Pereira dos Santos. O sucesso desta equipa deve ser encarado como um exemplo de união, companheirismo e determinação, valores que devem prevalecer nas gerações vindouras.

Milhares de portugueses entoaram o Hino Nacional, receberam de forma festiva os nossos campeões, deram um exemplo de civismo extraordinário, contribuindo, desta forma, para uma conquista que é de todos e dando ainda mais brilho e cor a este momento da nossa história.

O apoio demonstrado por todos os países que falam a língua portuguesa e pelas comunidades de emigrantes, espalhadas pelo mundo, reforçou a consciência de uma Nação grandiosa e da resiliência do seu povo.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Saudação pela conquista do título de Campeão Europeu de Futebol pela Seleção Portuguesa de Futebol.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, à Federação Portuguesa de Futebol, a toda a equipa técnica, bem como a todos os jogadores da Seleção Nacional.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2016.

Os Líderes Parlamentares, Berto Messias, António Marinho, Artur Lima, Zuraída Soares, Aníbal Pires e Paulo Estêvão

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(Aplausos da câmara)

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade e aclamação.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, passamos agora aos votos de congratulação.

O primeiro é apresentado pelo Partido Socialista e é um voto de congratulação ao primeiro centenário da Ouvidoria da Povoação.

Tem a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

1.º Centenário da Ouvidoria da Povoação

No passado dia 24 de abril, a Ouvidoria da Povoação celebrou o seu 1.º Centenário de existência.

A Ouvidoria foi criada no dia 24 de abril de 1916, por Sua Excelência Reverendíssima D. Manuel Damasceno da Costa, a fim de poder “*com maior facilidade e eficácia exercer a sua missão pastoral na vasta ilha de São Miguel por intermédio dos Reverendos Ouvidores que melhor poderão também cumprir os graves encargos, que lhes estão inerentes; e ainda porque mais favorecidos ficam o Clero e os Fiéis em todos os serviços.*”

Por estes motivos, o senhor Bispo elevou a sete as Ouvidorias da ilha. A 3.ª delas seria constituída por: Ribeira Quente, Furnas, Nossa Senhora Mãe de Deus, Lomba do Loução, Faial da Terra e Água Retorta. Logo no dia seguinte, 25 de abril de 1916, foi passada Provisão de Ouvidor para a 3.ª ouvidoria da ilha de São Miguel ao Padre Ernesto Jacinto Raposo, nascido na Lomba do Pomar, a 12 de dezembro de 1875, e falecido a 11 de setembro de 1940.

Depois do Pe. Ernesto, foram Ouvidores: Monsenhor João Maurício de Amaral Ferreira, nascido na Povoação a 22 de setembro de 1914 e falecido a 20 de maio de 1977; Padre José Fernandes de Medeiros,

nascido no Faial da Terra a 12 de novembro de 1932; Padre Silvino Amaral, nascido na Povoação a 5 de fevereiro de 1934; Padre Octávio Henrique Ribeiro de Medeiros, nascido na Povoação a 27 de dezembro de 1944 e o atual, Padre Ricardo Manuel Melo Pimentel, nascido em Rabo de Peixe a 4 de março de 1979.

A Equipa sacerdotal da então criada Ouvidoria, além do Ouvidor, Pároco da Matriz da Povoação, era constituída pelos sacerdotes: Pe. Dionísio Moniz de Almeida (Povoação); Padre Manuel José Teixeira (Lomba do Loução); Padre Manuel de Sousa Resendes (Água Retorta); Padre Urbano Pacheco de Melo (Faial da Terra); Padre Ângelo de Amaral (Ribeira Quente); Padre José Jacinto Botelho (Furnas).

Desde então até hoje, muitos outros se lhes seguiram no trabalho pastoral, sendo de elementar justiça reconhecer o contributo de todos para o crescimento e grandeza da Ouvidoria da Povoação.

A celebração do 1.º Centenário contou com um programa específico, do qual se destacou a realização de uma Missa Solene presidida pelo Sr. Padre Doutor Hélder Fonseca Mendes, Vigário Geral da Diocese, em representação do Sr. Bispo de Angra e a Procissão dos Padroeiros (N.ª S.ª da Penha de França – Água Retorta; N.ª S.ª da Graça – Faial da Terra; N.ª S.ª dos Remédios – Lomba do Loução; N.ª Sr.ª Mãe de Deus – Padroeira da Ouvidoria da Povoação; Sant’Ana – Furnas; São Paulo – Ribeira Quente).

No entanto, importa referir que as comemorações do centenário começaram a 21 de janeiro do corrente ano com a despedida da Imagem da Virgem Peregrina, na Lomba do Botão.

Posteriormente, no dia 30 de janeiro, no âmbito das festas de Nossa Senhora D’Alegria, foi apresentada a medalha comemorativa do

Centenário e realizado, na Igreja Paroquial das Furnas, um concerto do Orfeão Nossa Senhora do Rosário da Lagoa.

Já em março, realizou-se um fim-de-semana de reflexão dedicado aos jovens e um concerto pela Academia Musical da Povoação na Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios.

As celebrações continuaram, no dia 26 de maio, com a realização da principal festa da Ouvidoria da Povoação: a Solenidade do Corpus Christi.

Tais festividades, graças às novas tecnologias e ao empenho de vários colaboradores do Gabinete de Comunicação e Imagem da Câmara Municipal da Povoação, têm chegado aos quatro cantos do mundo, onde milhares de açorianos, e povoacences em particular, tiveram oportunidade de ver os diversos diretos, vídeos e fotografias que foram sendo disponibilizados.

Importa ainda salientar que, antes do termo das celebrações, está prevista a apresentação de um livro, da autoria do Padre Octávio Medeiros, sobre a Ouvidoria da Povoação, que, seguramente, configurará um registo histórico de inegável valor.

Por fim, o encerramento das comemorações acontecerá no mês de novembro com a realização da Festa de Santa Cecília.

100 anos em prol da comunidade é merecedor do reconhecimento e agradecimento público de todos aqueles, crentes ou não, que conduzem as suas vidas com respeito pelo próximo e na permanente ajuda de quem mais precisa.

Neste 1.º Centenário da Ouvidoria é justo salientar o papel desenvolvido por esta, principalmente, durante os períodos mais difíceis para a

população, designadamente, por altura das cheias na Vila da Povoação em 1996 e as derrocadas na Ribeira Quente em 1997.

Perante as dificuldades, a dor e sofrimento da população, a Igreja teve sempre uma palavra de esperança e foi um porto de abrigo para aqueles que ficaram sem nada.

100 anos é uma efeméride sempre digna de registo, sendo que no caso em concreto não nos podemos limitar ao mero registo, impõe-se agradecer o trabalho desenvolvido e desejar que continue sempre a espalhar o Bem.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo 1.º Centenário da Ouvidoria da Povoação.

Do presente Voto deve ser dado conhecimento à Ouvidoria da Povoação e à Diocese de Angra.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2016.

Os Deputados Regionais, Benilde Oliveira, Berto Messias, Miguel Costa e Arlinda Nunes

Muito obrigada.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O PSD associa-se com grande entusiasmo a este voto apresentado pelo Partido Socialista na medida em que ele é o reconhecimento do importante e decisivo papel da igreja católica na vida das nossas

comunidades, um papel que passa pela intervenção social da igreja, designadamente em situações de grande dificuldade e até mesmo de catástrofe.

Diria que não apenas nas circunstâncias das cheias de 1996 e das derrocadas da Ribeira Quente de 1997, mas também aquando de grandes crises sísmicas, designadamente em agosto de 32 e abril de 35, e sobretudo em junho de 1952 quando o concelho da Povoação foi assolado por uma grave crise sísmica. Durante o período de um mês registaram-se então mais de 70 eventos sísmicos, alguns deles com uma intensidade superior aos graus VII e VIII da Escala Modificada de Mercalli.

Numa altura em que pelas circunstâncias da nossa insularidade, do nosso isolamento e também do esquecimento a que nos votava o Estado Novo não havia intervenção estatal, intervenção pública suficiente para acudir às grandes dificuldades das populações e foi a igreja que se prontificou para acudir naturalmente os mais necessitados.

Associamo-nos também a este voto, porque implicitamente ele faz o preito para com a importante tarefa desenvolvida, porque ao longo destes 100 anos exerceram responsabilidades maiores na Ouvidoria, designadamente Monsenhor João Maurício Amaral Ferreira, em sua memória, e ao Padre José Fernando de Medeiros, que graça a Deus continua no convívio com nós todos para grande satisfação dos povoacenses que reconhecem uma obra grande que ele efetivamente foi continuador e obreiro naquele concelho e que ainda hoje todos os povoacenses lhe reconhecem prestando em tributo a sua amizade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é também apresentado pelo PS e refere-se aos feitos conquistados por dois atletas do Clube Atlético de Rabo de Peixe no Campeonato Nacional de Badminton.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

No passado dia 05 de junho de 2016, os atletas do Clube Atlético de Rabo de Peixe Alexandre Cabral e Leandro Andrade sagraram-se campeões nacionais na categoria de Pares-Homens do Campeonato Nacional de Seniores de Badminton, tendo Alexandre Cabral se sagrado igualmente Campeão Nacional na categoria de Singulares-Homens.

Para se perceber o significado do alcançar destes títulos por estes jovens, tomámos a liberdade de usar as palavras de um dos seus treinadores, Pedro Fernandes, quando diz e passo a citar: “Estes dois jovens sabem a dureza que foi chegar até aqui... Mas quando falo da dureza não falo dos treinos, porque esta é a parte do dia mais agradável. São jovens, mas trabalham como homens maduros, rompem as ondas do oceano Atlântico de noite e de dia, usam redes para apanhar o peixe que dá sustento à família, como se de um jogo de badminton se tratasse. Chegar perto da rede para executar um encosto, um ataque e ganhar o ponto, vencer o set

e acabar um jogo. Estar alerta, contrariar as dificuldades que vão aparecendo em terra e no mar, faz destes dois atletas uns autênticos guerreiros de uma batalha onde o verbo sobreviver está sempre presente.”
Fim de citação.

Pela primeira vez, os Açores conquistaram, assim, e graças a estes notáveis jovens, títulos nacionais nesta modalidade, no Campeonato que se realizou no Centro de Alto Rendimento das Caldas da Rainha. Alexandre Cabral e Leandro Andrade provaram que, com muito trabalho, muito esforço e muita perseverança, se consegue alcançar qualquer objetivo e ser um exemplo para muitos atletas.

Sendo, hoje, uma referência na modalidade na Região, Alexandre Cabral e Leandro Andrade possibilitaram, com estas vitórias, a promoção do badminton na Região e, dessa forma, a projeção da atividade física e dos hábitos de vida saudáveis.

Pela conquista do título de campeões nacionais na categoria de Singulares-Homens por Alexandre Cabral e de Pares-Homens por Alexandre Cabral e Leandro Andrade, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe, nos termos regimentais aplicáveis, um Voto de Congratulação e que do mesmo seja dado conhecimento aos atletas e às suas famílias, bem como ao Clube Atlético de Rabo de Peixe.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2016

Os Deputados Regionais, Catarina Moniz Furtado, Berto Messias, Miguel Costa e Arlinda Nunes

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Humberto Melo tem a palavra.

(*) **Deputado Humberto Melo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o Partido Social Democrata associa-se com todo o gosto a este voto, relevando sobretudo o exemplo que estes jovens representam para a juventude, um exemplo de dedicação, de trabalho e de que com esforço se vence.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação aos resultados alcançados no Campeonato Nacional de Access 2016. É apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Resultados alcançados no Campeonato Nacional Access 2016

Decorreu em Viana do Castelo, nos passados dias 24, 25 e 26 de junho, o Campeonato Nacional da Classe Access 2.3, com organização do Clube de Vela de Viana do Castelo e os apoios da Associação Regional de Vela do Norte, da Associação Nacional da Classe Access, da Câmara

Municipal de Viana do Castelo, da Administração do Porto de Viana do Castelo e da Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos S.A.

O Clube Naval da Horta participou neste campeonato com três atletas - Rui Dowling, Lício Silva e Libério Santos, acompanhados pelo treinador João Duarte e pelos assistentes Nuno Brum e Diogo Nunes.

Os resultados conseguidos neste campeonato foram excelentes. Rui Dowling sagrou-se campeão nacional e Lício Silva vice-campeão nacional, pelo segundo ano consecutivo. Quanto a Libério Santos confrontou-se com enormes problemas técnicos no seu barco e terminou a prova numa honrosa décima posição da geral.

O Clube Naval da Horta, para além do sucesso que lhe é justamente reconhecido, é o único na Região com a modalidade de vela adaptada, através do projeto “Vela para Todos - Faial Sem Limites”, desígnio que une, desde 2011, este Clube e a APADIF-Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial. O Clube Naval da Horta tem mesmo a sua Escola de Vela certificada pela Federação Portuguesa de Vela para vela adaptada.

O projeto “Vela para Todos – Faial sem limites” tem uma vertente ocupacional e uma de competição e é um projeto que se tem consolidado e revelado de grande impacto social ao nível da integração de pessoas portadoras de deficiência e, na sua vertente mais competitiva, na formação de velejadores de grande qualidade e com assinaláveis resultados.

A vela adaptada tem ainda constituído uma oportunidade privilegiada para obter (ou manter) uma relação com os desportos aquáticos e com o mar, proporcionando momentos singulares a pessoas com mobilidade reduzida ou no âmbito da multideficiência, garantindo condições

materiais e humanas à acessibilidade e inclusão social dos seus praticantes.

Estes títulos nacionais são ainda uma ocasião para, mais uma vez, enaltecer o trabalho, esforço e dedicação destes atletas, dos seus treinadores, do Clube Naval da Horta, da APADIF e de todos os parceiros deste projeto.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelos títulos de campeão nacional e vice-campeão nacional obtidos pelos atletas Rui Dowling e Lício Silva do Clube Naval da Horta no Campeonato Nacional da Classe Access de 2016.

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento aos atletas, ao Clube Naval da Horta, à APADIF-Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial e à Federação Portuguesa de Vela.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2016.

Os Deputados Regionais, Luís Garcia, Luís Rendeiro, Bruno Belo, (assinatura ilegível), Paulo Ribeiro e Humberto Melo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Naturalmente que o Partido Socialista se associa a este Voto de Congratulação e também para informar a câmara que o Partido Socialista também irá apresentar um voto com o mesmo teor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal pelos resultados desportivos obtidos durante este mês de junho na modalidade de Ténis de Mesa.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal pelos Resultados Desportivos obtidos durante este mês de junho na modalidade de Ténis de Mesa

O Grupo Desportivo e Social do Juncal tem ao longo dos últimos anos conquistado um conjunto significativo de troféus na modalidade de ténis de mesa.

Fundado em 2002, depois de em 2001 ter iniciado, por via do Centro Social do Juncal, a prática daquela modalidade, hoje é uma das referências da prática do ténis de mesa na Região e no país, tendo, inclusivamente, atingido resultados merecedores de destaque em competições internacionais.

A atleta Raquel Andrade proveniente do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal alcançou a vitória no Campeonato Nacional de Iniciados - Juniores e Veteranos, que teve lugar no Pavilhão Municipal de Barcelos, nos passados dias 04 e 05 de junho. A atleta sagrou-se assim campeã nacional de ténis de mesa no escalão de juniores individuais.

Esta atleta constitui um exemplo para todos os jovens açorianos na superação dos grandes desafios.

Devemos orgulhar-nos destes desempenhos, que contribuem significativamente para a promoção da prática desportiva na Região e divulgação da nossa terra e cultura, a nível nacional e até internacional.

É com grande orgulho para os Praisenses em particular e para os açorianos em geral, acolher mais uma campeã nacional, uma jovem com talento, reconhecida por todos e detentora de diversos títulos nesta modalidade.

A atleta Raquel Andrade é também presença assídua na seleção nacional e faz parte de um grupo muito restrito de jovens promessas de alto nível. Isso eleva o nome dos Açores e mostra que com trabalho e sustentabilidade é possível afirmarmo-nos no exterior com jovens açorianos.

Também no Ténis de Mesa Feminino, o Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal venceu a Taça de Portugal, batendo numa final açoriana, o Toledos do Pico, no passado dia 12 de junho, no Centro de Alto Rendimento, em Vila Nova de Gaia, fazendo novamente história no ténis de mesa regional e nacional.

É importante realçar a aposta deste grupo desportivo na formação dos seus elementos. Uma formação que tem dado grandes frutos não só à escala regional, mas também a nível nacional. Neste sentido, devemos

também felicitar o presidente do clube, Roberto Andrade, e toda a equipa técnica pelo excelente trabalho que tem sido realizado até aqui.

A componente da formação é uma das bandeiras do Grupo Desportivo e Centro Social do Juncal. Temos de valorizar os projetos desportivos que apostam em jovens açorianos e que apostam forte na formação. Tem de ser esse o caminho.

Desejamos, assim, os maiores sucessos e esperamos que se concretizem de futuro todos os objetivos delineados, para que se continue a levar o nome do Juncal, da Praia da Vitória, da ilha Terceira e dos Açores aos quatro cantos do mundo.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprove um Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal e à sua atleta Raquel Andrade pela conquista dos Nacionais Individuais de Júniores Femininos de Ténis de Mesa, do qual deve ser dado conhecimento formal ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2016

Os Deputados Regionais, Domingos Cunha, Berto Messias e Arlinda Nunes

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo pela conquista do título de Campeão Nacional de Voleibol da Divisão de Elite.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À Associação de Jovens da Fonte do Bastardo pela conquista do título de Campeão Nacional de Voleibol da Divisão de Elite

A Associação de Jovens da Fonte do Bastardo é uma associação fundada a 21 de outubro de 1975. Tendo sido o principal objetivo da sua fundação o da promoção desportiva, cultural, recreativa e social da juventude em particular e do povo em geral daquela freguesia, em muito essa fronteira e esses objetivos já terão sido ultrapassados, sendo que talvez os seus fundadores inclusive, nem perspetivassem que o futuro reservasse ao clube feitos tão relevantes.

Com a vitória alcançada a 23 de abril de 2016 por 3-2 sobre o Benfica esta é a segunda vez que a Fonte do Bastardo conquista o Campeonato Nacional de Voleibol, depois do título que obteve na temporada de 2010/2011.

Num fervoroso ambiente, no Pavilhão do Sport Lisboa Benfica, decorreram os cerca de 155 minutos de intenso espetáculo necessários

para a equipa da Associação de Jovens da Fonte Bastardo derrotar, por 3-2, na finalíssima, o tricampeão Benfica.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Num jogo marcado pela intensa disputa de pontos, com um resultado imprevisível até ao último segundo, a equipa praiense, após conquistar o 2.º e 4.º parcial, conseguiu impor-se vencendo a “negra” no parcial 13 – 15. Uma vitória inesquecível e memorável sobre o Benfica para todos os jogadores, dirigentes e adeptos da Fonte Bastardo.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E do Benfica também!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os benfiquistas jamais esquecerão!

O Orador: Ao longo dos cinco jogos desta final, a Fonte de Bastardo demonstrou sempre competência, persistência, espírito de equipa e vontade de vencer, provando ser esta a fórmula certa para o sucesso desportivo frente a qualquer adversário, por mais forte que, à partida, pareça ser.

Este êxito é o culminar de um grande trabalho de muita gente, que trabalha arduamente para que a coletividade possa reforçar a sua posição no desporto regional, nacional e internacional. A alegria do título nacional reflete o brilho das conquistas desportivas alcançadas, pela Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, ao longo dos mais de 40 anos de existência.

A forma meritória como foi alcançado o Título de Campeão Nacional honra as cores da Associação de Jovens da Fonte Bastardo, e deve ser motivo de alegria para todos nós e também para todos quantos veem no desporto uma mais-valia para uma sociedade mais equilibrada, capaz de desenvolver os valores inerentes aos processos que garantem a funcionalidade e a reprodução das sociedades alicerçadas nesses valores,

e que têm por base as noções de sucesso e de progresso que todos defendemos. O Desporto é, portanto, fundamental para a formação e qualidade de vida dos cidadãos e da nossa sociedade.

Saudamos, assim, todos os jogadores, a equipa técnica liderada por Alexandro Afonso, que estando de saída fechou mais este ciclo do clube com chave de ouro e saudamos também os dirigentes da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, em particular a sua presidente Nélia Nunes, por mais esta conquista que honra a Região Autónoma dos Açores, fazendo votos de que a forma meritória como foi alcançado este título de Campeão Nacional sirva de motivação acrescida e de inspiração para todos os jovens e atletas da Região.

Acresce ainda sublinhar uma questão muito relevante. O projeto desportivo da Fonte do Bastardo não se resume à equipa de seniores masculinos de voleibol. A formação é também uma aposta forte deste Clube, quer pela prática desportiva regular que propicia a muitos jovens, quer pelas várias vitórias nas provas locais e regionais, quer ainda pela chamada de jovens às seleções nacionais.

Além dos méritos desportivos, reconhece-se também o mérito pelo trabalho de âmbito social e educativo desenvolvido em prol da comunidade onde se insere, contribuindo assim para a formação integral dos muitos praticantes da modalidade enquanto pessoas e enquanto cidadãos.

É, por isso, absolutamente admirável o trabalho desenvolvido numa pequena freguesia do concelho da Praia da Vitória, no meio do Atlântico, que é hoje uma referência do desporto nacional.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprove um Voto de Congratulação à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo pela vitória sobre o Sport Lisboa Benfica que levou à conquista do título de Campeão Nacional de Voleibol da Divisão de Elite, do qual deve ser dado conhecimento formal à Direção, ao Presidente da Assembleia Geral, à Câmara e Assembleia Municipal da Praia da Vitória, à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Fonte do Bastardo e à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2016

Os Deputados Regionais, Berto Messias, Miguel Costa e Arlinda Nunes

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se também ao título de Campeã Nacional da 1.º Divisão de Voleibol Masculino. É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Título de Campeã Nacional da Primeira Divisão de Voleibol Masculino

Há muito que nos habituámos a ouvir falar da freguesia da Fonte do Bastardo, na ilha Terceira e pelos melhores motivos. Os êxitos alcançados pela sua equipa masculina de voleibol!

A Associação de Jovens da Fonte do Bastardo deu mais uma alegria a todos os Açorianos, ao conquistar, no passado dia 23 de abril, no Pavilhão da Luz, o título de Campeã Nacional da Primeira Divisão de Voleibol Masculino, pela segunda vez na sua história.

Depois das vitórias alcançadas nos jogos realizados em casa e com os níveis de moral e confiança em alta, os Jovens da Fonte do Bastardo voltaram a sonhar e a acreditar que era possível trazer mais um título para a Praia da Vitória.

No quinto e derradeiro jogo da final da Divisão de Elite da 1.ª Divisão Nacional e numa deslocação sempre difícil ao terreno do seu adversário, o Sport Lisboa e Benfica, a Fonte do Bastardo gelou o Inferno da Luz ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e levou de vencida naquela que é chamada, a negra, na gíria de voleibol.

Bateu-se estoicamente, contra todas as previsões, na brilhante e inesquecível conquista do título, frente a um mítico adversário que é, certamente, um dos maiores clubes portugueses da modalidade.

Deputado Berto Messias (PS): Já foi mais!

A Oradora: Esta vitória foi o culminar de um trabalho de dedicação e empenho de muita gente. Da competência, persistência e espírito de equipa de atletas, equipa técnica, dirigentes e patrocinadores, que

encontraram a fórmula correta para o sucesso e para mais esta conquista que representa um dos maiores feitos da história do desporto açoriano.

À Associação de Jovens da Fonte do Bastardo ficará para sempre associado o nome do treinador Alexandre Afonso, que ao longo dos seis anos em que ali permaneceu, foi responsável pelo excelente percurso da equipa, levando-a à conquista dos dois campeonatos, em 2010/2011 e 2015/2016, à conquista da Taça de Portugal em 2013 e a várias presenças em finais.

É de realçar, também, o trabalho dos dirigentes da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, na pessoa da sua presidente Nélia Nunes, que não medem esforços na valorização do desporto açoriano e da modalidade em particular, contribuindo para a escrita de mais uma gloriosa página da história do desporto açoriano.

O PSD deseja que a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo continue na senda das vitórias e concretize os objetivos da sua patrocinadora oficial, Clélia Vicente, de conquistar a Europa, levando o nome dos Açores mais longe.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo prestigioso título conquistado pela Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, felicitando os atletas, equipa técnica, dirigentes, patrocinadores e toda a massa associativa, desejando-lhes muitos mais sucessos desportivos e que, do presente voto, seja dado conhecimento à sua direção e patrocinadores oficiais.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2016

Os Deputados Regionais, Luís Garcia, Luís Rendeiro, Bruno Belo, Judite Parreira e Paulo Ribeiro

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se aos 25 anos do Lions Clube do Nordeste. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Cecília Pavão.

Deputada Cecília Pavão (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25 Anos do Lions Clube de Nordeste

No passado dia 10 de junho foi comemorado o vigésimo quinto aniversário do Lions Clube de Nordeste, em Assembleia-geral festiva.

Este Clube foi fundado oficialmente a 28 de junho de 1991, apadrinhado pelo seu congénere da Povoação e integrando o Distrito 115 Centro Sul.

Foram muito justamente enaltecidas as ações desenvolvidas em prol da comunidade nordestense neste quarto de século. No âmbito da solidariedade, os convívios de idosos, a criação da loja social e a

distribuição de cabazes solidários. No campo da saúde, os rastreios de acuidade visual às crianças em idade escolar, o incentivo à dádiva voluntária de sangue e às boas práticas alimentares e de exercício físico.

Por outro lado, e como acontece noutros Clubes, o Lions Clube de Nordeste tem sido capaz de integrar jovens e de fomentar parcerias com as entidades locais. Conjuntamente com os Serviços Florestais do Nordeste e a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves desenvolveu atividades de sensibilização e voluntariado ambiental. Outra associação proveitosa foi levada a cabo com a Câmara Municipal consubstanciada no Roteiro Turístico e Cultural da Vila de Nordeste.

De salientar ainda as ações do Clube em causas fora do concelho como o apoio aos cidadãos afetados pelos fogos na Madeira; às vítimas do vulcão da Ilha do Fogo, em Cabo Verde; às famílias afetadas no Faial da Terra e o valioso contributo dado ao Banco Alimentar Contra a Fome.

Cada “Companheiro Leão” do Lions Clube de Nordeste confessa-se motivado a continuar a ação dos *Lions Clubs International*, iniciada há 99 anos nos Estados Unidos, com a nobre missão de dar poder aos voluntários para servir as suas comunidades e atender a necessidades humanitárias, fomentando a paz e promovendo a compreensão mundial.

Por ocasião das comemorações dos 501 anos do município de Nordeste, o Lions Clube de Nordeste foi distinguido com a Medalha de Mérito Municipal.

Pelo exposto, e nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo vigésimo quinto aniversário do Lions Clube de Nordeste.

Propõe-se que do mesmo seja dado conhecimento ao Lions Clube de Nordeste e ao Distrito 115 Centro Sul.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2016.

Os Deputados Regionais, Cecília Pavão, Berto Messias, Miguel Costa e Arlinda Nunes

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se também aos 25 anos do Lions Clube do Nordeste. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 25 anos do Lions Clube do Nordeste

Nasceu no concelho do Nordeste há 25 anos, em junho de 1991, por meritória iniciativa de cidadãos empenhados no desenvolvimento solidário da sua comunidade, como os fundadores resistentes João

Oliveira Carreiro, João Paulo de Chaves Bairos, José da Costa Medeiros e Victor Manuel Lopes de Sousa.

O seu padrinho foi o “clube mater” do movimento lionístico dos Açores – o Lions Clube de São Miguel, fundado em Ponta Delgada em 1979 – e os seus “irmãos mais velhos” eram os Lions Clubes de Vila do Porto e Vila Franca do Campo, ativos desde 1990.

Depois assistiu ao aparecimento dos atuais Lions Clubes de Lagoa, Maia, Rabo de Peixe, Terceira e Flores.

Hoje é parte importante de uma Região Açores com quase 300 companheiros associados a 9 clubes distribuídos por 4 ilhas.

E é parte significativa da maior organização mundial de clubes cívicos de serviço voluntário, que conta mais de 1,4 milhões de sócios de 46.000 clubes em 209 países dos cinco continentes.

Trata-se do Lions Clube do Nordeste.

Neste quarto de século de serviço lionístico, fez diferença e deixou marca para a qualidade de vida dos açorianos residentes no extremo nordeste da ilha de São Miguel.

Foi pioneiro local dos “Convívios de Idosos”, da “Loja Social” e dos “Cabazes Solidários”;

Faz promoção da saúde com rastreios à visão de crianças em idade escolar, com campanhas de dádivas benévolas de sangue, com ações de despiste de glicémia ou tensão arterial junto da população mais idosa;

Tanto desenvolve atividades de sensibilização e voluntariado ambiental, como distribui regularmente bens alimentares por quase uma centena de famílias carenciadas em todo o concelho.

O Lions Clube do Nordeste merece, por isso, uma palavra de felicitação pelo seu passado e de estímulo para o seu futuro, que aqui concretizamos

na pessoa da sua presidente no ano comemorativo Natália Barbosa de Abreu.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação pelos 25 anos do Lions Clube do Nordeste**, do qual deve ser dado conhecimento formal ao próprio Clube e ao Governador do Distrito 115 Centro Sul dos Lions Clubes de Portugal.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2016

Os Deputados Regionais, Luís Rendeiro, Luís Garcia, Bruno Belo e Cláudio Lopes

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de saudação ao Clube União Sportiva, Campeão da Liga Feminina de Basquetebol.

É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário:

VOTO DE SAUDAÇÃO

Clube União Sportiva

Campeão da Liga Feminina de Basquetebol

A equipa feminina do Clube União Sportiva sagrou-se no passado dia 1 de maio, bicampeã nacional da Liga Feminina de Basquetebol, trazendo pela segunda vez consecutiva este importante título para o seu brilhante palmarés e para a Região Autónoma dos Açores.

A equipa açoriana venceu com categoria a final disputada no Pavilhão Sidónio Serpa, em Ponta Delgada, garantindo assim, mais um título da maior e mais importante prova de basquetebol do País.

A revalidação do título para a equipa de S. Miguel de forma invicta é consequência do muito trabalho e muita dedicação de todas as atletas do clube, da mestria e do profissionalismo da equipa técnica e do esforço e da disponibilidade dos dirigentes do Clube União Sportiva.

Este sucesso alcançado deve-se em muito ao trabalho desenvolvido pelo Coordenador Técnico Açoriano, Ricardo Botelho, que levou as suas atletas à conquista do bicampeonato, mais uma vitória que em muito orgulha todas as Açorianas e Açorianos.

Uma referência especial ao seu Presidente, Sérgio Santos e a toda a sua equipa diretiva, que conseguiu gerir o clube com responsabilidade e competência e souberam dar todas as condições para que este momento histórico acontecesse em dois anos seguidos.

A juntar ao título de campeã, a exímia jogadora Ashley Bruner foi considerada, justamente, a melhor jogadora da Fase Final da Liga Feminina de Basquetebol.

Com apenas três anos de militância na principal Liga Portuguesa de Basquetebol, este segundo título do Clube União Sportiva ficará na história do Desporto Açoriano.

O palmarés do desporto regional ficou muito mais rico com esta relevante conquista da principal Liga Feminina de Basquetebol Nacional.

O Clube União Sportiva tem assumido por mérito próprio, como um dos mais importantes representantes do desporto açoriano, no país e na Europa.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do seguinte Voto de Saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária de julho de 2016, congratula-se com a revalidação do título de campeão nacional, da Liga Feminina de Basquetebol – 2016, alcançado pelo Clube União Sportiva.

Do presente Voto de Congratulação deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Clube União Sportiva, à Associação de Basquetebol de São Miguel e à Federação Portuguesa de Basquetebol.

Disse.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Horta, 12 de julho de 2016

Os Deputados Regionais, Ricardo Cabral, Berto Messias, Miguel Costa e Arlinda Nunes

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o PSD associa-se a este voto.

Efetivamente é um feito mais esta conquista do Clube União Sportiva como Campeão da Liga Feminina de Basquetebol.

Muito tem prestigiado este clube açoriano a Região Autónoma dos Açores nas diversas conquistas que tem alcançado quer ao nível do escalão principal de basquetebol, quer na formação de basquetebol também feminino e recentemente com os sub-19.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos votos de pesar.

O primeiro refere-se ao falecimento de Marcolino Candeias. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário:

VOTO DE PESAR

Falecimento de Marcolino Candeias, 1952-2016

Marcolino Candeias Coelho Lopes nasceu na freguesia das Cinco Ribeiras, Angra do Heroísmo, no dia 28 de agosto de 1952, tendo completado os estudos secundários na sua cidade natal. Participou desde muito jovem em atividades culturais e revelou-se como poeta, ainda estudante liceal publicou o seu primeiro livro, «*Por ter escrito amor*», com apenas 19 anos, em páginas académicas, e na «Glacial» (suplemento de artes e letras publicado no jornal “A União”, de Angra do Heroísmo, editado entre 1967 e 1974) que deu um contributo considerável à atividade literária nos Açores.

Marcolino Candeias é considerada uma das vozes mais importantes do grupo a que pertenceu – que, mais tarde, se convencionou chamar, a “geração glacial” –, fundamentalmente preocupado com os valores mais profundos relacionados com a sociedade, a liberdade, a democracia e o papel do homem neste contexto e que prestou um contributo considerável à atividade literária nos Açores.

Iniciou estudos superiores na Universidade de Coimbra. Nesta universidade obteve o bacharelato em Filologia Românica e, em seguida, a licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, com distinção.

Professor estagiário do ensino secundário foi assistente de Linguística na Universidade dos Açores e na Universidade de Coimbra.

O seu percurso profissional passou também pelo Canadá, onde permaneceu durante onze anos, tendo sido professor convidado (leitor) de Língua, Literatura e Culturas Portuguesa e Brasileira no *Département d'Études Anciennes et Modernes* da Universidade de Montreal, tendo sido também chefe da Secção de Estudos Portugueses e Brasileiros do mesmo departamento. No âmbito da sua atividade docente participou em vários

congressos e proferiu diversas conferências e palestras, designadamente, em Montreal.

Ainda nesta cidade esteve ligado à imprensa comunitária de língua portuguesa e desempenhou as funções de assessor e secretário executivo do conselho de administração da *Caisse d'Économie des Portugais de Montreal*, cooperativa de poupança e crédito fundada por emigrantes portugueses.

Regressou aos Açores em 1997.

Nas funções públicas que desempenhou, registam-se as de Diretor da Casa da Cultura da Juventude de Angra do Heroísmo – de setembro de 1997 a setembro de 1999; de Diretor Regional da Cultura – outubro 1999/agosto 2001; de Presidente do Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo – setembro de 2001/julho de 2005 e de Diretor da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH) - agosto 2005 / maio 2016.

Nesta qualidade, merecem destaque, de entre outras, a candidatura da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo a membro da UNAL (rede de bibliotecas associadas da UNESCO) tendo recebido, na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, em cerimónia pública de 15 de novembro de 2014, o certificado de membro da UNAL entregue pela Presidente da Comissão Nacional da UNESCO, Embaixadora Ana Martinho; foi autor do sítio *web* da mesma Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo e responsável pela respetiva produção gráfica, redação de conteúdos e colocação *online*; a implementação de um programa cultural destinado aos públicos infantojuvenis e adultos, do qual se destacam: o Projeto Itinerância de Conto, extensão cultural dos hábitos de leitura e de divulgação do livro, que envolveu todas as crianças

em idade escolar até ao 1.º ano do ensino básico e, em regime de voluntariado, aos seus docentes e pais e atividades na área da música, nomeadamente a realização de 10 edições de concertos de Natal da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.

Marcolino Candeias escreveu e publicou as obras “*Por ter escrito amor*” e “*Na distância deste tempo*”, editadas em 1989 e 2002, respetivamente.

Alguns dos seus poemas foram traduzidos para inglês e eslovaco.

Ao longo da sua vida participou em várias colaborações dispersas, entre as quais se salientam a *Semântica e sintaxe do português* com Michael Metzeltin; (Novalmedina) 1990, a Revista «Atlântida», edição do Instituto Açoriano de Cultura, a Revista «Vértice», de Coimbra e a Revista «Décima Ilha Açoriana», editada em Porto Alegre, Brasil. Foi, ainda, colaborador ativo do Suplemento literário «Glacial», do jornal “A União” e do Suplemento de Artes e Letras, do jornal “Diário Insular”.

Foi prefaciador de diversas obras, entre elas destaca-se o *Inventário do património imóvel da Madalena do Pico e Vila Nova do Corvo* – edição da Direção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura; *Emanuel: 50 anos de palavras (1952-2002)* – edição da Direção Regional da Cultura/Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo; *Tomás de Borba na história da música portuguesa do século XX: modernidade e tolerância*, de Duarte Manuel Gonçalves da Rosa – edição do Instituto Açoriano de Cultura.

A sua obra encontra-se identificada em várias antologias nacionais e internacionais.

Para além de autor de várias capas de obras literárias, através das quais revelou a sua sensibilidade artística, Marcolino Candeias foi também autor de estórias orais que relatam a visão de um antigo emigrante

terceirense de origem rural na Califórnia, Joe Canoa, e revelam também a sua capacidade de ator e improvisador. O Joe Canoa ficou seguramente na memória de muita gente e terá deixado descendentes junto de quantos o recriam atualmente.

O seu percurso, desde a vida académica, pautou-se pela contenda pela liberdade, tendo sido um dos açorianos que ajudou, desde longa data, a despertar ideias, alimentar conceitos e a enriquecer o conhecimento, quer através da obra que deixou publicada e na qual colaborou, assim como dinâmico divulgador da cultura e da implementação pelo gosto pela leitura, junto dos jovens.

Dele, guardaremos também a simplicidade, o modo afável com que abraçava os amigos, a eterna disponibilidade e a paixão que dedicou à ilha que o viu nascer e aos Açores.

Ditas as palavras que fundamentam este Voto, ficamos com um pequeno enxerto do poema “Breve Discurso aos Meus Amigos”:

*... Ah meus amigos meus inimigos
nós que inventámos a computação de bolso e o laser
nós que viajamos no imo do invisível
nós que fazemos a carambola com neutrões
nós que manipulamos a ADN como um castelo de Lego
nós mesmos que bordejamos as costas do cosmos
nós os que glorificamos
nós os que descreditamos
nós os que desacreditámos da democracia
e quisemos o mundo livre e melhor
nós que gravamos no perfeito absoluto da matéria
a perpetuidade do Hino à Alegria*

nós que operámos tanta maravilha.

...

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária de julho de 2016, a aprovação deste Voto de Pesar e que o mesmo seja dado conhecimento à sua mulher e filhos e à Secretaria Regional da Educação e Cultura, à Direção Regional da Cultura e à Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2016

Os Deputados Regionais, Domingos Cunha, Berto Messias, Miguel Costa e Arlinda Nunes

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar refere-se também ao falecimento de Marcolino Candeias. Desta feita é apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR**Marcolino Candeias**

*“A minha vida hoje é um ABC sem gosto
de um menino triste sem imaginação
puseram-me de castigo toda a manhã
por ter escrito amor no tampo da carteira”*

Os versos do primeiro poema de Marcolino Candeias, poema representativo para a sua geração, revelavam já a sua genialidade e o seu espírito aberto e livre.

Marcolino Candeias Coelho Lopes nasceu a 28 de agosto de 1952, na freguesia das Cinco Ribeiras.

Cedo revelou a sua paixão pela escrita, tendo sido no antigo Liceu de Angra do Heroísmo, que frequentou e onde concluiu o ensino secundário, que Marcolino Candeias se iniciou nas atividades culturais colaborando, numa primeira experiência, no Vida Académica, jornal estudantil.

Participou ativamente na vida cultural da sua ilha, tendo feito parte da “Geração Glacial” que se distinguiu no tempo da ditadura e passou a colaborar regularmente com o suplemento literário Glacial, página literária do jornal *A União*, responsável por um movimento de modernidade nos Açores.

Fez parte de uma geração de poetas que surgiu na ilha Terceira na década de setenta e que marcou de forma indelével a cultura e expressão literária açoriana. E, em 1971, publicou o seu primeiro livro de poesia com o título “Por ter escrito Amor”.

Partiu depois para Angola, onde cumpriu o serviço militar obrigatório como alferes miliciano do ramo da artilharia, em pleno período conturbado de descolonização.

Mas o gosto pelas letras fá-lo matricular-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no Curso de Filologia Românica, logo que regressa de Angola. Ao bacharelato em Filologia Românica segue-se a Licenciatura em Literaturas Modernas. Foi, depois, professor do ensino secundário e assistente universitário em Coimbra e nos Açores.

Em 1984 edita o livro “Na distancia deste tempo” quando iniciava uma nova fase da sua vida no Canadá, onde viveu durante onze anos, exercendo as funções de professor convidado de Língua e Literatura e Culturas Portuguesa e Brasileira na Universidade de Montreal.

Regressou a Angra, a sua cidade, em 1997. Foi, então, diretor da Casa da Cultura e dois anos depois, Diretor Regional da Cultura. Foi o último diretor do Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo e exerceu até ao fim dos seus dias as funções de diretor da Biblioteca e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.

Com dois livros de poesia publicados e uma colaboração dispersa em publicações portuguesas e estrangeiras, está representado em numerosas antologias poéticas.

Partiu no dia 1 de maio. A sua voz calou-se no Dia do Trabalhador. Perda notável de uma das vozes marcantes da poesia açoriana.

Não cantará mais odes a Angra, sua cidade! Mas a cidade de Angra jamais esquecerá a sua voz que ecoará para sempre no alto da memória de quantos o conheceram.

Do seu livro “Por ter escrito amor” publicado em 1971, versos do poema “Onde isto acaba começa a vida” dizem-nos que:

*“Onde acabam as ruas da cidade
Onde morre o fumo dos escapes
Onde se afogam os ruídos no silêncio
A própria morte é vida”*

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Marcolino Candeias, lamentando o desaparecimento de um dos maiores poetas do arquipélago e que deste voto seja dado conhecimento formal à sua família.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2016

Os Deputados Regionais, Luís Garcia, Luís Rendeiro, Bruno Belo, Judite Parreira e Paulo Ribeiro

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar refere-se ao falecimento de Carlos Teixeira de Melo. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de Carlos Teixeira de Melo

Nascido a 2 de junho de 1928, o senhor Carlos Teixeira de Melo, mais conhecido por Carlos Felícia, foi um homem que marcou a história da freguesia de Santo Amaro, da ilha do Pico e, porque não dizê-lo, também a dos Açores.

Agricultor, carpinteiro naval nos estaleiros de construção naval de Santo Amaro durante grande parte da sua vida; artesão; Presidente da Junta de Freguesia de Santo Amaro, durante 2 mandatos, entre 1979 e 1985; sócio fundador do Operário Futebol Clube, músico durante mais de 4 décadas e um dos fundadores da Filarmónica Recreio Santamarense, o senhor Carlos Teixeira de Melo emprestou sempre à sua vida política e cívica um dinamismo empreendedor de grande expressão, bem como um grande amor à terra e às suas pessoas.

Para além de todas estas atividades às quais se dedicou toda a vida, o senhor Carlos Teixeira de Melo foi também o responsável pelo tratamento de problemas de ossos e articulações de muitas pessoas que, nos mais variados momentos das suas vidas, de dia ou de noite, ao fim-de-semana ou durante os dias da semana, procuravam a sua casa para que ele as tratasse.

Dessa genuína arte, exercida durante mais de cinco décadas, com uma dedicação e profissionalismo exemplares, resultou o nome por que hoje, toda a gente o conhece: o “endireita do Pico”.

Foi, pois, com muito pesar que recebemos no passado dia 8 de abril a notícia do seu falecimento. Tinha 87 anos.

Lembrando o poeta Manuel Alegre, cito uma estrofe do poema “As mãos”: “(...) Com mãos se faz a paz se faz a guerra/ Com mãos tudo se faz e se desfaz/ Com mãos se faz o poema – e são da terra./Com mãos se faz a guerra – e são a paz. (...)”

Sossegaram-se as mãos de Carlos Teixeira de Melo. Saibamos nós todos honrar o seu testemunho.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores este Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Teixeira de Melo, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família, à Câmara e Assembleia Municipal de São Roque do Pico, à Junta de Freguesia de Santo Amaro do Pico e à direção da Filarmónica Recreio Santamarense.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2016

Os Deputados Regionais, Miguel Costa, Berto Messias e Arlinda Nunes

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar refere-se também ao falecimento de Carlos Teixeira de Melo. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD apresento um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Carlos Felícia, Carlos Teixeira de Melo, que tendo sido construtor naval, autarca, artesão, era especialmente um amigo. Um amigo de muita gente, de muitos picoenses e de muitas pessoas que, não sendo do Pico, por lá passavam de férias, algumas se dirigiam a ele em especial naquela sua arte, naquele seu dom de endireita. As pessoas quando tinham um problema no desporto, na sua vida laboral, quantas vezes se dirigiam a ele?

No Pico era o senhor Carlos Felícia. No Faial, noutras ilhas dos Açores, todos tínhamos um fim quando havia um problema destes: íamos ao endireita.

Mas o senhor Carlos Felícia tinha para além deste dom uma grande consciência. Não são poucos os médicos que trabalharam de perto com ele para poderem resolver muitos problemas a muitos dos nossos cidadãos. Mas o senhor Carlos Teixeira de Melo além da memória e da recordação, da saudade que nos deixa, fica também muito do seu artesanato aí, em muitos locais dos Açores para vivenciar aquilo que foi o dom que Deus lhe deu.

São os botes que em muitas casas, em muitos museus, em muitas exposições açorianas e pelo mundo fora existem que ele produzia, são as alfaias agrícolas em miniatura, é todo um vasto espólio que ele deixa.

Aqui, em meu nome pessoal e do Grupo Parlamentar do PSD, quero deixar à Filarmónica onde ele foi Presidente e músico, à Junta de Freguesia onde foi Presidente, ao Clube de Futebol onde foi Presidente, à freguesia de Santo Amaro, ao concelho de São Roque e ao Pico uma sentida homenagem ao senhor Carlos Felícia com muita saudade e muito amor e um grande agradecimento por tudo o que fez, pela consciência que tinha, pelo saber fazer que demonstrava e pela disponibilidade permanente a qualquer hora do dia ou da noite para servir os seus concidadãos. À sua filha Maria Albina que fique também com o nosso pesar e a nossa gratidão por tudo aquilo que fez ao acompanhar o seu pai. Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2016

Os Deputados Regionais, Luís Rendeiro, Cláudio Lopes, Bruno Belo e Humberto Melo

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar refere-se ao falecimento de João Domingos Pedro Taveira. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

VOTO DE PESAR

Faleceu João Domingos Pedro Taveira

No passado dia 11 de junho, faleceu João Domingo Pedro Taveira, conhecido como “Engenheiro Taveira”, que muito contribuiu para o desenvolvimento e modernização do setor Agrícola e Florestal da Ilha de São Jorge.

Nascido a 27 de julho de 1940, natural da Freguesia do Cabouco, Concelho da Lagoa, Ilha de São Miguel, fez os seus estudos primários na escola da Lagoa, tendo ingressado no Liceu Antero de Quental, em 1951 e concluído o Curso Geral dos Liceus em 1956. Nesse mesmo ano ingressou na Escola de Regentes Agrícolas de Coimbra, tirando o Bacharelato em Ciências Agrárias, em 1961.

Engenheiro Técnico Agrário iniciou a sua atividade profissional, na ilha de São Jorge, em 1962, na fase de instalação dos Serviços Florestais de São Jorge, ascendendo passados poucos anos, à categoria de Administrador Florestal da Ilha de São Jorge.

Na vigência do Programa Pecuário dos Açores, foi o principal responsável pela sua execução em São Jorge, desenvolvendo na ilha um conjunto de trabalhos de aproveitamento e transformação de terrenos incultos em pastagem, e na construção da vasta rede dos caminhos de penetração na ilha em zonas de aptidão pecuária. A Reserva Florestal de Recreio das Sete Fontes e a Reserva Florestal de Recreio da Silveira são também o exemplo de obra que explicita bem a sua visão e sensibilidade ambiental que todos os jorgenses lhe reconhecem.

Foi provedor da Santa Casa da Misericórdia de Velas, Vereador Municipal e Membro da Assembleia Municipal de Velas tendo, ainda, desempenhado várias funções na atividade associativa e desportiva.

Foi-lhe atribuída a Medalha de Prata do Município de Velas em 2002, sendo na mesma data, elevado à dignidade de confrade honorário cruzado da Confraria do Queijo de São Jorge.

Em 2011, recebe da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a Insígnia Autónoma de Dedicção, que visa destacar relevantes serviços prestados no desempenho de funções na Administração Pública, bem como agraciar aqueles funcionários que demonstrem invulgares qualidades dentro da sua carreira e que, pelo seu comportamento, possam ser apontados como exemplo a seguir.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista expressa o seu profundo pesar à sua família, sua esposa Francisca e suas filhas, Marília, Conceição e Oriete, pelo que o Engenheiro Taveira não será esquecido pelos jorgenses, agradecendo todos os seus contributos para o desenvolvimento ambiental, económico e social da Ilha de São Jorge.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 12 de julho de 2016, emita o seguinte voto de pesar:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores expressa o seu profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro João Domingos Pedro Taveira.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à Assembleia Municipal de Velas e à Assembleia Municipal da Calheta.

Horta, 12 de julho de 2016.

Os Deputados Regionais, André Rodrigues, Berto Messias, Miguel Costa e Arlinda Nunes

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o CDS-PP também irá associar-se a este Voto de Pesar ao Engenheiro Taveira, como era conhecido, pelo seu trabalho e pela marca que deixou em São Jorge. Embora não sendo filho da terra adotou-a como sua desde cedo, dando um contributo que os jorgenses reconhecem e não esquecem.

É conhecido o seu trabalho na construção dos caminhos agrícolas, bem como no trabalho feito na reserva florestal no Parque das Sete Fontes e no da Silveira, bem como o seu contributo enquanto Provedor na Santa Casa da Misericórdia de Velas e enquanto vereador municipal e em outros cargos em que desempenhou funções.

Por estes motivos, pelos contributos importantes e relevantes que do Engenheiro Taveira reconhecidos também pelos jorgenses, naturalmente que o CDS-PP também se irá associar a este voto.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto de hoje é de pesar pelo falecimento de Duarte Miguel da Silveira do Canto Tavares. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Duarte Miguel da Silveira do Canto Tavares

Dedicou a sua vida ao desenvolvimento de várias atividades económicas, que ainda hoje são o espelho da nossa Região.

Foi sócio da Empresa de Eletricidade e Gás, que desempenhou um papel relevante em termos de energia na ilha de São Miguel e que mais tarde veio a integrar o Grupo EDA.

Foi representante e concessionário de marcas reconhecidas de automóveis, tendo sido sócio fundador da empresa DELCA.

Foi fundador das mais prestigiadas instituições Açorianas no sector agrícola, nomeadamente da Caixa de Crédito Agrícola e da Associação Agrícola de S. Miguel.

Foi, em 1990, sócio fundador da Fundação Engenheiro José Cordeiro, que tem como missão estratégica a promoção da ciência e da cultura nos Açores, apoiando a formação e concedendo bolsas de estudo.

Perante a grande dificuldade que existia no transporte de leite das explorações leiteiras para as unidades industriais, percebeu que a qualidade seria a verdadeira via da fileira do leite, tendo na década de setenta sido um dos fundadores da Soleite, empresa vocacionada para a

recolha e classificação do leite, unificando e corrigindo erros existentes à época.

Foi presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, assim como membro do Rotary Club, dando sempre um parecer crítico, mas consciente, sobre o que poderia ser o desenvolvimento económico e social das nossas ilhas.

Para além de ser empresário agrícola, esteve ligado aos Grémios da Lavoura, promovendo a introdução de técnicas evolutivas no maneiço das explorações agrícolas, tanto na agropecuária como nas agroindustriais.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão açoriano Duarte Miguel da Silveira do Canto Tavares**, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família, à Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e à Associação Agrícola de S. Miguel.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2016

Os Deputados Regionais, Luís Garcia, Luís Rendeiro, Bruno Belo, Humberto Melo e Luís Maurício

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista naturalmente associa-se a este voto, o falecimento do Sr. Duarte Canto Tavares, que era realmente uma personalidade muito conceituada na ilha de São Miguel, não só no setor agrícola, porque como foi aqui dito na leitura do voto foi uma personalidade, o fundador da

Caixa de Crédito Agrícola, da Associação Agrícola de São Miguel, foi fundador e um grande dinamizador, uma pessoa de uma outra geração, uma geração que enfrentou enormes dificuldades, não contou na plenitude com as vantagens da autonomia e nós temos também de respeitar essas pessoas e saudar essas personalidades, e foi também Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Portanto, isto fala por si. É realmente uma pessoa que merece indiscutivelmente essa distinção e essa homenagem e, portanto, por todos esses motivos o Partido Socialista associa-se respeitosamente a este voto.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora fazer o nosso intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 37 minutos.

(Após o intervalo, a Sra. Deputada Bárbara Chaves reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 14 minutos.

Passamos agora para as Declarações Políticas.

A primeira é a do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda realizou, no passado dia 2 deste mês, a sua V Convenção Regional, na cidade de Ponta Delgada.

Esta V Convenção realizou-se, num momento, particularmente importante para os/as Açorianos/as, ou seja, em vésperas das Eleições Legislativas Regionais de 16 de outubro próximo.

Nesse dia estará, realmente, nas mãos dos/as Açorianos/as, dar mais força a verdadeiras políticas de esquerda, que respondam a graves problemas, como o desemprego, o trabalho sem direitos, a falta de transparência na administração pública ou o combate às desigualdades sociais.

O Programa aprovado nesta V Convenção do Bloco de Esquerda pretende consubstanciar respostas a estes problemas (entre outros), respostas e propostas que colocaremos ao veredicto dos/as eleitores/as açorianas, e que passo a enumerar, em traços gerais.

É necessário interromper os ciclos de monocultura, na nossa economia. Esta realidade secular permitiu a fortuna de alguns poucos, mas gerou a desdita de muitos e, sobretudo, um perfil de economia de baixo valor acrescentado e, não menos importante, de mão-de-obra pouco valorizada.

Os sectores tradicionais da nossa economia precisam, no imediato, de medidas urgentes de apoio. Mas precisam, também, de um apontar de

caminhos de futuro que, por exemplo, premeiem a qualidade e a diferenciação, na lavoura, promovam a adequação do sector das pescas às nossas realidades haliêuticas (em consonância com os dados científicos), e apostem, seriamente, na diversificação agrícola.

O Turismo não pode ser - por preguiça e falta de horizontes - a nova monocultura de serviço. Seguir por esta via é voltar ao passado e penhorar o futuro.

Apostamos, de forma decidida, em duas novas áreas, para uma mudança de paradigma, na nossa economia: - o Mar, por um lado e, por outro, a nossa posição Geoestratégica.

Como defendemos, desde há dez anos, a constituição de um Centro Internacional das Ciências do Mar e Alterações Climáticas, no Faial - com carácter de instituto público -, não é um 'isco' eleitoral para pesca à linha, como faz, agora, o Partido Socialista. Para o Bloco de Esquerda é um caminho sério para colocar os Açores no centro do conhecimento do Mar, no centro do novo sector da biotecnologia e da proteção do nosso meio ambiente, contra as investidas das ganâncias exteriores.

A nossa posição geoestratégica tem que ser colocada, de uma vez por todas, ao serviço dos Açores, através de uma estratégia própria e não permanecer refém de interesses alheios e pouco aconselháveis. Sobre esta matéria é deplorável a falta de estratégia do Governo Regional! Todas as semanas ouvimos anúncios, pela voz de outros, dos mais diversos projetos. Mas nunca, até hoje, os debatemos, com seriedade e partilha de informações, nos Órgãos de Governo Próprio desta Região.

Não há qualquer linha, clara e inteligível, de pensamento, sobre esta matéria. Mas, lamentavelmente, para efeitos eleitorais, a fantasia anda à solta.

Ao mesmo tempo, o legado da governação do Partido Socialista é, a cada ano que passa, o de uma Região de colossais desigualdades sociais. Nos Açores, não se é pobre só por ter pensões baixas, não se é pobre só por estar desempregado/a. É-se pobre, mesmo quando se trabalha: - nas pescas (por exemplo), mas não só, também na generalidade do sector privado e, particularmente, no sector ‘estrelinha’ desta governação - o turismo.

Levar para casa o equivalente (ou pouco mais) do que é considerado, como o limiar de pobreza - ou seja, cerca de 420 euros/mês - é o dia-a-dia de milhares de Açorianos/as.

E não admira, quando é o próprio Governo a comportar-se, como um rolo compressor dos direitos laborais (nas IPSS’s e Misericórdias, por exemplo), ou quando tem uma inspeção de trabalho que, “pedagogicamente”, avisa algumas empresas da sua iminente chegada.

O Bloco de Esquerda tem uma visão muito diferente sobre os direitos de quem trabalha e não subscreve a lógica vigente, de que já é ‘bom’ ter um trabalho, por pior que ele seja, como se fosse uma inevitabilidade escrita nas estrelas. Trabalho digno, com direitos e justamente remunerado, além de ser um estímulo para a própria economia, é promotor do bem-estar das pessoas que trabalham nesta terra. Pelo contrário, manter o atual estado das coisas é perder, todos os dias, juventude qualificada, a qual irá enriquecer outras sociedades, ao mesmo tempo que empobrece a nossa.

É também indispensável uma nova política de apoios sociais majorados, tanto para combater as crescentes desigualdades sociais, como para dinamizar a economia regional. O ‘poucochinho’, o

‘pequenino’ é bom para construir dependências, mas não resolve problema nenhum.

A par disto, é urgente uma política assertiva de robustecimento dos serviços públicos, nomeadamente, na Saúde e na Educação.

Ora, na Saúde, por exemplo, o principal objetivo estratégico anunciado, há 4 anos, pelo Partido Socialista e respetivo Governo, é um rotundo falhanço, ou seja, a cobertura integral da Região, por médicos de família, não passou de um mero desejo, uma intenção, uma promessa.

Qualquer sistema de saúde tem, na Medicina Geral e Familiar, o seu centro nevrálgico. Quando, passados 4 anos, ao invés de progredir, este tipo de cobertura regrediu, não se pode falar num pequeno contratempo. Temos de falar, sim, num desaire profundo e, se somarmos a esta situação, as dificuldades acrescidas, no acesso às especialidades e cirurgias, percebemos a real dimensão deste desaire. Mais uma vez, para mal dos/as Açorianos/as.

Na Educação, sendo certo o pesado legado recebido, ao fim de 40 anos de Autonomia, nada justifica os últimos lugares, a nível nacional. A insensibilidade sobre a indesmentível má qualidade das refeições escolares, a par das sucessivas economias, na Ação Social Escolar, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): É só desgraças!

A Oradora: ... bem como a falta de respostas para os problemas dos/as professores/as, são exemplos de fatores a sanar, radicalmente, em nome do nosso futuro coletivo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: É evidente que novas políticas sociais e de reforço dos serviços públicos exigem opções políticas e orçamentais redistributivas.

E também é evidente que não pode haver dinheiro para estas políticas, quando o Governo Regional desbarata dinheiro público, a servir clientelas.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade, Sra. Deputada! Isto não é a convenção do Bloco!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não apoiado!

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é cassette!

A Oradora: Continuar a derramar dinheiro, para montar e manter rendas de empresas que mais não fazem do que parasitar os serviços públicos será, para alguns, um bom augúrio de vida, mas é, para a generalidade dos/as Açorianos/as, um verdadeiro desfalque.

Mas, se denunciarmos este tipo de rentismo fácil para alguns, também reivindicamos transparência e rigor, na administração pública, nomeadamente, ao nível das admissões de pessoal. Pôr fim aos concursos com ‘cartas marcadas’, nos quais já se sabe quem entra e não entra, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, pois é!

A Oradora: ... é imperioso, tanto do ponto de vista da transparência, como da defesa da democracia.

Muitos outros assuntos estiveram em análise na V Convenção do Bloco de Esquerda, os quais, obviamente, iremos apresentar aos/às Açorianos/as, durante o processo eleitoral que se aproxima. Contudo – e porque estamos em ano de especial celebração –, não queria deixar de referir a preocupação, coletivamente demonstrada, pelo aprofundamento da nossa Autonomia. Fizemo-lo de forma convicta e com o único objetivo de servir os Açores.

A V Convenção Regional do Bloco de Esquerda/Açores aprovou propostas concretas e exequíveis, tendo em consideração o atual quadro constitucional. Propostas cujo principal objetivo é aprofundar os poderes de autogoverno (e, portanto, de decisão) dos Açores, em matérias tão importantes, como o Mar e a defesa dos interesses da Região, no que respeita aos tratados internacionais. Propostas claras e não charadas ou palavras cruzadas, para outros decifrarem.

Chamam-nos um partido de protesto!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vá lá que não lhe chamam Tio Patinhas!

Deputado José San-Bento (PS): Não! Tem enfrentado os problemas dos Açores e isso é que é coragem!

A Oradora: E fazem bem, porque protestamos contra a injustiça, contra o favoritismo e contra a prepotência. Dizem que lançamos atoardas! E fazem mal, porque as denúncias que fazemos têm protagonistas reais, a cores e ao vivo, para as confirmar.

No fim, contem com a coragem do Bloco de Esquerda para ‘Fazer a Diferença’.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é covardia!

A Oradora: Os/as Açorianos/as decidirão, já em outubro próximo, até que ponto querem que esta diferença seja feita!

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão agora abertas as inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Começava a minha intervenção endereçando as devidas saudações democráticas ao Bloco de Esquerda pela realização da sua Convenção Regional.

Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada!

O Orador: Queria também fazer duas considerações.

A primeira tem a ver com a nossa total divergência em relação à interpretação da realidade atual ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São sócios!

O Orador: ... e em relação à trajetória que temos vindo a desenvolver após uma crise internacional gravíssima que teve impactos em todos os setores e queria por isso também deixar claro que afinal há dois Blocos de Esquerda.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Há um Bloco bom e um Bloco mau!

O Orador: Há um Bloco de Esquerda nacional com o qual é possível negociar, dialogar, que assume as suas responsabilidades e que hoje contribui (e bem!) para suportar um governo que está a governar Portugal e a desenvolver o país.

Depois há outro Bloco de Esquerda, há um segundo Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda/Açores, um partido que se autoexclui de qualquer solução e com o qual não é possível negociar, não é possível ter soluções, não é possível ter uma abordagem que permita arranjar projetos diferentes, ideias diferentes, não é possível contar com o Bloco de Esquerda para contribuir para vencer os desafios na Região.

Portanto, a minha primeira consideração, Sra. Deputada, termina com um agradecimento pelo facto do Bloco de Esquerda vir aqui lembrarmos a vantagem de nós sermos uma maioria absoluta, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há uma maioria absoluta!

O Orador: ... como esta maioria absoluta do PS que é, como tenho dito várias vezes, uma maioria absoluta positiva, reformista e dialogante. Constitui-se como um fator de estabilidade, de confiança ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... e de contributo para a governabilidade e é isso que nos tem permitido atingir os resultados que temos atingido.

Foi preciso o Bloco de Esquerda vir aqui com esta declaração política relembrar-nos do mérito do voto útil no Partido Socialista nas próximas eleições.

A segunda consideração, Sra. Deputada, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso não é uma consideração, é uma desconsideração!

O Orador: ... tem a ver com as insinuações inaceitáveis, com as injúrias insidiosas que a senhora aqui fez.

A Sra. Deputada tem todo o direito de vir aqui e de se afirmar como uma deputada proveniente de um partido de protesto. Tem esse direito. Não tem é o direito de vir aqui fazer insinuações veladas, fazer acusações que não concretiza, que não prova e isso, sim, seria ter coragem, Sra. Deputada.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não é fazer o que a senhora fez, que faz uma insinuação, põe um manto de suspeição sobre todo este Grupo Parlamentar, sobre toda a administração pública e depois não é capaz de apresentar uma prova, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... um dado concreto e de ter uma atuação que estivesse à altura das suas acusações que são graves ...

Deputado Berto Messias (PS): Imperdoáveis!

O Orador: ... e são injustificáveis, porque a senhora pura e simplesmente não consegue provar por *a* mais *b* aquilo que afirma.

Portanto, Sra. Deputada, o Bloco pode assumir-se como um partido de protesto, mas infelizmente é também um partido da atoarda, da insinuação, da acusação sem prova e que recorre à insinuação como um fator de institucionalização da chamada socialização da inveja e eu sinceramente acho que isso é muito feio e que ninguém devia ter orgulho.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Começo também naturalmente por saudar o Bloco de Esquerda pela realização da Convenção e, pessoalmente, saúdo também com todo o espírito democrático a Sra. Deputada Zuraída Soares que sabemos já que será cabeça de lista pela ilha de São Miguel e pelo círculo regional de compensação e que assume também um dos dois lugares disponíveis na coordenação bicéfala do Bloco de Esquerda nos Açores.

Deputada Zuraída Soares (BE): Trinitária!

A Oradora: A Sra. Deputada na sua intervenção fez aquilo que se pode dizer que é um resumo daquilo que é a moção que o Bloco de Esquerda fez aprovar na Convenção pelo que não é possível, nos cinco minutos de que o Governo dispõe, responder, um a um, a todos os assuntos que foram por si suscitados pelo menos com a profundidade com que mereciam ser respondidos.

Dir-lhe-ei, no entanto, Sra. Deputada, que o Governo dos Açores termina esta legislatura com a convicção de que fez tudo o que estava ao seu alcance para melhorar a vida dos açorianos, mas termina ainda com uma outra convicção: que foi graças às medidas que aprovámos e que implementámos que fizemos efetivamente a diferença na vida das pessoas numa legislatura que foi de uma conjuntura extremamente difícil e desafiante ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi para melhor!

A Oradora: ... nós conseguimos reduzir a taxa de desemprego em mais de 30%; no ensino, onde a senhora também falou, a taxa de conclusão do ensino básico aumentou em mais de 16%; reduzimos em 15% a taxa de abandono escolar precoce; ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É pouco! Lá fora reduziu 37%!

A Oradora: ... mantivemos 600 valências de apoio social que todos os dias prestam serviços imprescindíveis a dezenas de milhares de açorianos e que são elas próprias a interpretação material da coesão social e da coesão territorial em todas as nossas nove ilhas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso aí estamos mal!

A Oradora: Foram 60 milhões de euros investidos em habitação que permitiram apoiar mais de 4.500 famílias; 120 milhões de euros na agricultura; tudo isto mantendo o peso da dívida pública em 38%.

Portanto, Sra. Deputada, o Governo dos Açores apresenta-se em fim de legislatura com a consciência de que foi até ao limite das suas capacidades, até ao limite dos seus recursos, até ao limite das suas competências para reverter aquilo que nos chegou das políticas de uma violência extrema que ao longo de mais de quatro anos nos foram impostas pela República ...

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e que em consequência desse trabalho conseguimos fazer a diferença na vida dos açorianos.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu): Muito bem!

A Oradora: Uma última nota, Sra. Deputada. Hoje aqui usou a sua expressão “servir clientelas”; na Convenção e nos artigos que se seguiram foi o porquinho mealheiro.

Ficava-lhe bem, Sra. Deputada, dizer, à parte desta aversão que já todos percebemos que a Sra. Deputada tem ao investimento privado, aos empresários, àqueles que arriscam o seu capital para desenvolver a economia e criar postos de trabalho (e é importante que as açorianas e os açorianos percebam bem essa sua aversão à iniciativa privada) ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... porque isso significa querer coartar uma parte significativa da nossa sociedade e aquela que maior contributo dá para o desenvolvimento da economia e isso a senhora não diz claramente, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... mas lê-se nas entrelinhas de tudo aquilo que diz e de tudo aquilo que escreve.

Relativamente à questão de servir clientelas, Sra. Deputada, de uma vez por todas indique pontual e diretamente qual foi o concurso em que não venceu a empresa que deveria ter vencido?

Qual foi o procedimento onde não se seguiram os trâmites que a lei impõe?

Deputado José San-Bento (PS): Diga lá! Tenha coragem!

A Oradora: Qual foi o procedimento onde beneficiámos e quem, Sra. Deputada? E quem?!

Porque a senhora vem aqui dia após dia ... É que o seu protesto baseia-se basicamente em levantar suspeições sem as concretizar.

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente! E chama a isso coragem? É preciso ter lata!

A Oradora: Concretize, Sra. Deputada! Concretize o seu protesto! Tenha coragem! Chame as pessoas e as situações pelos nomes. Nós estamos aqui para ouvir e para, se for caso disso, corrigir.

O que a senhora não pode é prosseguir com esse registo, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: ... onde acusa tudo e todos sem apontar uma situação concreta que seja.

Pelo menos por uma vez, Sra. Deputada, nesta Casa faça-o. É o desafio que lhe deixo.

Quanto ao resto, Sra. Deputada, o povo açoriano saberá escolher. Saberá avaliar a ação do Governo e será isso que fará no dia 16 de outubro, que é o dia para o qual estão marcadas as eleições.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já o diz Capoulas Santos!

A Oradora: Dizer mais, Sra. Deputada, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: ... seria eventualmente dar cobertura àquele que foi eventualmente o seu primeiro momento de pré-campanha.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, em primeiro lugar quero felicitá-la pelo seu regresso à liderança do partido, ...

Deputado André Bradford (PPM): Nunca pretendeu sair!

O Orador: ... uma liderança paritária e também felicitá-la pelo facto de ser cabeça de lista pela ilha de São Miguel e pelo círculo de compensação.

Em segundo lugar, a Sra. Deputada Zuraída Soares não necessita, mas eu vou dar-lhe aqui uma ajuda neste debate. Vou aqui relembrar o que disse o senhor candidato a Presidente do Governo Regional em 1996, depois de 20 anos de maiorias absolutas do Partido Social Democrata. Vou dizer-lhe o que ele dizia em 96 para verificar que ele não dizia algo muito diferente do que a senhora diz hoje. Vou aqui fazer uma referência.

“«Votar no PSD por si é mudar um bocadinho para depois ficar tudo na mesma», se bem que ainda ligeiramente rouco o líder dos socialistas exclamou «que não podemos continuar a região mais pobre da Europa», ...

Deputado Francisco César (PS): Já não somos!

O Orador: ... revelando que tudo fará para que os Açores sejam conhecidos e referenciados como a região mais próspera de Portugal.”

Esta foi a promessa, a promessa de há 20 anos.

Deputado José San-Bento (PS): Estamos quase lá!

O Orador: “«Vinte anos em qualquer parte do mundo [prosseguiu Carlos César] é demais. Vinte anos em qualquer parte do mundo é demais! Criam-se clientelas [foi o que a senhora acabou de dizer!] e favoritismos! Criam-se clientelas e favoritismos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah!

Deputado José San-Bento (PS): Por isso é que aparecemos!

O Orador: É tempo de mudar os Açores! É tempo de mudar os Açores!»”

Mas eu tenho aqui mais memórias de há 20 anos atrás, quando, por exemplo, dizia também no *Açoriano Oriental* de setembro o seguinte: ...

Deputado José San-Bento (PS): Mas que monárquico é o senhor?

Deputado André Bradford (PS): Isso já não acontece há 20 anos!

O Orador: “«Não quero ninguém de lágrimas nos olhos a dizer que tiveram que se filiar no PSD para ter direitos a apoios para habitação degradada, ou para ter um emprego na administração pública regional.»»
Garantiu que se formar Governo vai acabar de vez com todos os favoritismos e que têm de deixar de estar de chapéu na mão e dizer que são do partido do Governo para terem aquilo a que têm direito.

Continua e diz o seguinte: “«Sublinhou que a partir de 13 de outubro vai acabar o tempo em que as pessoas iam aos concursos públicos [como a senhora estava a dizer] para arranjar um emprego e que já sabiam antecipadamente quem ia ficar.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor já não sabe o que está a dizer!

O Orador: Acabou-se o tempo em que se por ser amigo de um deputado ou de um presidente da câmara do Governo passa-se à frente dos outros.”»

Oh, Sra. Deputada, isto foi há 20 anos. Foi dito pelo então líder do Partido Socialista e eu não vejo aqui nenhum caso concreto. Estão a pedir-lhe casos concretos. Não vejo aqui nenhuma referência. Era o discurso do Partido Socialista em relação aos 20 anos do Governo do Partido Social Democrata.

Deputada Zuraída Soares (BE): E não era do Bloco de Esquerda?!

O Orador: Mas mais! Só apenas mais duas situações.

O título é este: “Os males de votar no mesmo partido”.

“César alertou, todavia, para os males que derivam de se votar no mesmo partido depois de 20 anos à frente do executivo. É que o PSD na sua perspetiva já não consegue esconder tendências que evidenciam clientelismos e outras perversidades instaladas que depois de tanto tempo no poder acabam também elas por ser [e aqui é um bocadinho displicente] normais”. Acabam por ser normais ao fim de 20 anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Espelho meu, espelho meu!

O Orador: Meus senhores, isto indicia claramente qual era o discurso do Partido Socialista e é um discurso completamente atual. É um discurso que se aplicava então à maioria absoluta de 20 anos do Partido Social

Democrata como se aplica atualmente aos 20 anos de maioria absoluta do Partido Socialista.

E para terminar mais uma ironia da história. O líder do Partido Socialista dizia então quando lhe disseram: “Então quem é que pode viabilizar o seu novo Governo?”

Ele dizia: “Com a esquerda marxista nem pensar. Não vamos governar com o programa do PCP com o qual não temos afinidades e interesses.”

O que é que se passou? O que é que se passou?

Deputado André Bradford (PS): Não se passou nada! Não foi viabilizado o Programa do PCP!

O Orador: Hoje em dia temos um Governo da República apoiado, viabilizado pelo Partido Comunista e pelo Bloco de Esquerda, em que o senhor Carlos César é, nem mais, nem menos, o líder parlamentar na Assembleia da República.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Que muito nos honra!

O Orador: Meus senhores a história demonstra a falsidade das afirmações e de que forma estas afirmações são depois desmentidas pelo tempo.

Sra. Deputada, termino dizendo-lhe o seguinte, é evidente que agora há aqui um apelo ao voto útil, há um apelo ao voto útil à esquerda por parte do Partido Socialista.

Dizia o Sr. Deputado José San-Bento: “Votem, votem, porque nós com a esquerda, com o Partido Comunista, com o Bloco de Esquerda jamais vamos coincidir aqui nos Açores.”

Deputado José San-Bento (PS): Não disse isso! Estão a excluir-se!

O Orador: Meus senhores, há 20 anos era isto que se dizia e depois o que aconteceu na Assembleia da República quando perderam a maioria absoluta é que foi necessário chegar a um acordo e lá se chegou a um acordo com o PCP e o Bloco de Esquerda ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e eu estou absolutamente convencido que é isso que vai na cabeça de muita gente, no âmbito do Partido Socialista. Se não tiverem maioria absoluta obviamente querem fazer uma coligação à esquerda com o Partido Comunista e com o Bloco de Esquerda.

Deputado André Bradford (PS): O seu problema é outro: era a coligação que não quiseram fazer consigo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria em primeiro lugar e em nome da bancada do PSD saudar a Sra. Deputada Zuraida Soares pela liderança paritária do Bloco de Esquerda e pela Convenção que realizou no passado fim de semana.

Queria dizer que naturalmente algumas das afirmações que a Sra. Deputada fez nós não as corroborámos no todo. Temos pensamentos ideológicos diferentes, temos percursos diferentes, mas no essencial, Sra. Deputada, apontou para aquilo que tem sido o percurso do Partido Socialista e do Governo dos Açores nos últimos quatro anos.

Deputado Berto Messias (PS): Afinal a coligação é outra!

O Orador: Um percurso que na sua primeira fase caracterizou enquanto o Governo da República não era um Governo do Partido Socialista por

ser um governo que na Região justificava todos os seus insucessos com a República.

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Era o PSD e o CDS que eram culpados por tudo aquilo que se passava de mal ou de menos bom nos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Quanto tempo é que se passou? Os senhores tiveram cinco anos no Governo e não fizeram nada!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Mas ainda não passaram quatro anos e meio!

O Orador: Quando o Governo do PS a nível nacional assumiu as suas responsabilidades o discurso inverteu-se e agora teremos apoio pleno daquilo que é o Governo da República relativamente às ambições da Região.

A cadeia de Ponta Delgada será finalmente construída, serão aplicadas obras de remodelação. Até hoje zero.

Os Açores serão uma Região que terão um polo de desenvolvimento na área do mar indiscutível, que reforçará a competência de investigação da Região. Até agora nada.

Mas o que é feito das competências deste Governo Regional, suportado por este Partido Socialista na Região?

De quem é a competência na área da educação na Região?

De quem é a competência na área da saúde na Região?

Deputado André Bradford (PS): O senhor vai dizer-me que não sabe?!

O Orador: É este Governo do PS nos Açores, suportado por esta bancada do Partido Socialista, que porventura não se envergonha do facto

de 23% dos alunos matriculados no 9.º ano de escolaridade na Região Autónoma dos Açores não concluírem o 3.º ciclo de escolaridade.

Que não se envergonha dos 39% dos alunos matriculados no 12.º ano de escolaridade que não concluem o ensino secundário.

Deputado André Bradford (PS): A gente não se orgulha, a gente trabalha!

O Orador: Que não se envergonha de apenas 8,5% dos açorianos de frequentar o ensino superior.

Que não se envergonha de 65% dos alunos desta Região terem apoio para a Ação Social Escolar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Teria vergonha de cortar os apoios sociais como os senhores fizeram!

O Orador: Que não se envergonha de quase 50 mil açorianos não terem médico de família quando eles prometeram em 2012 que todos os açorianos tinham médico de família.

Que não se envergonham de 10 mil açorianos estarem à espera de uma cirurgia, muitos deles há mais de três anos.

Que não se envergonham do facto de empresas públicas regionais, como são os hospitais da nossa Região, ...

Deputado André Bradford (PS): O que dá vergonha é o seu discurso!

O Orador: ... reterem os descontos dos seus trabalhadores e não respeitarem os seus compromissos perante a Segurança Social...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Isso é falso!

O Orador: Sra. Secretária Regional, é verdade!

Está no relatório de contas do Hospital de Ponta Delgada de 2014.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Foi reconhecido pelo revisor oficial de contas e posso dizer-lhe, Sra. Secretária, uma prática que ainda se mantém no ano de 2015.

Os senhores de forma envergonhada foram obrigados a negociar com a Segurança Social em agosto de 2015 um plano de pagamentos à Segurança Social dos trabalhadores do Hospital de Ponta Delgada em 60 mensalidades.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Imagine só, Sra. Secretária Regional, se isso tivesse sido numa empresa privada! Mas disso os senhores não se envergonham!

Mas queria dizer, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que sobretudo caracteriza este Governo é a atitude perante este Parlamento, é a atitude perante os açorianos, a displicência enraizada nos princípios da arrogância e do desrespeito democrático perante as oposições e perante os açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Isso, sim, é fruto de 20 anos de poder e 20 anos, seguramente como todos os açorianos sabem, é muito tempo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado José San-Bento pede a palavra para.

Deputado José San-Bento (PS): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Já não posso usar mais da palavra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas vai usar da palavra!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem o protesto ...

O Orador: Não terei o prazer de responder e de contestar as acusações do Sr. Deputado Luís Maurício e, portanto, Sra. Presidente, eu queria fazer chegar à Mesa um documento do Partido Socialista (prestar contas!), onde o Sr. Deputado Luís Maurício poderá verificar aqueles que são os dados da nossa recuperação, o trajeto impressionante que foi feito nestes últimos quatro anos.

Portanto, Sra. Presidente, pedia-lhe autorização para lhe fazer chegar à Mesa, podendo distribuir ao Sr. Deputado Luís Maurício ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é preciso! Ponha na caixa de correio!

O Orador: ... por forma a corrigir as estatísticas e os indicadores que ele erradamente aqui apresentou.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): São estatísticas oficiais!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, depois de chegar à Mesa, será então distribuído.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar em particular a Sra. Deputada Zuraida Soares pela sua eleição para co-líder do Bloco de Esquerda/Açores.

Deputado Francisco César (PS): Bicéfala!

O Orador: Julgo e desejo naturalmente que tenham as maiores felicidades na sua liderança.

Não posso, contudo, Sra. Deputada, deixar de dizer-lhe que, sendo para mim (e sabe que é sincero o que lhe digo) uma satisfação vê-la a liderar o Bloco de Esquerda, não está bem acompanhada com toda a sinceridade nessa liderança paritária, ou bicéfala, como se pode dizer, porque não se pode admitir que um líder político diga o seguinte ou que tenha dito o seguinte e passo a citar numa entrevista o Sr. Paulo Mendes, co-líder paritário com a Sra. Deputada Zuraida Soares: “Nós vivemos numa sociedade que é psicopata, em que as pessoas são tidas como objetos em que até os nossos responsáveis políticos e governativos confundem pessoas com números numa folha de excel.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): A sua líder!

O Orador: A partir daí está tudo dito, portanto, é normal que quem tem uma estrutura de personalidade mais associada à psicopatia consiga obter algum sucesso nesta sociedade psicopata.”

É esta a companhia que V. Exa. tem na liderança do Bloco de Esquerda, Sra. Deputada.

Deputado Francisco César (PS): Não é a primeira vez!

O Orador: Lamento profundamente essa sua companhia.

Deputado Francisco César (PS): Cada um tem a sua cruz!

O Orador: Quanto ao resto, Sra. Secretária Regional, ouvi-a atentamente e devo dizer-lhe o seguinte. Continuamos 20 anos depois e os números são oficiais, não são meus, (e far-me-á justiça de reconhecer que digo isto nesta Casa há pelo menos três anos; agora é certo que vêm os colunistas que fazem umas estatísticas muito bem-feitas, há quem agora se socorra desses números), mas há três anos, Sra. Secretária ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): A sua líder faz uns quadros muito jeitosos!

O Orador: Aprendeu connosco. Como se lembra também fomos pioneiros nessa matéria de mostrar aqui as folhinhas. Era uma folhinha A4, não era tão exemplificada.

A Sra. Secretária lembra-se que há três anos que eu digo, que apresento aqui números do INE, e nomeadamente ao nível da coesão nós eramos a última região do país, na NUTS II. Na NUTS III continuamos a ser, ao nível da coesão, a última região do país. Em 30 regiões, Sra. Secretária Regional, ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Precisa ver o documento metodológico!

Deputado André Bradford (*PS*): A gente já explicou isso três vezes!

O Orador: ... os Açores são a última região do país a nível da coesão social e os indicadores são exatamente os mesmos e isso preocupa-me. Acho que era possível fazer melhor e acho que era possível termos feito melhor, Sra. Secretária. Melhor!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Melhor é sempre possível fazer, mas também é preciso compreender os processos metodológicos!

O Orador: Melhor, Sra. Secretária!

Portanto, não pode ser a desculpa ...

Sra. Secretária Regional eu ouvia-me atentamente, estive a ouvi-la com muita atenção. Não a interrompi. Agradeço que me ouça atentamente para poder melhorar, caso vença as eleições o Partido Socialista.

Deputado André Bradford (*PS*): Como tudo indica!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): A França também dizia o mesmo!

Deputado José Contente (*PS*): Isto não é futebol!

O Orador: Sra. Secretária Regional, o problema disto, de não ter melhorado ainda mais, foi não se ter aprovado algumas boas propostas da oposição e à tarde ainda vamos discutir algumas dessas propostas.

Mas 20 anos de Governo, como já foi aqui dito, é muito em qualquer parte civilizada do mundo, mas 20 anos de maioria absoluta é mau ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Os açorianos decidirão!

O Orador: ... e o CDS tem um contributo grande a dar nessa matéria, como já deu aqui.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Presunção e água benta ... tens sempre uma piscina para mergulhar!

O Orador: Fez uma oposição sempre crítica, mas também construtiva e é fundamental que o Partido Socialista e que os açorianos não deem a maioria a um só partido, seja ele qual seja, ...

Deputado Francisco César (*PS*): É a intervenção mais inteligente que o CDS já fez!

Deputado André Bradford (PS): Só pode ser um!

O Orador: ... porque as maiorias absolutas criam vícios e criam medo na sociedade açoriana, Sra. Secretária Regional.

Eu não quero viver, a senhora não quer, ninguém quer viver numa sociedade onde haja medo, onde pelo menos haja essa suspeita de haver medo na sociedade açoriana. Onde um pai não se possa manifestar, porque tem de garantir o emprego para o filho; onde um comerciante não se possa manifestar, porque tem de ter o seu projeto aprovado; ...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

Deputada Zuraida Soares (BE): Prove! Tem de provar, Sr. Deputado!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não é verdade!

O Orador: ... onde um lavrador não possa falar, porque não pode.

Sra. Secretária Regional, é isso que lhe digo.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não apoiado!

O Orador: Não pode haver a mínima suspeita que haja esse medo na sociedade açoriana. Mas como vê ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

Quando acabar o diálogo entre a Sra. Deputada Zuraida Soares e o Sr. Deputado André Bradford vou concluir.

Deputada Zuraida Soares (BE): É para lhe dar força!

O Orador: Oh, Sra. Deputada, eu com a sua força ia bem arranjado.

Mas eu termino, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Iniciar esta intervenção saudando a Deputada Zuraída Soares pelo seu regresso à liderança, neste caso, paritária do Bloco de Esquerda, bem assim como a recente realização da Convenção Regional do Bloco de Esquerda.

Relativamente à matéria, objeto que tem estado à discussão e que foi introduzida pela declaração do Bloco de Esquerda julgo que importa sublinhar, pelo menos na opinião da Representação Parlamentar do PCP, alguns aspetos que nos parecem importantes, ...

Deputado José San-Bento (PS): Quase todos!

O Orador: ... visto que no fundo aquilo que se está aqui a fazer é uma avaliação ainda que à tona da água da governação do Partido Socialista nos últimos anos, particularmente nos últimos quatro, mas já vamos efetivamente a caminho dos 20 anos e a verdade é que independentemente de alguns indicadores estarem melhores, também melhor seria senão o que é que teriam andado a fazer, mas a verdade é que estamos muito distantes daquilo que foi vindo a ser sucessivamente prometido aos açorianos. Estamos muito, muito distantes ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues) e Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e podemos, desde logo, começar pela questão da coesão.

Podemos começar logo pela questão da coesão que aí há tão pouco a dizer, porque Vs. Exas. acabaram, abandonaram qualquer política que vise efetivamente ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Nem o senhor acredita naquilo que está a dizer, mas isso é uma capacidade que o senhor tem, dizer coisas que não pensa!

O Orador: ... o desenvolvimento harmonioso da Região Autónoma dos Açores, ...

Deputado José San-Bento (*PS*): Isso é mentira!

O Orador: ... porque desenvolvimento harmonioso, coesão, não é a replicação de infraestruturas, não é a obra do betão, é muito mais do que isso.

Nós hoje temos algumas das nossas ilhas com problemas gravíssimos de envelhecimento e de perda de população e relativamente a isso Vs. Exas. fizeram zero, porque espalhar asfalto e levantar colunas de betão é muito fácil, mas isso não são políticas de coesão.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Uma pessoa com a sua formação tem a obrigação de fazer melhor!

O Orador: Portanto, podemos começar por aí. Temos as nossas ilhas hoje com desenvolvimentos profundamente assimétricos e sobretudo com problemas gravíssimos como este que acabei de referir e sobre o qual Vs. Exas. não têm um único pensamento, não têm uma única proposta.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sr. Deputado, isso não é verdade!

O Orador: Mas (e porque não me quero alongar) podemos ainda ir a um outro aspeto, apenas mais um.

Temos uma Região onde a distribuição do rendimento, isto é, a riqueza está e continua a concentrar-se.

Somos a região do país onde a taxa de risco de pobreza nas crianças é a mais elevada e isso só tem a ver com uma coisa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Bem lembrado!

O Orador: Tem a ver com os rendimentos e da forma como eles são distribuídos, porque não é da forma como Vs. Exas. estão a conduzir estas matérias que se resolve o problema. Não é escondendo os problemas do emprego atrás de programas ocupacionais, não é praticando políticas de assistencialismo que Vs. Exas. resolvem um problema que é fundamental: a criação do emprego e emprego justamente remunerado. E sobre isso Vs. Exas. não têm feito rigorosamente nada.

Mais! O que têm feito é a recusa sistemática de propostas, designadamente do PCP, para que essa política se inverta e Vs. Exas. não têm feito rigorosamente nada em relação a isso.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade! É injusto dizer isso!

O Orador: Vs. Exas. mantêm situações como esta.

No setor privado, temos os trabalhadores do setor privado, a receber quase menos de 100€ em média de salário mensal.

Mais! Temos também aqui trabalhadores da administração pública regional que deveriam receber pelo salário mínimo nacional com o acréscimo regional do salário mínimo ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e que vencem pelo salário mínimo nacional compensando-os com a remuneração complementar quando sabemos muito bem que a

remuneração complementar não é criada para isso, mas sim para compensar os chamados custos de insularidade.

Vs. Exas. têm vindo sistematicamente a ignorar estas questões.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Apenas para terminar dizer o seguinte: a utilidade do voto não é no Partido Socialista.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): O povo é que tomará essa decisão, não é o senhor!

O Orador: A utilidade do voto é de modo a que esta representação plural, que este Parlamento tem, possa ser equilibrada, de modo a que o Partido Socialista regresse à humildade de 1996 e que Vs. Exas. vieram ao longo destes anos, com as vossas maiorias absolutas, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... a tornar-se autoritários ...

Deputado Francisco César (PS): Só gostaria de lembrar o Sr. Deputado que votou a favor de um orçamento proposto pelo PS à coisa de dois ou três anos! Só lembrar!

O Orador: Não foi! Foi há oito.

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

O Orador: Foi há oito.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem de terminar.

O Orador: Vou terminar.

Deputado Francisco César (PS): Nunca aconteceu na história do PCP!

O Orador: Vou terminar dizendo e reafirmando que a utilidade do voto tem a ver apenas com um objetivo: diminuir a dimensão do Grupo

Parlamentar do Partido Socialista e obrigar o Partido Socialista ao diálogo democrático ...

Deputado José San-Bento (PS): Mas que é isso?!

O Orador: ... que é isso que não faz o Partido Socialista. Não promove o diálogo democrático.

Portanto, é urgente que o povo açoriano retire a maioria absoluta ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista para que efetivamente aconteça aqui o diálogo democrático e possa ser contruída uma alternativa ...

Presidente: Sr. Deputado, já esgotou largamente o seu tempo. Tem de terminar.

O Orador: ... que leve ao desenvolvimento dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Peço desculpa.

Presidente: Para encerrar esta declaração política tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Apelo à sua capacidade de síntese, uma vez que tem apenas um minuto.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

No encerramento deste meu primeiro momento de pré-campanha eleitoral, ao contrário da Sra. Secretária Regional que já irá no seu enésimo momento de pré-campanha eleitoral, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Apoiado!

A Oradora: ... gostaria de dizer o seguinte.

Eu, psicopata, apresento-me a esta câmara escolhendo as minhas companhias, quer pessoais, quer políticas.

Deputado Francisco César (PS): Psicopata é uma coisa horrível!

A Oradora: Diz o Sr. Deputado José San-Bento que afinal há dois Blocos de Esquerda.

Deputado José San-Bento (PS): Pelo menos dois! Se calhar há mais!

A Oradora: Está enganado, Sr. Deputado!

Afinal há é dois Partidos Socialistas: há um que não tem maioria absoluta na República e por isso está obrigado ao diálogo, à negociação e à humildade democrática e há outro na Região Autónoma dos Açores que se esconde atrás da sua impunidade transmitida pela maioria absoluta que tem.

Estes é que são os dois Partidos Socialistas.

Deputado José San-Bento (PS): Não há!

Deputado Paulo Estêvão (PS): Muito bem!

A Oradora: Mais! O Bloco de Esquerda que está aqui nesta bancada é o Bloco de Esquerda/Açores e o facto do Bloco de Esquerda dar apoio parlamentar ao Partido Socialista e ao Governo da República não invalida nenhum tipo de crítica do Bloco de Esquerda/Açores, nos Açores.

Deputado Francisco César (PS): E à República!

A Oradora: A autonomia, Sr. Deputado José San-Bento (aprenda um bocadinho), também é isto. A autonomia também é isto e não é haver dois, é haver um.

Quanto ao mais eu gostaria de convidar o Partido Socialista a visitar a sua história, a sua história regional.

Deputado José San-Bento (PS): Fazemos isso com frequência!

A Oradora: A ir buscar os bons momentos fundadores de um Partido Socialista com um mínimo de uma marca de esquerda e fico à espera das provas, das denúncias feitas pelo então Deputado Carlos César ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): A senhora fale das suas!

Presidente: Agradeço que termine.

A Oradora: ... neste Parlamento e quando os senhores me apresentarem essas provas nós trocamos cromos, Sras. e Srs. Deputados. Nós trocamos cromos!

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, encerramos esta declaração política.

Vamos almoçar.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar início aos trabalhos da Agenda.

Eram 15 horas e 09 minutos.

O ponto um é a **Proposta de Resolução n.º 13/X – “Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2014”**.

O debate e a votação da Conta da Região regem-se pelo disposto no artigo 168.º do Regimento e o debate foi organizado pela Conferência de Líderes sendo os tempos os seguintes: o Governo Regional e o PS dispõem de 25 minutos; o PSD, 20 minutos; o CDS, 13 minutos e as Representações Parlamentares do Bloco de Esquerda, PCP e PPM, 10 minutos.

Para a apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

*relatório e Parecer**Conta da região autónoma dos açores do ano de 2014***TRABALHOS DA COMISSÃO**

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 27 de janeiro de 2016, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo, a fim de analisar e dar parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2014, tendo em consideração o respetivo parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Capítulo I - Enquadramento Jurídico

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

Capítulo II - Apreciação na Generalidade e na Especialidade

1. APRECIACÃO NA GENERALIDADE

- a) Encontra-se em apreciação a Proposta de Resolução n.º 13/X, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governo Regional relativa à Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2014;
- b) A referida Conta teve por base a execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014 aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro e posto em execução pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2014/A de 14 de fevereiro;
- c) A Conta da Região Autónoma dos Açores de 2014 foi aprovada em Conselho de Governo por Resolução de 2 de junho de 2015, deu entrada na Assembleia no dia 30 de junho de 2015, tendo sido remetido à Comissão de Economia no 8 de dezembro de 2015. O parecer do Tribunal de Contas foi enviado a esta Comissão em 9 de dezembro de 2015, assim como os pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ficando assim reunidos os elementos necessários à elaboração do relatório e parecer.

2. APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE

a) Receita

A Receita do Sector Público Administrativo regional (excluindo Operações Extraorçamentais), em 2014, atingiu o valor de 1.266,1 milhões de euros. Essa receita é constituída, essencialmente, por receita fiscal, transferências e passivos financeiros.

Quadro 1 – Receita

Euro

Capítulos	Administração Regional direta	Administração Regional indireta			Sector Público Administrativo Regional
		Serviços e Fundos Autónomos	Entidades Públicas reclassificadas	Total	
Impostos diretos	227 360 912				227 360 912
Impostos indiretos	381 953 300				381 953 300
Contribuições SS, CGA e ADSE	9 128 937				9 128 937
Taxas, multas e outras penalidades	7 175 113	10 004 684		10 004 684	17 179 797
Rendimentos da propriedade	3 422 677	796	433	1 229	3 423 906
Transferências correntes	179 599 638	153 755 248	52 994 368	206 749 616	241 591 330
Venda de bens e serviços correntes	812 685	6 922 019	5 003 450	11 925 469	12 738 154
Outras receitas correntes	899 648	4 691 465	2 279 591	6 971 056	7 870 704
Receitas Correntes (a)	810 352 910	175 374 212	60 277 842	235 652 054	901 247 040
Venda de investimento	106 195		38 000	38 000	144 195
Transferências de capital	129 205 925	31 022 789	24 899 110	55 921 899	142 699 261
Ativos financeiros	232 939	40 548	671 171	711 719	944 658
Passivos financeiros	49 000 000	900 000	169 149 000	170 049 000	219 049 000
Outras receitas de capital	105 291	1 699	419 312	421 011	526 302
Receitas de Capital (b)	178 650 350	31 965 036	195 176 593	227 141 629	363 363 416
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 315 419	46 509		46 509	1 361 928
Saldo da gerência anterior	38 350	7 305 504	10 079 171	17 384 675	111 755
Outras Receitas (c)	1 353 769	7 352 013	10 079 171	17 431 184	1 473 683
Receita Total (a)+(b)+(c)	990 357 029	214 691 261	265 533 606	480 224 867	1 266 084 139

A Administração Regional direta registou a Receita de 990 milhões de euros e a Administração Regional indireta de 480 milhões de euros.

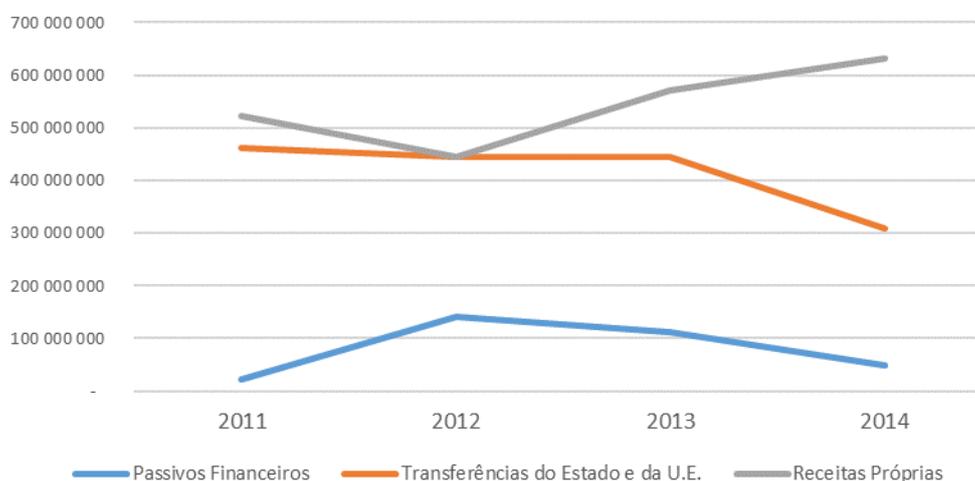
Quadro 2 - Receita do subsector da Administração Regional direta (2011-2014)

Euro

	2011	2012	2013	2014
Passivos Financeiros	23 000 000	141 980 000	111 430 000	49 000 000
Transferências do Estado e da U E	462 274 037	444 670 608	445 671 752	308 805 563
Receitas Próprias	521 430 779	444 565 053	570 779 146	632 551 465

As Receitas Próprias, com 632,6 milhões de euros, registaram um crescimento, relativamente a 2013, de 11%, enquanto os Passivos Financeiros do ano são inferiores em 56% aos do ano anterior. As Transferências do Estado e da U.E. diminuíram 31%.

GRÁFICO I - EVOLUÇÃO DA RECEITA (2011-2014)



A Receita Própria, no valor de 632,6 milhões de euros, é constituída essencialmente por Receita Fiscal (96,33%). As Outras Receitas representam 3,42% do total da Receita Própria.

Quadro 3 - Composição da Receita Própria

Euro e %		
Receita Própria	Receita contabilizada	%
Receita Fiscal	609 314 212	96,33
Outras Receitas	21 650 547	3,42
Ativos Financeiros	232 939	0,04
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 315 419	0,21
Saldo da gerência anterior	38 350	0,01
Total	632 551 467	100,00

Os Impostos Diretos, no valor de 227,4 milhões de euros (37,31% do total), são constituídos, quase na totalidade, por IRS e IRC, representando, respetivamente, 30,9% e 6,39% do total da Receita Fiscal.

Os Impostos Indiretos, num total de 382 milhões de euros (62,69% da Receita Fiscal), são constituídos, essencialmente pelo IVA (279,4 milhões de euros), o ISP (42,9 milhões de euros) e o Imposto sobre o Tabaco (30,2 milhões de euros) e o Imposto de Selo (16,1 milhões de euros).

Quadro 4 - Receita Fiscal da Administração Regional direta

Euro e %		
Receita Fiscal	Valor	%
IRS	188 423 714	30,92
IRC	38 934 901	6,39
Imposto sobre sucessões e doações	2 297	0,00
Imposto de uso, porte e detenção de armas		-
Impostos diretos diversos		-
Total impostos diretos	227 360 912	37,31
ISP	42 861 534	7,03
IVA	279 357 461	45,85
Imposto sobre veículos	4 413 660	0,72
Imposto sobre o tabaco	30 220 409	4,96
Imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas	5 071 672	0,83
Imposto selo	16 117 465	2,65
Imposto único de circulação	3 695 450	0,61

Impostos indiretos diversos	215 648	0,04
Total impostos indiretos	381 953 299	62,69
Total Receita Fiscal	609 314 211	100,00

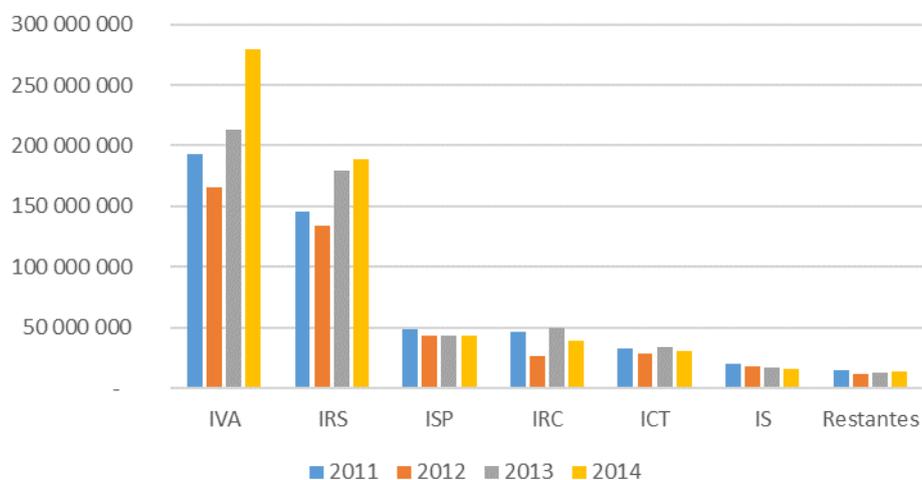
Verificando a evolução dos principais impostos é de ressaltar o aumento, em 2014, de 65,9 milhões de euros relativamente ao IVA e 8,8 milhões de euros no que respeita ao IRS, no seguimento da tendência já verificada em 2013 em ambos os impostos.

Quadro 5 - Evolução dos Principais Impostos (2011-2014)

	2011	2012	2013	2014
IVA	193 012 868	165 206 872	213 491 780	279 357 461
IRS	145 889 369	133 995 778	179 575 642	188 423 714
ISP	48 453 670	42 929 139	43 141 494	42 861 534
IRC	46 138 434	26 615 872	49 932 143	38 934 901
ICT	33 233 282	28 150 156	33 419 201	30 220 409
IS	20 282 102	18 134 630	17 174 239	16 117 465
Restantes	14 814 495	11 851 338	12 768 479	13 398 727
Total	501 824 220	426 883 785	549 502 978	609 314 211

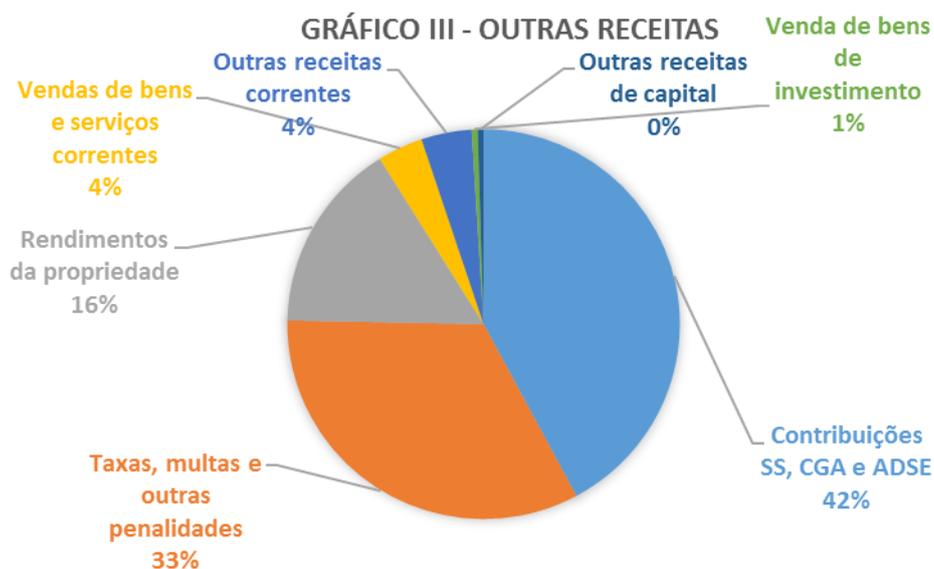
Euro

Gráfico II - Evolução dos Principais Impostos



Nas Outras Receitas, no valor de 21,7 milhões de euros, destacam-se as contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, com 42,16%, e as taxas, multas e outras penalidades, com 33,14% do total.

Quadro 6 - Outras Receitas		
Euro		
Outras Receitas	Valor	%
Contribuições SS, CGA e ADSE	9 128 937	42,16
Taxas, multas e outras penalidades	7 175 113	33,14
Rendimentos da propriedade	3 422 677	15,81
Vendas de bens e serviços correntes	812 685	3,75
Outras receitas correntes	899 648	4,16
Venda de bens de investimento	106 195	0,49
Outras receitas de capital	105 291	0,49
Total	21 650 546	100,00

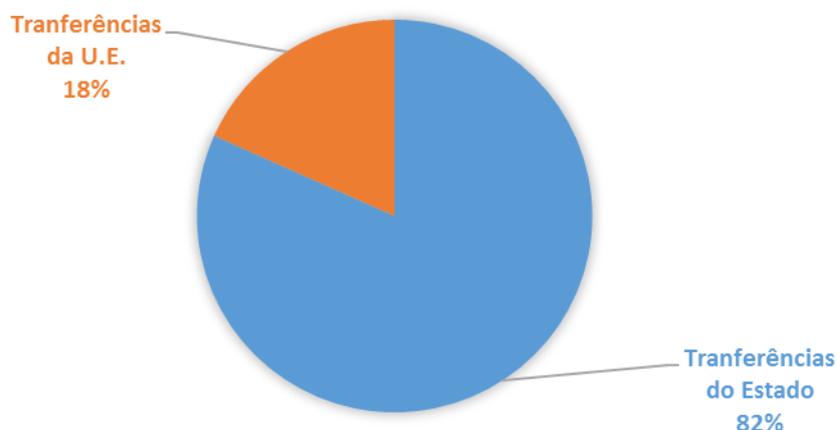


As Transferências, num total de 308,8 milhões de euros, tiveram origem no Orçamento do Estado (82%) e na União Europeia (18%).

As Transferências do Orçamento do Estado atingiram o montante de 252,3 milhões de euros, sendo as mais relevantes as transferências ao abrigo do princípio da solidariedade, com 179,6 milhões de euros, seguindo-se as do fundo de coesão, com 71,9 milhões de euros. Nas Transferências da União Europeia, no montante de 56,5 milhões de euros, assume maior relevância a verba proveniente do Feder, com 51,4 milhões de euros.

Quadro 7 - Transferências	
	Euro
Transferências	Valor
Estado	
Princípio da solidariedade	179 599 427
Fundo de coesão	71 839 771
Realojamento	871 075
Sub-total	252 310 273
União Europeia	
Feder	51 408 303
Fcoes	3 715 151
Feader	493 672
Fep	877 953
Sub-total	56 495 079
Total	308 805 352

GRÁFICO IV - TRANSFERÊNCIAS



Os Passivos Financeiros, no ano, registados na Conta da Região Autónoma dos Açores são de 49 milhões de euros, que se referem a dois empréstimos, um de 19 milhões de euros que se destinou a refinanciamento da dívida e outro empréstimo de 30 milhões destinado ao financiamento do Plano de Investimentos.

Quadro 8 - Passivos Financeiros	
Euro	
Empréstimos	Destino
19 000 000	Refinanciamento da dívida direta
30 000 000	Financiamento de investimentos do Plano
49 000 000	Total dos passivos financeiros registados

b) Despesa

A Despesa Global em 2014 foi no valor de 1.266,9 milhões de euros. A Despesa da Administração Regional direta é de 990,3 milhões de euros, a

dos Serviços e Fundos Autónomos na ordem 213,2 milhões de euros e a das Entidades Públicas reclassificadas no valor de 250,6 milhões euros.

Quadro 9 - Despesa do Sector Público Administrativo Regional

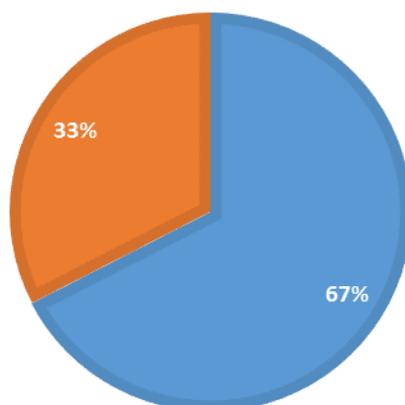
Euro

Designação	Administração Regional Direta	Serviços e Fundos Autónomos	Entidades Públicas Reclassificadas	Sector Público Administrativo Regional (consolidado)
<i>Despesas Correntes</i>				
Despesas com Pessoal	305 680 573	62 645 058	7 515 635	375 841 266
Aquisição de Bens e Serviços	41 192 680	80 533 657	15 481 772	137 208 109
Juros e Outros Encargos	15 651 470	2 327 233	44 938 787	62 917 490
Transferências	342 615 842	48 010 759	-	245 868 677
Subsídios	3 074 530	16 578 050	-	19 652 580
Outras Despesas	10 958 305	227 260	1 490 432	12 675 997
<i>Total Despesas Correntes</i>	<i>719 173 400</i>	<i>210 322 017</i>	<i>69 426 626</i>	<i>854 164 119</i>
<i>Despesas de Capital</i>				
Aquisição de Bens	47 844 852	2 099 617	6 685 208	56 629 677
Transferências	203 798 744	678 564	699 213	162 747 958
Ativos Financeiros	-	38 000	42 946 548	42 984 548
Passivos Financeiros	19 143 000	12 367	124 151 773	143 307 140
Outras Despesas	381 800	-	6 705 924	7 087 724
<i>Total Despesas de Capital</i>	<i>271 168 396</i>	<i>2 828 548</i>	<i>181 188 666</i>	<i>412 757 047</i>
Total da Despesa	990 341 796	213 150 565	250 615 292	1 266 921 166
Despesa Efetiva (1)	971 198 796	213 100 198	83 516 971	1 080 629 478
Despesa Primária (2)	955 547 326	210 772 965	38 578 184	1 017 711 988
Despesa Corrente Primária (3)	703 521 930	207 994 784	24 487 839	791 246 629
(1) - Total da Despesa menos os Ativos Financeiros e os Passivos Financeiros				
(2) - Despesa Efetiva menos os Juros e Outros Encargos				
(3) - Despesa corrente menos os Juros e Outros Encargos				

As Despesas de Capital, no valor de 412,8 milhões de euros, representaram 33% da Despesa Total, enquanto as Despesas Correntes, com 854,2 milhões de euros, atingiram 67%.

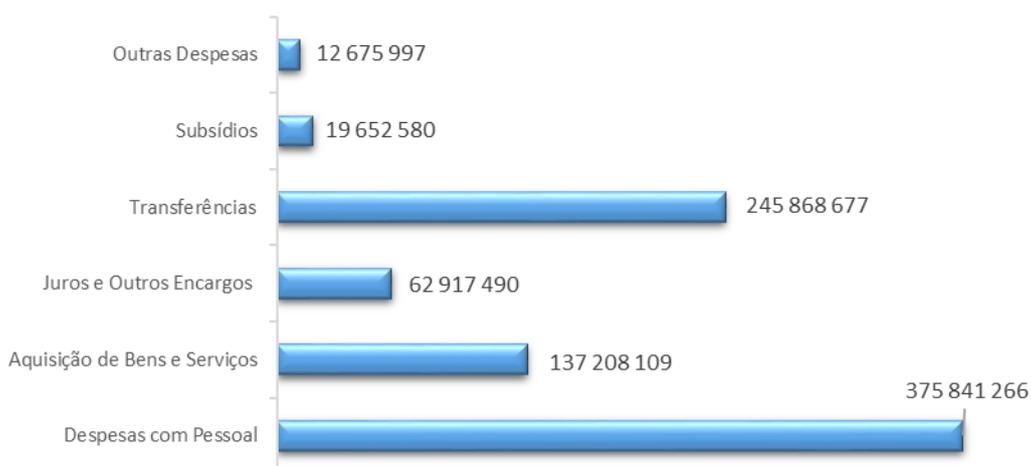
GRÁFICO V - DESPESAS

■ Total Despesas Correntes ■ Total Despesas de Capital



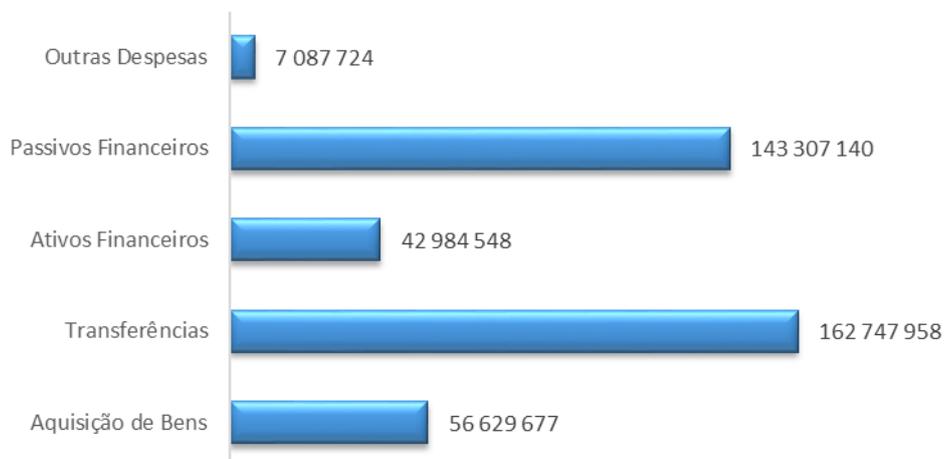
Em 2014 e na Despesa Corrente do Sector Público Administrativo Regional destaca-se as Despesas com o Pessoal, que absorve 44% do total, enquanto as Transferências representam 29% e a Aquisição de Bens e Serviços atingiu 16% do total.

GRÁFICO 6 - DESPESAS CORRENTES



Relativamente às Despesas de Capital releva-se o valor das Transferências, que absorve 39% do seu total, seguindo-se os Passivos Financeiros, com 35% e Aquisição de Bens, com 14%.

GRÁFICO VII - DESPESAS DE CAPITAL



A Despesa Global do Sector Público Administrativo Regional, no valor de 1.266,9 milhões de euros, registou um aumento de 3% (31,8 milhões de euros) relativamente a 2013.

A Despesa Efetiva (total das despesas menos os ativos e passivos financeiros) atingiu o valor de 1.080,6 milhões de euros, menos 50,9 milhões de euros do que o registado em 2013, o que corresponde a menos 5% do que em 2013. A Despesa Primária (despesa corrente menos os juros e outros encargos) registou 791,2 milhões de euros, menos 6% do que o ano anterior.

Por sua vez, a Despesa da Administração Regional Direta atingiu o valor de 990,3 milhões de euros, menos 130,9 milhões de euros do que o orçamentado, representando uma taxa de execução de 88%.

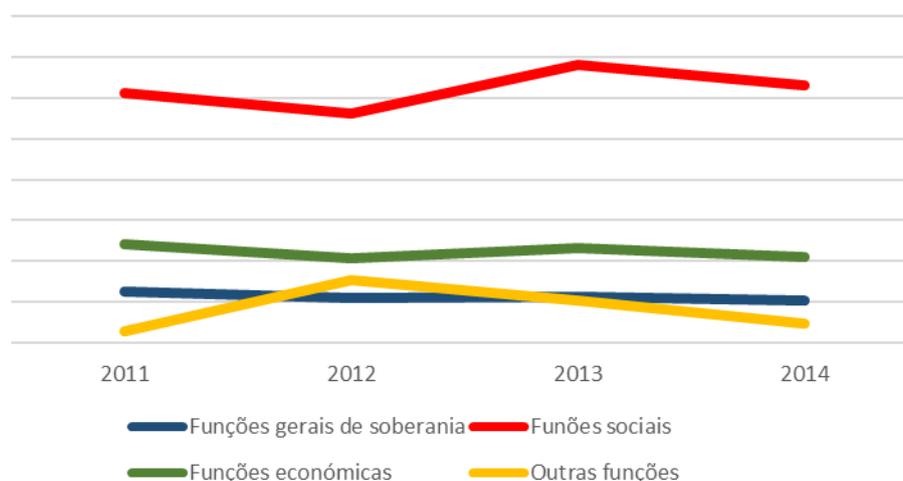
Quadro 10 - Evolução da Despesa da Administração Regional Direta por funções

	2011	2012	2013	2014
Funções gerais de soberania	124 700 778	108 415 357	111 594 000	102 793 107
Funções sociais	612 925 204	560 851 895	679 467 733	629 962 999
Funções económicas	241 748 354	205 969 130	232 113 511	211 287 488
Outras funções	27 041 419	153 549 225	104 667 305	46 298 201
Total	1 006 415 755	1 028 785 607	1 127 842 549	990 341 795

Euro

Entre 2011 e 2014 tem havido algum equilíbrio nas diversas áreas funcionais, excetuando as funções sociais onde se registou alguma variação.

GRÁFICO VIII - EVOLUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES (2011 - 2014)



Nas funções sociais existe uma oscilação mais acentuada nos quatro anos analisados.

Quadro 11 - Pagamentos efetuados pela Administração Regional Direta

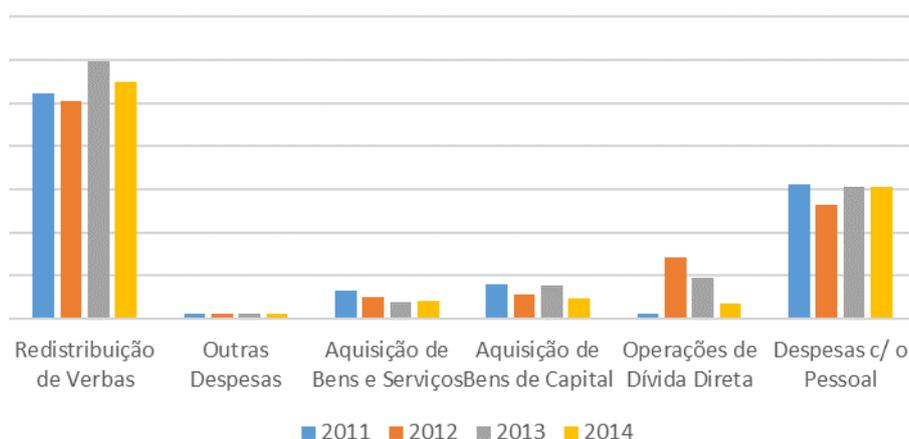
Agrupamentos Económicos	2011	2012	2013	2014

Euro

Redistribuição de Verbas	522 878 843	505 221 307	597 533 085	549 489 116
Outras Despesas	12 213 083	10 970 671	10 901 410	11 340 105
Aquisição de Bens e Serviços	65 747 102	50 413 578	39 997 523	41 192 680
Aquisição de Bens de Capital	80 047 221	56 016 319	78 142 420	47 844 852
Operações de Dívida Direta	12 981 446	142 604 804	95 114 913	34 794 470
Despesas c/ o Pessoal	312 548 059	263 558 928	306 153 198	305 680 573

Há uma redução significativa na rubrica Redistribuição de Verbas relativamente a 2013 na ordem dos 48 milhões de euros. As Despesas com o Pessoal também registam uma ligeira diminuição.

GRÁFICO IX - PAGAMENTOS EFETUADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA (2011-2014)



Quadro 12 - Despesa Administração Regional Indireta

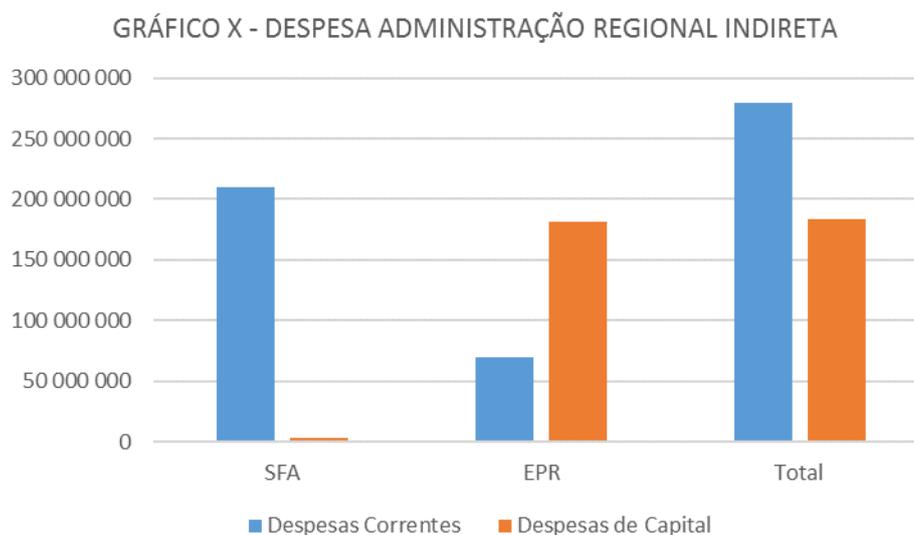
Euro

Despesa	Serviços e Fundos Autónomos	Entidades Públicas Reclassificadas	Total
Despesas Correntes	210 322 018	69 426 626	279 748 644
Despesas de Capital	2 828 547	181 188 666	184 017 213
Total	213 150 565	250 615 292	463 765 857

A Despesa dos Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas foi de 463,8 milhões de euros, (213,2 milhões de euros dos primeiros e 250,6 milhões de euros dos segundos).

Do total cerca de 279,7 milhões de euros provém das Despesas Correntes enquanto os restantes 184 milhões de euros tiveram origem nas Despesas de Capital.

Cerca de 99% do total das despesas dos Serviços e Fundos Autónomos vieram das despesas correntes e 1% de despesas de capital. Nas Entidades Públicas Reclassificadas, 72% das despesas foram de capital e 28% de despesas correntes. No total, 66% vieram das despesas correntes enquanto 40% tiveram a origem nas despesas de capital.



c) Operações Extraorçamentais

As Operações Extraorçamentais movimentadas pela Administração Regional direta e indireta registaram os seguintes movimentos:

Quadro 13 - Movimento das Operações Extraorçamentais

Euro

Administração Regional	Saldo Transitado	Retenção	Entrega	Saldo a Transitar
Direta	4 753 550	202 155 644	205 084 360	1 824 844
Indireta	521 612	21 343 228	21 978 879	- 114 039

A execução das Operações Extraorçamentais da Administração Regional direta atingiu 202,3 milhões de euros, na receita, e 205,1 milhões de euros na despesa. Para 2015 transitou um saldo 1.824.844 euros, conforme quadro 14.

Quadro 14 - Operações extraorçamentais da Administração Pública Direta

Euro

Designação	Entrada		Saída	
	Saldo Transitado	Retenção	Entrega	Saldo a transitar
Operações de Tesouraria	49 234	40 356 936	40 358 278	47 891
Outras Operações de Tesouraria	4 677 413	161 798 709	164 726 072	1 750 050
Contas de Ordem	26 903			26 903
Operações Extraorçamentais	4 753 550	202 155 645	205 084 350	1 824 844

d) Plano de Investimentos

O valor global do Investimento Público previsto pela Administração Regional, em 2014, ascendia a 433,5 milhões de euros, tendo sido executado 317,8 milhões de euros, o que dá uma taxa de execução de 73%.

O Plano integrava 14 Programas, 85 Projetos e 401 Ações, da responsabilidade dos diferentes departamentos governamentais.

Das 401 Ações, 356 foram executadas e 45 ficaram por executar. Dos 85 Projetos, 2 ficaram por executar.

Quadro 15 - Execução Financeira do Plano de Investimentos

Nº	Objetivo / Programa	Orçamento		Executado		Tx Exec
		€	%	€	%	%
Aumentar a competitividade e a empregabilidade da economia Regional		154 583 003	35,7	109 102 415	34,3	70,6
1	Competitividade, emprego e gestão pública	68 846 143	15,9	43 244 039	13,6	62,8
2	Agricultura, florestas e desenvolvimento rural	46 616 161	10,8	35 405 264	11,1	76
3	Pescas e aquicultura	21 565 235	5	17 542 358	5,5	81,3
4	Desenvolvimento do turismo	17 555 464	4,1	12 910 754	4,1	73,5
Promover a qualificação e a inclusão social		152 607 862	35,2	109 564 360	34,5	71,8
5	Educação, ciência e cultura	60 427 265	13,9	41 964 849	13,2	69,4
6	Desenvolvimento do sistema de saúde	34 391 292	7,9	23 743 612	7,5	69
7	Solidariedade social	24 364 829	5,6	15 925 299	5	65,4
8	Habitação e renovação urbana	21 702 009	5	17 159 599	5,4	79,1
9	Desporto e juventude	11 722 467	2,7	10 771 001	3,4	91,9
Aumentar a coesão territorial e a sustentabilidade		124 313 605	28,7	97 643 471	30,7	78,5
10	Transportes, energia e infraestruturas tecnológicas	99 080 882	22,9	79 469 670	25	80,2
11	Prevenção de riscos e proteção civil	6 186 218	1,4	4 714 649	1,5	76,2
12	Ambiente e ordenamento	19 046 505	4,4	13 459 152	4,2	70,7
Afirmar a identidade Regional e promover a cooperação externa		1 951 000	0,5	1 461 612	0,5	74,9
13	Informação e comunicação	1 194 000	0,3	882 853	0,3	73,9
14	Comunidade e cooperação externa	757 000	0,2	578 759	0,2	76,5
Total		433 455 470	100	317 771 858	100	73,3

e) Dívida Pública e outras responsabilidades

No final de 2014, nos cálculos do Tribunal de Contas, a dívida correspondente às componentes da Administração Regional Direta,

Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas é apresentada de seguida.

A Dívida Financeira do Sector Público Administrativo Regional, no final de 2014, perfazia 874,8 milhões de euros, mais 12,7% do que em 2013.

Quadro 16 - Dívida Financeira

Entidades	Total		Variação	
	2013	2014	Absoluta	Relativa %
	milhares Euro			
<i>Administração Regional direta e SFA(1)</i>	443 730	474 487	30 757	6,9
<i>Entidades Públicas Reclassificadas</i>				
Iroa	5 762	5 967	205	3,6
Saudaçor	304 449	372 732	68 283	22,4
Ilhas de Valor	9 575	9 439	- 136	-1,4
Sdea	712	289	- 423	-59,4
Atlanticoline	5 849	2 010	- 3 839	-65,6
Teatro				
Micaelense	765	752	- 13	-1,7
Ata	5 700	9 121	3 421	60,0
<i>Sub-total (2)</i>	332 812	400 310	67 498	20,3
Total (1) + (2)	776 542	874 797	98 255	12,7

A Saudaçor é a Entidade Pública Reclassificada com a maior dívida, 372,7 milhões de euros, mais 22,4% do que em 2013, correspondendo a 42,6% da dívida deste sector.

A Atlânticoline, a Sdea, o Teatro Micaelense e a Ilhas de Valor reduziram as suas dívidas em 65,6%, 59,4%, 1,7% e 1,4%, respetivamente.

Face a 2013 a Dívida Financeira cresceu, em termos absolutos, cerca de 98,3 milhões de euros.

Quadro 17 - Dívida não Financeira

milhares Euro

Entidades	Total		Variação	
	2013	2014	Absoluta	Relativa %
Serviços Integrados	18 701	3 061	- 15 640	-83,6
Serviços e Fundo Autónomos (menos SRSaúde)	6 189	7 514	1 325	21,4
SRSaúde	5 861	1 953	- 3 908	-66,7
Sub-total (Administração Regional direta e SFA)	30 751	12 528	- 18 223	-59,3
Iroa	8 019	6 467	- 1 552	-19,4
Saudaçor	3 461	2 014	- 1 447	-41,8
Ilhas de Valor	15 933	16 524	591	3,7
Sdea	287	130	- 157	-54,7
Atlânticoline	4 316	3 503	- 813	-18,8
Teatro Micaelense	148	155	7	4,7
Ata	6 806	4 425	- 2 381	-35,0
Sub-total (Entidades Públicas Reclassificadas)	38 970	33 218	- 5 752	-14,8
Total	69 721	45 746	- 23 975	-34,4

A Dívida não Financeira cifrava-se em 45,7 milhões de euros, menos 34,4% do que em 2013. A Administração Regional Direta foi responsável por 12,5 milhões de euros e, por sua vez, as Entidades Públicas Reclassificadas registaram uma Dívida não Financeira na ordem dos 33,2 milhões de euros.

Quadro 18 - Dívida Global

milhares Euro

Entidades	Total		Variação	
	2013	2014	Absoluta	Relativa %
<i>Administração Regional direta e SFA</i>	<i>474 480</i>	<i>487 015</i>	<i>12 535</i>	<i>2,6</i>
<i>Entidades Públicas Reclassificadas</i>	<i>371 781</i>	<i>433 528</i>	<i>61 747</i>	<i>16,6</i>
Total	846 261	920 543	74 282	8,8

A Dívida Global da Administração Regional Direta, Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas ascendia a 920,5 milhões de euros, o que corresponde a 24,9% do PIB da Região

Autónoma de 2013 (estimado em 3.694,2 milhões de euros).
Relativamente à Receita Fiscal a Dívida Global corresponde a 151,1%.

O Tribunal de Contas apresentou o cálculo da Dívida Global do Setor Público Regional. Integra os valores relativos à Administração Regional Direta e Serviços e Fundos Autónomos, entidades Públicas Reclassificadas, Hospitais e Entidades Públicas não Reclassificadas. Constam do Quadro 48 do Parecer da Conta, na página 113, que se apresenta de seguida:

Quadro 19 - Dívida Global do Sector Público Regional

Euro e %

Entidades	Total		Variação	
	2013	2014	Absoluta	Relativa
Administração Regional Direta e SFA	443 730 000	474 487 000	30 757 000	6,9
Entidades Públicas Reclassificadas	332 811 319	400 310 271	67 498 952	20,3
Hospitais	352 070 103	341 915 298	- 10 154 805	-2,9
Restantes Entidades Públicas não Reclassificadas	421 829 550	453 433 567	31 604 017	7,5
Total da dívida financeira (1)	1 550 440 972	1 670 146 136	119 705 164	7,7
Administração Regional Direta e SFA	30 750 123	12 528 133	- 18 221 990	-59,3
Entidades Públicas Reclassificadas	38 970 000	33 218 000	- 5 752 000	-14,8
Hospitais	112 586 000	129 127 000	16 541 000	14,7
Restantes Entidades Públicas não Reclassificadas	143 174 000	146 229 233	3 055 233	2,1
Total da dívida não financeira (2)	325 480 123	321 102 366	- 4 377 757	-1,3
Dívida global do sector público regional (1) + (2)	1 875 921 095	1 991 248 502	115 327 407	6,1

A Dívida Global do Sector Público Regional ascendia, no final de 2014, a 1.991,2 milhões de euros, mais 115,3 milhões de euros (6,1%) do que em 2013. A dívida financeira cresceu 7,7%, enquanto a dívida não financeira registou uma redução de 1,3%.

Quadro 20 - Avals	
milhares Euro	
Mutuário	31/12/2014
Saudaçor	352 632
SPRHI	130 944
EDA	76 000
Lotaçor	16 550
Sinaga	11 323
APTG	-
IROA	4 614
Azorina	1 600
HH	2 000
Atlânticoline	-
Ilhas de Valor	3 964
PA	12 292
Total	611 919

No final de 2014 as responsabilidades em Avals ascendiam a 611,9 milhões de euros, mais 25,5% do que me 2013.

No ano 2014 estava autorizado conceder 270 milhões em avals e foram concedidos 262,3 milhões de euros.

As garantias prestadas através de cartas de conforto ascendiam, no final de 2013, cerca de 346,6 milhões de euros e em 2014 esse valor era de 452,5 milhões, mais 22,8%. Em 2014 foram emitidas 30 cartas de conforto, no valor de 124,9 milhões de euros.

f) Património

No final do ano de 2014, o património físico inventariável apresentava um valor atualizado de cerca de 740,7 milhões de euros.

A afetação daquele património, constituído pelos bens móveis, imóveis e semoventes, estava distribuída pelos diferentes serviços da Administração Regional:

- Administração Regional Direta – 317,8 milhões de euros (43%);
- Serviços Autónomos – 371,5 milhões de euros (50%);
- Sector Público Empresarial – 2,8 milhões de euros (0%);
- Administração Central – 10,3 milhões de euros (1%);
- Outras Entidades – 38,3 milhões de euros (5%).

Quadro 21 - Bens Patrimoniais						
milhares de Euro						
Bens	Valores Apresentados na Conta					
	Em 1/Jan. 2014	Abates	Aquisições	Ajustamento	Em 31/Dez/2014	Variação
Móveis	54 857	191	137	-	54 803	-54
Imóveis	681 653	1 612	2 052	-	682 093	440
Semoventes	4 340	22	80	-575	3 824	-516
Totais	740 850	1 825	2 269	-575	740 719	-131

A Região Autónoma dos Açores detém, em bens patrimoniais, 740,7 milhões de euros, estando 43% afetos à Administração Regional Direta, 50% aos Serviços e Fundos Autónomos, 1% à Administração Central e 5% a outras entidades.

Designação	Administração	Administração Regional Indireta		Sociedades não financeiras públicas	Instituições s/ fins lucrativos públicos	Total
	Regional Direta	Serviços e Fundos Aut.	Entidades Púb. Reclassificadas			
. Entidades públicas reclassificadas	16 895 880	4 450 000	25 000	45 000		
. Sociedades não financeiras públicas	257 253 387		2 734 905	15 689		
. Instituições sem fins lucrativos públicas	589 755		8 274	39 114	49 935	
<i>Sub-total (Participações financeiras) (1)</i>	<i>274 739 022</i>	<i>4 450 000</i>	<i>2 768 179</i>	<i>99 803</i>	<i>49 935</i>	<i>282 106 939</i>
Empréstimos concedidos (2)	9 466 640	309 609	10 160 389	-	-	19 936 638
Total (1) + (2)	284 205 662	4 759 609	12 928 568	99 803	49 935	302 043 577

Os ativos financeiros da Região totalizavam, no final de 2014, cerca de 302 milhões de euros, sendo 282,1 referente a participações financeiras e a quantia de 19,9 milhões respeitante a empréstimos concedidos.

Quadro 23 - Entidades controladas pela RAA		percentagem
Saúde	Saudaçor - 100%	
	HDES - 100%	
	HSE - 100%	
	HH - 100%	
Habituação e O.P.	SPRHI - 100%	
Transportes Aéreos	Sata SGPS - 100%	Sata Internacional - 100%
		Sata Gestão Aeródromos - 100%
		Sata Express - 100%
		Azores Express - 100%
		Verdegolf - 0,75%
		Ilha de Valor - 0,28%
		ATA - 14,71%
		AAFTH - 25%
Energia	Eda - 50,10%	Globaleda - 74,9%
		Segma - 90%
		Novabase - 40%
		Eda Renováveis - 99,68%
		Oniaçores - 40%
		Zon Açores - 6,18%
		Enta - 2%
		Inova - 0,77%
		Fund Eng José Correia - 33,68%
		Norma Açores - 62,63%
		GSU - 100%
		Controlauto - 60%
		Navalcanal - 100%
	OperpdI - 20%	
	Operterceira - 20%	
	Transmaçor - 100%	
	Portos dos Açores - 100%	

	Atlânticoline - 16,03%	Opertri - 20%	Atlanticoline - 83,97%	Portas do Mar - 28,57%	Ilhas de Valor - 0,28%
Agricultura, pescas e ambiente	Azorina - 100%	Santa Catarina - 100%	Companha - 94%	Lotaçor - 100%	Espadapescas - 100%
Serviços diversos	Iroa - 100%	Sinaga - 51%	Ilhas de Valor - 99,44%	PJCSC - 60,87%	Sdea - 100%
Turismo	PJA - 51%				
Cultura	Teatro Micaelense - 99,81%				
Instituições s/fins lucrativos	AAFTH - 50%	Portas do Mar - 7,14%	Portas do Mar - 28,57%	OTA - 22,22%	ATA - 18,39%
	Enta - 22%	Portas do Mar - 7,14%	Inova - 65,59%	Enta - 70%	OTA - 55,56%
	Nonagon - 70%				

A Região detém participações financeiras, diretas e indiretas, em diversas sociedades, entidades públicas e em diversas instituições sem fins lucrativos.

Relativamente a 2013 registou-se a incorporação de 50,1% do capital da Geoterceira na Eda Renováveis.

Quadro 24 - Participações financeiras da RAA

Euro

Sector de Atividade	Participações financeiras na RAA				Entidades Públicas Recllassificadas			
	2013		2014		2013		2014	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Agricultura, pescas e ambiente	8	8 950 589	8	8 950 589	1	50 000	1	50 000
Energia	5	35 070 000	4	35 070 000	0		0	

Habituação e Obras Públicas	1	8 237 400	1	8 237 400	0		0	
Portos e Transportes Marítimos	4	40 998 700	4	40 998 700	1	7 145	1	7 145
Saúde	4	148 109 037	4	148 109 037	1	50 000	1	50 000
Transportes Aéreos	6	18 000 000	6	18 000 000	0		0	
Cultura	1	12 220 880	1	12 220 880	1	12 220 880	1	12 220 880
Turismo	2	738 255	2	738 255	0		0	
Serviços Diversos	4	9 050 000	4	9 050 000	2	9 050 000	2	9 050 000
Instituições s/fins lucrativos	8	732 078	8	732 078	0		1	45 000
Total	43	282 106 939	42	282 106 939	6	21 378 025	7	21 423 025

O sector da Saúde tem o maior volume de participações, com 148,1 milhões de euros, seguido do sector Portos e Transportes Marítimos, com 41 milhões de euros, Energia, com 35,1 milhões de euros, Transportes Aéreos, com 18 milhões de euros e Cultura com 12,2 milhões de euros

g) Fluxos Financeiros transferidos pela Administração Regional Direta

A Administração Regional Direta transferiu 425,9 milhões de euros para entidades do sector público regional, para o sector autárquico e para a administração central.

No valor transferido para as Entidades Públicas Reclassificadas destacam-se 298,7 milhões de euros destinados à Saudaçor, sendo 22,7 milhões referentes a investimento e 276 milhões para o financiamento do sector da Saúde.

Para os Serviços e Fundos Autónomos destacam-se 59,3 milhões destinados a ações de solidariedade social (20,3 milhões de euros), apoios

económicos (10,2 milhões de euros) e a funcionamento de organismos (8,7 milhões de euros).

Destaca-se ainda:

- IAMA, com 14,1 milhões de euros;
- Fundo Regional de Apoio à Coesão e Desenvolvimento Económico, com 11,3 milhões de euros;
- IDSA, com 10,8 milhões;
- Fundos Escolares, com 10,7 milhões de euros.

h) Fluxos Financeiros recebidos pela Administração Regional Direta

Foram recebidos pela Administração Regional Direta 256,2 milhões de euros, 98,5% dos quais da Administração Central e 1,5% das Sociedades não Financeiras Públicas.

i) Fluxos Financeiros transferidos pelos Serviços e Fundos Autónomos

Os Serviços e Fundos Autónomos transferiam 1,2 milhões de euros, destacando-se cerca de 600 mil euros para o Sector Público Regional, 400 mil euros para a Administração Central e 200 mil para o Sector Autárquico.

j) Fluxos Financeiros recebidos pelos Serviços e Fundos Autónomos

Os Serviços e Fundos Autónomos receberam 159,3 milhões de euros, mais de metade (57,9%) teve origem na Saudaçor, o que corresponde a 92,2 milhões de euros obtidos pelas Unidades de Saúde e pelo Centro de Oncologia dos Açores.

Da Administração Regional Direta receberam 59,3 milhões de euros. O Fundo Regional de Emprego recebeu 7,6 milhões de euros.

1) Fluxos Financeiros com a União Europeia

Os fundos comunitários transferidos para a Região em 2014 totalizaram 251,6 milhões de euros, menos 29,5% do que em 2013.

3. RECOMENDAÇÕES

O Tribunal de Contas faz, sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2014, as seguintes recomendações:

1.^a Incluir no Orçamento a dotação orçamental das entidades que integram o seu perímetro, por classificação económica.

2.^a Identificar e quantificar, por estrutura programática e por classificação orçamental, o investimento público previsto e executado pelas entidades incluídas na componente Outros Fundos.

3.^a Incluir, nos instrumentos de planeamento ou no processo orçamental, informação relativa à componente comunitária envolvida na execução das ações, identificando os fundos estruturais e os programas comunitários envolvidos.

4.^a Incluir, nos instrumentos de planeamento e no processo orçamental, informação relativa às operações que são executadas com verbas provenientes do produto de empréstimos contraídos no ano, enquadrando-as na estrutura programática do Plano Regional, ao nível do programa, projeto e ação.

5.^a Incluir, nos instrumentos de planeamento ou no processo orçamental, informação relativa aos cronogramas físicos e financeiros das ações e o grau de execução material e financeiro das mesmas.

6.^a Eliminar as insuficiências e divergências que possam afetar a fiabilidade da Conta.

7.^a Desenvolver a metodologia de conversão dos sistemas contabilísticos das entidades públicas reclassificadas.

8.^a Incluir, na Conta, informação sobre as subvenções públicas atribuídas e não pagas.

9.^a Incluir, na Conta, os elementos necessários à demonstração da observância dos limites de endividamento do sector público administrativo regional.

10.^a Definir um critério coerente e uniforme de registo dos fundos comunitários, de modo a que os mesmos se encontrem devidamente refletidos na Conta.

11.^a Observar o regime legal de concessão de garantias, designadamente a competência e o limite máximo para a sua emissão.

12.^a Integrar, na Conta, todas as informações relativas às operações de gestão de tesouraria.

13.^a Identificar e evidenciar os saldos relativos a todas as contas bancárias da Região .

14.^a Promover a conclusão dos processos de inventariação e avaliação da situação patrimonial da Região Autónoma dos Açores.

15.^a Inclusão, na Conta, das operações extraorçamentais realizadas pelo Serviço Regional de Saúde.

16.^a Discriminação, por código de contas, dos movimentos, bem como a evidenciação dos saldos transitados do ano anterior e a transitar para o ano seguinte, de operações extraorçamentais realizadas pela Administração Regional indireta.

17.^a Apresentar a análise consolidada dos resultados da atribuição de subvenções públicas, permitindo uma avaliação da eficácia e eficiência.

Recomendações formuladas no Relatório e Parecer sobre a Conta de 2013 e cujo acatamento só será possível verificar nas contas de 2015 e 2016:

2.^a Recomendação (Relatório e Parecer sobre a Conta de 2013)

Incutir maior rigor na previsão orçamental de receitas provenientes da venda de bens de investimento.

3.^a Recomendação (Relatório e Parecer sobre a Conta de 2013)

Refletir, no orçamento revisto dos serviços integrados, o saldo da gerência anterior.

15.^a Recomendação (Relatório e Parecer sobre a Conta de 2013)

Classificar as transferências do Estado, efetuadas ao abrigo do princípio da solidariedade, de acordo com a respetiva natureza.

19.^a Recomendação (Relatório e Parecer sobre a Conta de 2013)

Organizar as entidades com funções de tesouraria da Administração Regional direta por forma a cumprir a obrigação de prestação de contas relativamente à totalidade da receita arrecadada pela Região Autónoma dos Açores.

4. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Tendo em vista a correção de alguns procedimentos considerados pelo Tribunal de Contas como menos corretos, o referido organismo emitiu as recomendações principais:

1. Eliminar as insuficiências e divergências que possam afetar a fiabilidade da Conta.
2. Organizar as entidades com funções de tesouraria da Administração Regional Direta por forma a cumprir a obrigação de prestação de contas relativamente à totalidade da receita arrecadada pela Região Autónoma dos Açores.
3. Integrar, na Conta, todas as informações relativas às operações de gestão de tesouraria.
4. Classificar as transferências do Estado, efetuadas ao abrigo do princípio da solidariedade, de acordo com a respetiva natureza.
5. Incluir, na Conta, os elementos necessários à demonstração da observância dos limites de endividamento do sector público administrativo regional.

Capítulo III - Conclusão e Parecer

A Comissão de Economia após a análise da Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2014, dos pareceres das restantes Comissões permanentes da ALRAA e do parecer da Secção Regional do Tribunal de

Contas, **entendeu por maioria, com os votos a favor do PS e as abstenções, com reserva de posição da Plenário, do PSD, CDS-PP e BE, que a Conta da Região de 2014, está em condições de ser aprovada pela ALRAA.**

Ao presente relatório são anexos os relatórios e pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativos à Conta de 2014.

Angra do Heroísmo, 27 de janeiro de 2016.

O Relator, José Ávila

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente, Francisco Vale César

Presidente: Obrigada, Sr. Relator da Comissão de Economia.

Tem a palavra agora o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente!

O Orador: Sra. Presidente (muito bem!), Sras. e Srs. Deputados, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cidadã!

O Orador: ... Cidadãos e Cidadãs, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A análise da Conta da Região de 2014 assegura, a esta distância temporal, uma abordagem mais estruturada, que permite assumir que o ano de 2014 pode ser hoje encarado como o ano em que se iniciou a trajetória de recuperação económica dos Açores, a qual se consolidou em 2015 como todos os indicadores económicos o evidenciam.

Na verdade – e em paralelo com os sinais de retoma que a atividade privada ia já evidenciando – 2014 reflete, também, a consolidação do objetivo alcançado no ano anterior, que visava assegurar que os Açores deixassem de ter qualquer impacto percentual no défice do país.

Como se sabe, desde 2013 que os Açores deixaram de ser um peso ou uma influência negativa nas contas públicas nacionais, conforme evidenciou o próprio Tribunal de Contas.

Este é, sem dúvida, o nosso principal património perante o país, ainda mais num momento em que se discute se Portugal deve ser penalizado por, no último ano, ter ultrapassado o limite de três por cento do défice imposto pela Comissão Europeia.

Sem querer entrar no debate de quem é a responsabilidade desse incumprimento ou se esse incumprimento deve ser ou não penalizado, uma coisa todos os Portugueses devem saber e todos os Açorianos podem afirmar: não existe nesse problema qualquer responsabilidade ou participação dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: É verdade!

O Orador: Os Açores não contribuíram, em termos percentuais, para o défice do país, nem em 2013, nem em 2014, nem em 2015, ...

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

O Orador: ... e isso deve orgulhar todos os Açorianos que gostam da sua terra e a defendem.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Efetivamente, se, em 2010, o défice dos Açores se situava ainda nos três por cento do PIB regional, conseguimos reduzir para 2,2 por cento em 2012, voltar a baixar para 0,3 por cento em 2013 e reduzir

ainda mais, para apenas 0,2 por cento do nosso nível de produção, em 2014.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Esta trajetória de consolidação das contas públicas, evidenciada por todas as entidades nacionais e internacionais, permite-nos hoje encarar com toda a tranquilidade este debate que domina o país. Quando, em 2014, o país apresentou um défice de 7,2 por cento em relação do PIB, os Açores registaram apenas 0,00003 do PIB nacional. Se tivermos em conta os correspondentes níveis de produção, verificamos que os Açores conseguiram um resultado 36 vezes melhor, face ao país, em 2014.

Este é o resultado da Conta da Região apurado pelo INE, pelo Banco de Portugal e pelo Eurostat, e confirmado pelo Tribunal de Contas.

E é ainda mais relevante quando é apurado de acordo com o novo Sistema Europeu de Contas - SEC 2010, único critério contabilístico em vigor em toda a Europa, que engloba no perímetro orçamental os resultados das empresas do setor empresarial não mercantis, ou seja, além de toda a administração direta e indireta estão englobadas as contas dos três hospitais, da Saudaçor, da SPRHI, da Atlânticoline, da Ilhas Valor, da SDEA, da ATA e do IROA, entre outras entidades empresariais.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com estrondo!!

O Orador: Cai assim, com estrondo, o argumento de que estas empresas permitiam desorçamentar a despesa ou compromissos e alteravam a análise da realidade financeira da Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais uma vez, não teve razão quem assumiu estas dúvidas.

Também em relação à dívida pública regional, o Sistema Europeu de Contas procedeu, através do INE, do Banco de Portugal e do Eurostat, à sua quantificação definitiva, que, englobando todas as empresas públicas que consolidam no perímetro da administração pública, representou no final de 2014 apenas 37 por cento do PIB regional – 1.404 milhões de euros – quando, no mesmo ano, no país representava mais de 130 por cento do PIB e na Madeira era 118 por cento do correspondente PIB.

Ou seja, a dívida pública regional consolidada era, face ao correspondente nível de produção, cerca de quatro vezes inferior ao país e três vezes menor do que na Madeira.

Mas, muito mais relevante do que a comparação com o resto país, é que, de acordo com o único critério contabilístico europeu, a dívida pública dos Açores, incluindo as empresas classificadas, é cerca de metade do que aquela que a Europa pretende atingir daqui a 15 anos.

Esta realidade permite-nos afirmar, com clareza, que a Região tem uma margem muito confortável para assumir esta forma de financiamento como instrumento para continuar a dinamizar o desenvolvimento económico e social dos Açores.

Mais importante do que a análise destes dados em particular é criar-lhes um contexto face às políticas implementadas pelo Governo dos Açores.

Os Açores demonstraram ao país, nestes anos, que era possível manter as contas públicas saudáveis sem fazer tábua rasa das políticas de apoio

social, de apoio ao rendimento das famílias e das empresas e de manutenção, e mesmo reforço, dos níveis de investimento público.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mais: os Açores mostraram ser possível manter uma trajetória de desenvolvimento sem onerar as gerações futuras, garantindo que em cada ano sejam disponibilizados e executados os recursos que permitem aumentar os apoios às famílias e às empresas açorianas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É com satisfação que o Governo regista que o Tribunal de Contas, no seu relatório à Conta de 2014, tenha emitido um parecer favorável, sendo que as reservas e as recomendações apresentadas constituem para nós mais um estímulo ao constante aperfeiçoamento dos documentos aqui apresentados.

É também relevante que o Tribunal de Contas também reconheça que estão ultrapassadas as duas principais recomendações relativamente às contas anteriores, nomeadamente o enquadramento legal dos subsídios e da forma de apresentação da matéria na Conta, resultado do trabalho que o Governo tem vindo a desenvolver nos últimos anos tendo em vista o aperfeiçoamento da informação prestada e do alargamento da base legal dos subsídios a todas as áreas de intervenção.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Também é de salientar que as responsabilidades futuras com as parcerias público-privadas voltaram a registar uma redução em relação aos valores dos anos anteriores.

E é com agrado que o Governo vê reconhecido pelo próprio Tribunal de Contas o valor de 582,9 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2014,

em contraponto com os anteriores 771,9 milhões, em 2013, e 846,1 milhões em 2012, dando razão à posição que sempre defendemos – de que estas parcerias não colocavam em causa as gerações futuras – e deitando por terra as contas, no mínimo estranhas, que outros fizeram no passado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Retomo a ideia com que iniciei esta intervenção: em 2014, e apesar das dificuldades que ainda se faziam sentir na Região – a maior parte delas, é bom que se diga, impostas por uma austeridade externa – foi já possível identificar sinais de que a atividade económica começava a recuperar.

E recuperava, embora ainda timidamente em 2014, graças aos esforços no sentido de não só manter, mas reforçar, os apoios às empresas, bem como a defesa intransigente que fizemos do equilíbrio dos orçamentos familiares, compensando, no limite das nossas possibilidades, os cortes de rendimento impostos aos trabalhadores.

Hoje, é já possível afirmar que o ano de 2015 foi melhor, tendo-se caracterizado, de acordo com os indicadores estatísticos conhecidos, por uma clara retoma da atividade económica e da criação de emprego.

Tendo em conta todos os dados já divulgados pelo INE, no último ano os Açores registaram, efetivamente, uma recuperação do seu nível de produção e de rendimento, consolidando uma trajetória de crescimento económico e de emprego que foi até superior ao verificado no conjunto do país.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Aqui chegados, é o momento de fazer um balanço profundo sobre os efeitos da maior crise financeira dos últimos 70 anos que varreu a Europa e teve enormes repercussões na estabilidade financeira do nosso país.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Nos últimos seis anos assistimos em Portugal à rutura financeira do Estado, à rutura financeira da Madeira, ao colapso das principais instituições financeiras do nosso país – BES, BANIF, BPN e BPP, entre outros – e assistimos, ainda incrédulos, à necessidade de resgate da mais sólida instituição financeira do país, a Caixa Geral de Depósitos.

Deputado Luís Maurício (PSD): O Armando Vara é que sabe dessa história!

O Orador: O Estado português, a Madeira e todas as instituições financeiras com capitais maioritariamente portugueses tiveram de ser resgatados e, na sequência desse resgate, foram impostos planos de ajustamento duros e com consequências nefastas para os portugueses.

No meio desta turbulência sistémica, apenas resistiu uma entidade: a Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É, pois, o momento de assumir esta evidência: os Açores foram a única Região do país que ultrapassou este período sem resgate, sem programa de ajustamento orçamental e sem serem impostas medidas que condicionassem a nossa Autonomia ou que penalizassem especificamente os Açorianos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E os 135 milhões de mão estendida ao Vítor Gaspar? Essa memória seletiva ...!

O Orador: Resistimos! Os Açores e os Açorianos resistiram quando o Estado português, a Madeira e todos os bancos nacionais colapsaram!

Para a História ficará esta nossa pequena Região como o único exemplo de como foi possível manter, numa parte do território nacional, a solidez das finanças públicas e a nossa Autonomia, sem necessidade de resgates, de imposição de programas de ajustamento orçamental, nem de medidas restritivas próprias.

Mas não foi por mero acaso que os Açores foram a única região do país que não foi sujeita a qualquer processo ou programa de ajustamento orçamental e foram a parte do território nacional isenta de medidas restritivas ou de austeridade específicas.

E permitam-me que refira que o mérito desta realidade é única e exclusivamente dos Açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Dos Açorianos que, ao longo de 40 anos, souberam construir uma Autonomia responsável, uma Autonomia sólida, uma Autonomia solidária.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E esse mérito dos Açorianos deve ser partilhado com quem os Açorianos escolheram para os liderar ao longo deste período: Vasco Cordeiro, Carlos César, Alberto Madrugada da Costa e João Bosco Mota Amaral.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Temos, pois, um património que é só nosso, que é de todos os Açorianos, que não é de mais ninguém.

Deputado Luís Garcia (PSD): O que disseram e agora batem palmas!

Deputado Berto Messias (PS): O que é isso?

Deputado Luís Garcia (PSD): Falta de vergonha! O que disseram do Sr. Madruga da Costa e agora aplaudem!

O Orador: Não foi fácil, como é óbvio. E nem tudo aconteceu como desejávamos que tivesse acontecido, por vezes em virtude de falhas nossas – que humildemente admitimos – ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Respeitem pelo menos as pessoas! Com a carinha de gozo com que estão, estão a respeitar as pessoas? Há limites!

O Orador: ... mas, em muitas ocasiões, por acrescidas dificuldades que foram sendo colocadas ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Srs. Deputados, o Sr. Vice-Presidente está no uso da palavra.

O Orador: ... aos Açores e aos Açorianos, as quais, em vários casos, não entendemos, nem aceitámos.

Mas, por aqui, nestas nossas ilhas, também tivemos quem se tivesse assumido mais por “lá” do que por “cá”.

Contra toda a lógica e contra tudo o que se poderia esperar, houve quem tivesse defendido os cortes, a austeridade e o sufoco económico das famílias, das empresas e da economia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não defende os pobres! Criam-se pobres! O senhor alimenta a pobreza!

O Orador: Neste mesmo Parlamento, ouviram-se vozes a agourarem o fim da Autonomia, a criticarem um alegado condicionamento do Orçamento da Região e, até, a adivinharem o fim dos complementos remuneratórios e dos apoios sociais de que os Açorianos beneficiam ...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... e o despedimento de funcionários públicos.

Tudo isso a propósito do protocolo de entendimento entre os governos Regional e da República que pretendia, tão só, quantificar a participação dos Açores no esforço de consolidação orçamental e financeira do país.

Como devem estar envergonhados esses profetas da desgraça!

Deputado André Bradford (PS): O pior é que não estão!

O Orador: E arrependidos também, sobretudo se se tiver em conta que, nesta Casa, o vento não leva as palavras – elas ficam registadas, estão em ata.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Essa frase ainda se vai virar contra si, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: E convém, já agora, recordar que estão também na memória dos Açorianos.

E os Açorianos nunca se esquecerão disso.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Para lá da análise técnica deste relatório ou que o relatório do Tribunal de Contas nos traz aqui importa, julgo eu, fazer uma análise política daquilo que pode ser extraído do relatório do Tribunal de Contas.

De qualquer forma gostaria de fazer uma alusão ao facto do próprio Tribunal de Contas ter dito que esta Conta não é uma Conta fiável e não é uma Conta fiável tendo em consideração um conjunto de parâmetros de avaliação do próprio Tribunal de Contas, mas eu gostava desde logo de referir o facto da não observância da regra do equilíbrio orçamental, princípio a que como todos nós sabemos somos obrigados, designadamente quando fazemos aqui propostas de alteração, que temos de cumprir e que no fundo depois o Governo Regional não observa durante a execução orçamental.

Mas não é só a esse aspeto que eu me queria referir. Durante a execução orçamental acontecem centenas de alterações orçamentais feitas durante a execução do Plano e do Orçamento que desvirtuam e alteram profundamente o documento, ou melhor os documentos que aqui aprovamos.

Desvirtuam e alteram profundamente o Plano e Orçamento que são documentos aprovados neste Parlamento e depois executados pelo Governo Regional, mas a verdade é que é um documento que é desta

câmara, ou melhor, são documentos que são desta câmara e que o Governo fica mandatado para fazer a sua execução. A verdade é que sendo essas alterações orçamentais legítimas (aliás, até essa legitimidade é reforçada pelo próprio articulado que aqui aprovamos no Orçamento, articulado que a Representação Parlamentar do PCP tem vindo sucessivamente a procurar alterar de modo a que se reforcem os poderes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no sentido de um acompanhamento mais próximo da execução orçamental, designadamente das alterações que são feitas ao longo da sua execução) isso tem um significado e esse significado político é que o Governo (aliás, como noutras áreas) desvaloriza o papel desta Assembleia e é por isso, por essa desvalorização, que o Governo Regional e que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem dado esse aval ao Governo de menorizar o papel desta Assembleia que é importante que em outubro aconteçam alterações que possam contribuir para a valorização deste Parlamento (que possam contribuir para a valorização deste Parlamento) e acabar com uma coisa que está a acontecer e que é, digamos, a asfixia desta maioria absoluta do Partido Socialista.

Deputado José San-Bento (PS): É preciso ter lata!

Deputado Berto Messias (PS): Isso vindo de si é mais grave ainda!

O Orador: Portanto, é fundamental que alguma coisa mude e aquilo que tem forçosamente de mudar é exatamente isto.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é a mini cassete!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já não há cassete!

O Orador: É *blu-ray*!

Mas a análise política da Conta de 2014 permite igualmente a demonstração inequívoca de que o paradigma da governação e o modelo

de desenvolvimento que lhe está associado está esgotado. Isto é, o Partido Socialista ao longo destes anos não conseguiu guindar a Região de um patamar de desenvolvimento que nos coloca na cauda das regiões europeias e pouco mais acima da cauda das regiões nacionais.

Deputado Berto Messias (PS): Mas isso não é verdade! Pura e simplesmente não é verdade!

O Orador: Aliás, as assimetrias entre as nossas ilhas têm vindo a acentuar-se.

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade!

O Orador: O Governo demitiu-se, o Partido Socialista demitiu-se das políticas de coesão, do desenvolvimento harmonioso da nossa Região que como sabemos é um dos pilares do regime autonómico, mas isso verifica-se entre as nossas ilhas e, por exemplo, em São Miguel verifica-se entre os concelhos da mesma ilha onde as assimetrias são profundas e cada vez mais a acentuarem-se muito. Isto não ocorre por acaso. Ocorre porque as ações e o investimento público que lhe está alocado não têm em conta este objetivo primeiro que é que a Região se desenvolva de forma harmoniosa, que seja bom viver nos Açores em qualquer dos lugares mais remotos da nossa Região, seja na freguesia do Topo, em São Jorge, no Corvo, ou mesmo numa qualquer freguesia de Vila Franca do Campo. Até por isto, até porque a população de algumas das nossas ilhas está a envelhecer, as nossas ilhas, algumas delas, estão a sofrer um problema de desertificação, bem assim como a generalidade o espaço rural até das ilhas maiores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado, Sr. Deputado!

O Orador: Sobre isto o Governo Regional faz nada. Não faz nada! Abdicou, deixou cair um dos principais desígnios da autonomia e isto também se vê na Conta da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Portanto, é bom que o povo açoriano vá percebendo que há alternativas e que a representativa plural que existe neste Parlamento pode ser diferente, isto é, esta pluralidade precisa que alguns partidos sejam reforçados para que o Partido Socialista perca esta sua arrogância.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é a cassete eleitoral!

O Orador: Mas há ainda outras questões como o subfinanciamento dos setores sociais, designadamente na educação e na saúde. É porque nós normalmente quando falamos em subfinanciamento temos tendência para ir para o setor da saúde, mas não é só no setor da saúde. O setor da educação é também um setor subfinanciado.

Veja-se, por exemplo, o paradigma da formação de professores foi alterado, centrou-se na escola. Até pode merecer e merece certamente o apoio da Representação Parlamentar do PCP, mas as escolas não têm verbas para formar os seus professores, isto é, foi-lhes atribuída uma competência, mas não foi acompanhada com o envelope financeiro necessário para cumprir essa sua competência, considerando até que as escolas são um centro de formação de professores por excelência.

Isto para não falar também na Ação Social Escolar, porque são os próprios alunos que não beneficiam de nenhum apoio da Ação Social Escolar, por exemplo, ao nível das refeições, que financiam as próprias refeições de quem usufrui de apoios para a alimentação.

Claro que a saúde é, digamos, o caso paradigmático, mas no caso da saúde há aqui uma questão que torna as coisas ainda muito mais graves e

que tem a ver com o seguinte. Embora este setor esteja já no perímetro da dívida, a verdade é esta: o Governo Regional serve-se do setor empresarial público regional para se autofinanciar. Subfinancia-o, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... deixa o setor empresarial numa situação de endividamento. Aliás, o caso paradigmático é o Grupo SATA, em que o Governo não cumpre os compromissos com o Grupo SATA e obriga aquela empresa pública a ir financiar-se à banca privada.

E quais são os compromissos que o Governo tem com aquela empresa pública?

São os decorrentes do contrato de obrigações de serviço público para o transporte aéreo inter ilhas.

Portanto, eu poderia (não tenho tempo, se tempo houvesse, Sra. Presidente!), se tempo houvesse, continuar a enumerar um conjunto de parâmetros com que se pode avaliar politicamente a governação do Partido Socialista pela análise do relatório do Tribunal de Contas.

Não há tempo, mas uma coisa é certa: necessitamos mudar! É urgente mudar, é fundamental que o Partido Socialista volte a 1996 ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Já ninguém pode ouvir isso!

O Orador: ... e à humildade que então demonstrou para dialogar democraticamente com todas as forças políticas que aqui estão presentes, ...

Deputado Berto Messias (PS): Isso vindo de si é ainda mais grave!

O Orador: ... de modo a construir-se uma alternativa de progresso para o futuro dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente, designadamente pela sua tolerância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre a Conta da Região de 2014 é inevitável analisar o respetivo relatório e parecer do Tribunal de Contas, seja ao nível das suas conclusões, seja ao nível das suas recomendações, seja ao nível do juízo sobre a referida Conta e ainda das ênfases que regista, o parecer do Tribunal de Contas é suficientemente preocupante para merecer uma atenção redobrada deste Parlamento.

Se quisesse resumir numa palavra o seu conteúdo diria que o Tribunal de Contas solicita transparência, mais transparência e ainda mais transparência, ou seja, menos engenharia financeira bem sintetizada no juízo final elaborado pelo próprio relatório, pelo próprio Tribunal de Contas e que passo a citar: “Considerando as observações, conclusões e recomendações, anteriormente formuladas, o Tribunal de Contas emite, em conformidade com a sua Lei de Organização e Processo, uma apreciação favorável, com reservas, [sublinho: “com reservas”] sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2014.”

Digamos que o Tribunal de Contas solicita uma Conta amiga do contribuinte, uma Conta inteligível, sem alçapões, sem deficiências, sem insuficiências, e os adjetivos não são meus, Sras. e Srs. Deputados, e sem infindáveis matrioskas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Matrioskas são da Rússia!

A Oradora: ... que tornam a sua análise num obscuro exercício para poucos, ou se calhar apenas um iluminado.

Vejamos alguns exemplos, poucos por manifesta falta de tempo regimental, não na avaliação feita pelo Bloco de Esquerda, mas na avaliação feita pelo Tribunal de Contas, ele mesmo.

“O Orçamento não observou a regra do equilíbrio orçamental.”

Oh, Sras. e Srs. Deputados, o guardião regional do equilíbrio, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Foi o que a senhora aprovou!

A Oradora: ... o guardião que aqui não deixa passar, neste Parlamento, uma única proposta ou medida que ponha em causa este mesmo equilíbrio ...

Deputado Francisco César (PS): A senhora sabe o que é o equilíbrio orçamental? Isso é défice! Sabe o que é défice?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): ‘Em casa de ferreiro espeto de pau!’

A Oradora: ... agora é o Tribunal de Contas que diz: “Senhor guardião, o senhor não cumpriu a regra que obriga todos os outros a cumprir”, ou seja, em ‘casa de ferreiro espeto de pau’.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso não é novidade!

A Oradora: Continuando: “A Conta não evidencia os pagamentos de despesas de anos anteriores, no montante de 18,7 milhões de euros.”

“Os valores das operações extraorçamentais dos serviços integrados, apresentados na Conta, não são fiáveis, podendo comportar distorções que podem ser materialmente relevantes, (...).”

“A Conta não evidencia os movimentos de entrada e saída de capitais nas contas bancárias relativas a fundos comunitários.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não acredito!

A Oradora: “A Direção Regional do Orçamento e Tesouro não cumpriu a obrigação de elaboração e de prestação de contas, (...), relativamente às funções de tesouraria que exerce.”

“A Direção Regional do Orçamento e Tesouro não elaborou as reconciliações de saldos das respetivas contas bancárias, impossibilitando aferir a conformidade do saldo contabilístico da Conta.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não pode ser!

A Oradora: “O Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia contratou uma abertura de crédito, na modalidade de conta corrente, até ao montante de 1,2 milhões de euros, mantendo um saldo devedor de 900 mil euros, no final de 2014. O contrato referente a esta operação, de que resultou dívida pública fundada, não foi submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.”

“O valor atualizado dos encargos futuros com as parcerias público-privadas e com a execução dos contratos ARAAL, ...

Deputado Francisco César (PS): Quais foram?

A Oradora: ... com incidência orçamental até 2039, ascendia a 599,9 milhões de euros ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): 600 milhões!

A Oradora: ... (ou seja, 16,2% do PIB da Região Autónoma dos Açores, em 2013).”

Deputado Francisco César (PS): Mas já foi muito mais do que isso! Já estive em mil e tal!

A Oradora: Continuemos, Sras. e Srs. Deputados: “Não foram objeto de oportuna relevação contabilística 134,3 milhões de euros de receita comunitária.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma bagatela!

A Oradora: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, queremos ainda acrescentar a este panorama (e Sr. Vice-Presidente na realidade o Bloco de Esquerda está longe de se orgulhar deste tipo de relatório e parecer quanto à Conta de 2014 – acrescentar dizia eu) um outro registo deste mesmo relatório e parecer do Tribunal de Contas que diz o seguinte: “Com referência à Conta de 2013, formularam-se 20 recomendações, 14 das quais reiteradas.” Ou seja, 14 das quais ano após ano são emitidas.

“Atendendo à data em que foram formuladas, [estas recomendações] o acatamento de quatro delas só poderá ser verificado nas Contas de 2015 ou de 2016.” Cá estamos para ver, mas “relativamente às restantes 16 recomendações, constatou-se o acolhimento de duas e o acolhimento parcial de outra, o que evidencia um baixo grau de acatamento.”

Orgulho em quê, Sr. Vice-Presidente?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O orgulhosinho! Um pouquinho!

A Oradora: Também não percebemos.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, a pergunta que o Bloco de Esquerda faz é a seguinte: tem mesmo que ser assim?

Não pode ser de outra maneira?

Podem fazer o favor de nos explicar porque é que tem de ser assim e de outra maneira?

Que tipo de orgulho ou a que tipo de orgulho é que esta câmara está obrigada face a este cenário descrito não pelo Bloco de Esquerda, mas muito sumariamente lido aqui pelo Tribunal de Contas?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou aproveitar aquilo que a Sra. Deputada Zuraida Soares acabou de falar e vou complementar um bocado mais uma vez que também tenho mais algum tempo, mas há uma questão que eu gostaria de dizer. Eu não resisto a dizer, quando o Sr. Vice-Presidente na sua introdução falou em resgate do país, que esse resgate do país tem um nome, Sr. Vice-Presidente, ...

Deputado André Bradford (PS): Diga, diga!

O Orador: ... e esse nome é José Sócrates, portanto, eu acho que é perfeitamente caricato aquilo que o senhor acabou de fazer na sua intervenção inicial.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Vou pronunciar-me relativamente à Conta de 2014, mas de qualquer forma também não se percebe muito bem o cenário paradisíaco que ali tentou demonstrar com a falência total, designadamente com indicadores de natureza social, com os indicadores na área da educação, com os indicadores péssimos na área da saúde que nós conhecemos. Isto é um discurso que não bate certo com a realidade.

Deputado André Bradford (PS): Bate, bate!

O Orador: Os senhores vivem e tentam fazer com que os açorianos estejam perfeitamente inebriados com algum tipo de discurso que no fundo depois não bate certo com aquilo que as pessoas sentem.

A outra coisa que foi espantosa, diria eu, na intervenção inicial do Sr. Vice-Presidente foi a fuga e a leitura que não se percebe muito bem como iremos ver que faz do parecer do Tribunal de Contas. Não se percebe! Não bate certo!

Das duas, uma: ou tentou negar o que lá está, ou tentou faltar à verdade sobre aquilo que consta do parecer do Tribunal de Contas.

Nós vamos seguir-nos pelo parecer do Tribunal de Contas, porque é uma entidade idónea, isenta, independente ...

Deputado Francisco César (PS): Nunca se engana!

O Orador: ... e que faz uma avaliação perfeitamente fora do quadro partidário e, portanto, dá-nos essa ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: É, é!

O Orador: Já estamos a ouvir “é, é”!

Deputado André Bradford (PS): Oh, senhor, engasguei-me!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Louvado seja Deus!

O Orador: É justamente por isso que eu iria dizer isto: nós bem sabemos que o Partido Socialista não morre de amores pelo Tribunal de Contas, não tem por ele o respeito que deveria ter, como entidade independente e isenta que é. Os senhores não têm! Não têm!

Já o demonstraram em anos anteriores e foi demonstrado agora pelo Sr. Deputado André Bradford quando se disse “é, é!”

Deputado André Bradford (PS): Engasguei-me!

O Orador: Nós sabemos que a tentativa de desvalorizar o que o Tribunal de Contas diz é, no fundo, para tentarem desvalorizar as conclusões que são retiradas relativamente a práticas perfeitamente desadequadas na gestão dos dinheiros públicos.

Esta Conta, a Conta de 2014, é uma Conta de constatação de problemas que efetivamente existem nas finanças públicas regionais, é uma Conta de confirmação de práticas que são práticas erradas, desadequadas e algumas até ilegais relativamente à utilização de dinheiros públicos, mas acima de tudo é uma Conta de preocupação, é no fundo um exemplo acabado de práticas adotadas por um Governo que há muito já não consegue esconder os vícios que adquiriu ao longo destes 20 anos em que tem governado os Açores ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... com os resultados que hoje em dia são visíveis.

Esta gravidade é uma gravidade bem evidenciada pelo Tribunal de Contas a três níveis.

Um primeiro nível foi um bocadinho aquilo que a Sra. Deputada Zuraida Soares tentou aqui apresentar, um caminho de falta de transparência, de falta de fiabilidade que é um nome que foi utilizado em diversas situações por parte do Tribunal de Contas e até de desrespeito completo, não só pela utilização do dinheiro dos açorianos, mas também o desrespeito por entidades a quem deviam prestar contas.

São recorrentes as palavras ao longo de todo o relatório. Não é numa parte do relatório, não é no capítulo *x*, ou no capítulo *y*, é ao longo de todo o relatório há adjetivos como “omissão de informação” que aparece em diversos momentos (a Sra. Deputada Zuraida Soares referiu alguns ali), “divergências”, “incorreções”, “incongruências”. Isto são adjetivos que aparecem ao longo de todo o relatório. É isto que o Tribunal de Contas diz.

Aliás, há uma questão curiosa. Em função do tipo de apresentação que este ano foi feita por parte do Tribunal de Contas, as divergências que

existem entre a Conta apresentada pela Região e as Contas diversas, a diversos níveis, as divergências ocupam as páginas 245 a 259 do relatório. Quinze páginas!

Temos ali 15 páginas de divergências (eu não quero correr o risco de repetir algumas que a Sra. Deputada Zuraida Soares falou, porque isso é bem provável que possa acontecer) e começa desde logo no Orçamento. Começa desde logo no Orçamento! Já nem chega à Conta.

Deputado André Bradford (PS): Foram tantas. Diga só as que ela não disse!

O Orador: Na proposta do Orçamento omite-se a informação relativa à “situação financeira dos serviços e fundos autónomos, os subsídios regionais e critérios de atribuição, as transferências” orçamentais e por aí adiante ...

Deputado Francisco César (PS): No Orçamento!!

O Orador: ... de acordo com o que vem estabelecido na lei do enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

A omissão começa no Orçamento e vai por aí adiante. Divergências aos mais diversos níveis, divergências relativas a registos efetuados nos agrupamentos económicos de subsídios e transferências decorrentes e de capital, divergências de contabilização e em alguns casos de valor nas transferências correntes e de capital, situações de incorreta classificação económica da despesa, divergências entre a Conta e documentos de prestação de contas de entidades contabilísticas que integram neste caso a Secretaria da Educação, divergências na quantificação das despesas de investimento público, nas operações extraorçamentais divergências entre a Conta e os documentos de prestação de contas dos serviços com

autonomia administrativa da administração regional direta e poderíamos ir muito mais por aí.

Nesta aqui: “Não é possível ...”

Algumas frases que eu acho que são aterradoras e que deveriam envergonhar.

“Não é possível garantir o efetivo, integral e adequado registo dos valores relativos aos movimentos orçamentais e extraorçamentais expostos na Conta”.

“Os saldos da Administração Regional direta não foram objeto de confirmação, por falta dos extratos bancários e respetivas reconciliações, à data de 31 de dezembro”. Não existe!

Algo que é fundamental não existiu, não foi enviado.

Mais! “Não foi consolidada uma parcela significativa das transferências efetuadas pela Administração Regional direta dirigida às entidades que integram a Administração Regional indireta (...)”.

“Por consolidar, ficaram, ainda, as operações realizadas entre as entidades que integram o subsector da Administração Regional indireta, e destas para a Administração Regional direta.”

E por aí adiante! E por aí adiante chegando-se ao ponto de dizer relativamente às operações extraorçamentais: “Estes valores, quando comparados com os apresentados nos documentos de prestação de contas das entidades contabilísticas, apresentam divergências consideráveis.”

“Os valores apresentados na Conta [penso que esta a Sra. Deputada Zuraída Soares falou] não são fiáveis, podendo comportar distorções que podem ser materialmente relevantes.”

Ou seja, a omissão de informação que em alguns casos adquire fóruns de ilegalidade (e já vamos às ilegalidades) e que se repetem ao longo de toda

a Conta não permitem ao Tribunal de Contas, como depois falaremos quando falarmos no parecer final, certificar aquilo que acabaram de analisar. Não permite! Isto é dito claramente!

Só para falar aqui numa ...

Estas a Sra. Deputada falou da Direção Regional do Orçamento e Tesouro não forneceu informação sobre todas as contas bancárias da Região, não elaborou as reconciliações de saldos das respetivas contas bancárias, isto é, uma quantidade assinalável e permanente de informação que é omitida, de informação que não é entregue quando deveria ter sido entregue para permitir fazer a devida avaliação da situação financeira da Região e, portanto, estamos falados em termos de fiabilidade.

A Conta é considerada pelo Tribunal de Contas como não fiável e, portanto, aquilo que estamos aqui a discutir é um instrumento financeiro que não é fiável de acordo com uma entidade independente como o Tribunal de Contas.

Este é o primeiro nível.

Vamos então ao segundo nível.

Só para ficarmos com ... e são os únicos números que eu irei falar neste momento.

A dívida financeira do setor público regional é de mil novecentos ... Não é! Sim, exatamente!

A dívida financeira e a não financeira do setor público regional globalmente, creio que no quadro da página 113, tanto quanto me lembro (há bocado falámos nisso), são 1.991 milhões de euros.

Se a isto juntarmos ...

Não são três mil. São 2.600!

Deputado Francisco César (PS): É que já foram 3 mil!

O Orador: Não, não!

Estes números fazem lembrar os 2.500 milhões de euros.

Afinal de contas havia alguém que tinha razão. Afinal de contas havia alguém que tinha razão!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Finalmente constata-se neste momento que as responsabilidades assumidas são significativas ...

Deputado André Bradford (PS): Falta a conta do jantar de ontem!

O Orador: ... e o que é mais importante em tudo isto é que esta quantidade, este volume de financiamento (contas feitas em função do estudo das necessidades de financiamento do Tribunal de Contas) se vai concentrar muito num determinado período, que aliás nos encontramos mais ou menos a meio, diz que (deixe-me só procurar aqui a página, que é a 97): “A elevada concentração ...”

É importante ouvirem isto.

“A elevada concentração temporal de amortizações no triénio 2016-2018 [ou seja, este ano em que nos encontramos mais os próximos dois] – (...) – é suscetível de condicionar o respeito pelo princípio da equidade intergeracional previsto no artigo 10.º da Lei de Enquadramento Orçamental”. Ou seja, o contrário daquilo que o Sr. Vice-Presidente disse, entre muitas outras coisas que disse, ali há bocado da tribuna, que disse que estava assegurada a equidade intergeracional.

Não está! É o Tribunal de Contas que o diz e por isso teremos os nossos filhos e os nossos netos a pagar por coisas que nós estamos a usufruir, mas que eles não vão usufruir no futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Não vamos demolir as estradas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas estragam-se!

O Orador: É esta a fatura que estão a deixar para os açorianos.

Da mesma coisa estão a deixar algumas empresas. Já falámos aqui, já foi falado aqui da questão dos hospitais, da questão do subfinanciamento dos hospitais EPE, da situação de falência técnica em que se encontram hospitais EPE, em que se encontra a SATA e que vai levar, em termos de falência técnica e em termos de compromissos deixados, a que em termos de risco para as finanças regionais exista uma coisa muito clara que é dita pelo Tribunal de Contas na página 108. Duas frases! Acho duas frases elucidativas do Tribunal de Contas: “A elevada concentração da dívida do sector público administrativo regional, [falamos aqui do administrativo] no período 2015-2018, poderá constituir um fator de risco para a estabilidade das finanças públicas regionais (...)”.

Então onde é que está o discurso relativamente à belíssima situação apontada pelo Tribunal de Contas?

O Tribunal de Contas aponta a eventualidade de risco daí decorrentes.

“No contexto descrito, os elevados níveis de dívida financeira evidenciados pela maioria das entidades [isto no caso das entidades públicas não reclassificadas] determinaram o agravamento da pressão financeira, com os juros e gastos similares suportados a absorverem parte substancial dos recursos gerados (...)”.

Portanto, aquilo que nós temos é uma situação, por um lado, de um documento que não é fiável, e por outro, um documento em que estão evidenciadas situações de risco para as finanças públicas regionais. É isto que diz o parecer do Tribunal de Contas.

Há um terceiro nível que eu deixaria para uma segunda intervenção e que tem a ver designadamente com questões relacionadas com matéria de

legalidade e por isso eu deixo uma pergunta só ao Sr. Vice-Presidente do Governo que eventualmente se quiser responde, se não quiser não responde, é: perante a acusação por parte do Tribunal de Contas de que este é um documento não fiável, perante a acusação de dizer que aquilo que está a ser feito em termos de gestão das finanças regionais coloca em risco a nossa sustentabilidade financeira em termos de futuro, oh, Sr. Vice-Presidente, este tipo de acusações por parte de uma entidade isenta como o Tribunal de Contas não lhe retiram a tranquilidade?

Este tipo de acusações feitas pelo Tribunal de Contas não o fazem encher de vergonha?

Ou será que tudo isto e o que diz o Tribunal de Contas é para si totalmente indiferente?

Da resposta a esta questão, se lhe retira a tranquilidade ou se isto para si é indiferente, ficará aqui perfeitamente claro a ligeireza com que o senhor mostra que tem gerido as finanças regionais ao longo dos últimos 12 anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, ao analisar esta Conta da Região de 2014 os números tornam-se verdadeiramente preocupantes e mais preocupantes ainda quando quem nos governa está completamente tranquilo em relação a estes números.

Devo dizer desde logo que a dívida global do setor público regional está em 1991,2 milhões de euros, ou seja, mais 115, 3 milhões do que em 2013.

Foram concedidos 23 avales, elevando as responsabilidades assumidas para 612 milhões de euros, ...

Deputado André Bradford (PS): Não se meta nos avales. Temos especialistas!

A Oradora: ... mais 124 milhões do que em 2013.

As responsabilidades assumidas através das PPPs totalizaram 600 milhões de euros (mais grave!) ...

Deputado Francisco César (PS): Arredondou!

Deputado André Bradford (PS): É variável ou fixo?

A Oradora: Arredondei! 599,9, Sr. Deputado!

... que terão um impacto direto nos orçamentos da Região até 2039.

Sras. e Srs. Deputados, isto é hipotecar o futuro dos jovens açorianos.

Mais! A riqueza que os açorianos produzem com o seu trabalho que toda a gente fala, o tal do PIB, neste momento a riqueza produzida pelo trabalho dos açorianos que ainda o têm já quase não chega para pagar as dívidas da Região.

Portanto, os senhores podem mandar vir as *low cost*, podem exigir à Europa o dinheiro todo que quiserem para a agricultura que nós, ...

Deputado André Bradford (PS): Os senhores também já disseram isso no continente!

A Oradora: ... os nossos filhos e os nossos netos vamos estar a pagar por muitos e muitos anos a dívida contraída por 20 anos de governação socialista e como já foi dito aqui (e muito bem!) estes são só os valores que nós conhecemos, ...

Deputado André Bradford (PS): Falta de rigor!

A Oradora: ... porque esta Conta da Região com a falta de transparência que tem, porque as omissões são muitas e já foram bastante enumeradas tanto pela Deputada Zuraida, como pelo Deputado António Marinho, e eu não vou voltar a enumerar, teme-se que a dívida que os açorianos terão que pagar seja muitíssimo maior.

Mas eu não resisto a registar que a Conta omite informação sobre o valor global dos fundos comunitários transferidos para a Região Autónoma dos Açores e sobre o seu enquadramento no plano regional anual dos projetos beneficiários.

Sr. Vice-Presidente, afinal esta história dos quadros comunitários de apoio está efetivamente muito mal contada e já não é só o CDS que disse. O Tribunal de Contas agora também vem confirmar que esta história dos fundos comunitários está de facto muito mal contada.

A questão que verdadeiramente se coloca é: qual foi o benefício que os açorianos tiveram com toda esta dívida?

Temos mais emprego?

Deputado André Bradford (PS): Qual é a fundamentação dessa conversa?

A Oradora: Não! Apesar do desemprego diminuir, curiosamente o emprego não aumenta.

Deputado Francisco César (PS): Ai, não?

A Oradora: Isso é que é curioso.

Apesar dos 400 milhões de dívida na saúde temos melhores condições de acesso à saúde?

Não! Os tempos de lista espera continuam a aumentar.

Temos melhores transportes marítimos?

Não! Os transportes continuam a ser uma das maiores condicionantes à nossa economia.

Temos melhor educação?

Também não! Estamos vergonhosamente colados ao fundo da tabela de *rankings* a nível nacional.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

A Oradora: Depois pergunto-lhe: temos melhores condições sociais?

A resposta está aqui se algum dos Membros do Governo quiser olhar para as notícias que acabaram de sair.

Deputado André Bradford (PS): Não se consegue ler. Está minúsculo!

A Oradora: “Açores são a região portuguesa com menos progresso social.”

Portanto, só podemos concluir que toda esta dívida nem sequer representou um investimento nos açorianos. Toda esta dívida resulta única e exclusivamente de uma gestão desastrosa de 20 anos de governação socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta é provavelmente a oitava vez ou a nona vez desde que exerço funções nesta Assembleia que vimos discutir a Conta da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, permite-me com algum distanciamento ter alguma memória da evolução que fizemos nos últimos oito ou nove orçamentos (são oito, são nove exercícios) e custa-me ...

Ou melhor, para quem chega aqui – os senhores jornalistas, as pessoas que cá estão a assistir ...

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): O senhor não pode referenciar o público!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Oh, Sra. Presidente!

O Orador: ... – e olham para esta discussão assistimos da parte do Partido Social Democrata, da parte do CDS, aliás, praticamente de toda a oposição, a um cenário dantesco acerca das contas públicas nos Açores. Direi, aliás, citando o meu colega, um cenário catastrófico das finanças públicas, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Daqui a pouco está a pedir aplausos!

O Orador: ... como se nós vivêssemos completamente isolados do mundo e então depois de tudo o que ouvimos eu fui ler o relatório do Tribunal de Contas e o que é que verifiquei?

Verifiquei tudo aquilo que disseram as Sras. e os Srs. Deputados?

Não! Verifiquei que a Conta da Região teve parecer favorável do Tribunal de Contas.

Deputado António Marinho (PSD): Com reserva!

O Orador: Depois de tudo isso que foi dito o Tribunal de Contas deu parecer favorável à Conta do Governo dos Açores.

Deputado António Marinho (PSD): Com reserva!

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora vêm as desculpas da crise ...!

O Orador: Mas se por acaso essa dívida toda que referem (se por acaso essa dívida toda que referem!), ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Essa, não! A nossa! Temos todos de pagar!

O Orador: ... que há o não cumprimento de um conjunto de regras de execução orçamental, de equilíbrio orçamental (curiosamente a propósito disso Sra. Deputada o que referiu acerca do orçamento foi o orçamento que aprovámos aqui, portanto, à partida já não havia um equilíbrio orçamental de 30 milhões de euros, mas isso nós já sabíamos, isso foi discutido aqui) ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas piorou!

O Orador: Não! Nós já sabíamos!

Adiante: mas qual é a consequência de tudo isso que as Sras. e os Srs. Deputados discutem e afirmam?

Qual é a consequência do défice?

Qual é a consequência na dívida?

A consequência é o défice da Região no ano de 2014 que é isto que as Sras. e os Srs. Deputados estiveram a falar.

Mas o défice da Região em 2014, a consequência de tudo isto, catastrófica, que falaram foi de cerca de 0,2% do PIB da Região Autónoma dos Açores. Num ano em que a República teve um défice de mais de 7% do seu PIB.

Da Madeira eu já nem me lembro da conta, mas deve ser bastante acima dos 10%.

Mas se tudo isto que dizem é catastrófico então vamos ver a outra consequência, aquilo que falam que compromete gerações e gerações. Vamos falar da dívida da Região Autónoma dos Açores, aquela que irá comprometer gerações futuras, aquela para a qual nós hoje gastamos para ter um conjunto de respostas que possam servir o presente e naturalmente garantir o futuro.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Então qual foi o resultado dessa dívida?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Essa é a pergunta que se faz! Quais os benefícios dessa dívida?

O Orador: A dívida nos Açores, comprovada pelo Tribunal de Contas e por instituições que são, penso eu, insuspeitas e isentas, como o Instituto Nacional de Estatística, o Eurostat, dizem o seguinte: a nossa dívida, a dívida com que os senhores estão tanto preocupados, é cerca de 37% do nosso PIB.

Na República quanto é que é, Sras. e Srs. Deputados?

Quanto é que é?

É cerca de 130%.

Para quem nos está a ouvir e que olha para esta discussão que tivemos até agora como algo completamente absurdo, nós com pouco mais de três meses do nosso trabalho, de todo o trabalho e riqueza produzida na Região, nós conseguimos pagar a nossa dívida. Pouco mais de três meses!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Mas na República quantos meses é que eles levariam a pagar toda a sua dívida?

Mais de um ano! Mais de um ano!

Nós, três meses!

E na outra Região Autónoma, na Madeira?

Na Madeira, aquela Região Autónoma que inaugurou após 40 anos de governação, segundo Duarte Freitas, um novo ciclo de governação (aí não era muito tempo certamente!), quanto é que tem de dívida?

Tem acima dos 100%, salvo erro 110%. 118%! Cerca de 12 meses do seu trabalho ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o PIB da Madeira?

O Orador: ... de toda a riqueza produzida para pagar as suas dívidas.

Mais! Sras. e Srs. Deputados, o país foi intervencionado pela Troika. Todos aqui opinião sobre as responsabilidades que levaram a essa intervenção, ...

Deputado André Bradford (PS): Pelo Eng.º Sócrates!

O Orador: ... mas o facto é que o país foi intervencionado pela Troika.

A Região Autónoma da Madeira foi intervencionada pela Troika, pelo país.

A banca, o BANIF, o BPP, o BPN, o BES foram intervencionados.

Deputados Cláudio Almeida (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Caixa Geral de Depósitos!

O Orador: Estavam falidos! Estavam falidos!

Deputado Bruno Belo (PSD): Estão!

O Orador: E os Açores estavam falidos?

A única coisa que eu ouvi esta oposição dizer (e eu posso citar Duarte Freitas em junho de 2013) era que o Governo Regional (todos sabem) está falido.

Mas está falido aonde se a nossa dívida é 37% do PIB?

Se por acaso o nosso défice é 0,2% do PIB?

Se os Açores não contribuem de forma nenhuma para o défice nacional, porque forma é que os senhores continuam exatamente com o mesmo discurso da desgraça?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Só o setor da saúde!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Duarte Freitas chegou ao ponto de dizer em 2012 que “a herança calamitosa do PS deixa cofres vazios, dívidas imensas e falências entre as empresas que fornecem a tutela.”

Mas isto é o discurso desta oposição.

Nós temos a capacidade de reconhecer aquilo que diz o Tribunal de Contas.

Deputado António Marinho (PSD): Não se esqueça do Tribunal de Contas!

O Orador: O Tribunal de Contas naturalmente tem reservas. Nós encaramos isso como um estímulo para tentarmos corrigir aquilo que não fazemos bem.

Agora os senhores têm de ser justos ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É um estímulo!!

Deputado André Bradford (PS): Não querem!

O Orador: ... e vamos ser justos nesta câmara.

Da mesma forma que os senhores criticam aquilo que acham que está mal, reconheçam que no documento do Tribunal de Contas, neste documento do Tribunal de Contas, dizem que o défice nos Açores é 0,2, a dívida é de 37% do seu PIB.

No país é de 130%, alguma dela da responsabilidade do seu partido e nos Açores é que os senhores estão preocupados?

Mas mais lhe digo: isto não é uma responsabilidade apenas dos governos do Partido Socialista. É responsabilidade também dos governos do Partido Social Democrata que inauguraram algo que (nós continuamos e esperamos nós ter aperfeiçoado) se chama autonomia responsável. Autonomia responsável! E nós conseguimos resultados com isso.

Os senhores vêm para aqui dizer que nós estamos numa Região que está completamente falida, dizia o Sr. Deputado Duarte Freitas, que não tem qualquer tipo de resultados.

Mas que resultados é que quer?

Posso dar-lhe alguns. Nos últimos 14 anos a economia dos Açores cresceu 10 vezes mais do que a média nacional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só?!

O Orador: Dez vezes mais do que a média nacional, Sr. Deputado!

A Região Autónoma dos Açores apresenta o maior crescimento médio anual do PIB per capita nos últimos 14 anos.

Alguém falava há pouco: o país ao nível das NUTS II, em 2000, era a última região do país. A última região do país!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga também quanto é que o desemprego cresceu!

O Orador: Atualmente é a quarta mais rica. Atualmente é a quarta mais rica!

No meio disto, caso os senhores não tenham reparado, porque nós reparámos que tivemos imensas dificuldades, passámos por uma crise imensa, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): E tudo por causa dos outros!

O Orador: ... tivemos muitas dificuldades. Tivemos que ajudar as famílias, tivemos que ajudar as empresas, tivemos que auxiliar o seu rendimento.

Sras. e Srs. Deputados, esta Conta naturalmente não é perfeita. Esta Conta naturalmente tem os seus defeitos, mas há algo que lhe posso dizer: os resultados das nossas Contas e os resultados sobretudo e aquilo que serviram os resultados que tivemos nas nossas Contas estão à vista – melhorar a vida dos açorianos.

Gostaríamos que fosse mais, mas temos a certeza que o resultado que obtivemos era o melhor que era possível fazer com aquilo que tínhamos ao nosso dispor.

Foi essa a nossa obrigação e se os açorianos assim o quiserem ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É pena isso não ser verdade!

O Orador: ... nós continuaremos a ajudar os Açores a crescer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O especialista em finança pública!

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, este ano, não me querendo repetir tal como faz o Vice-Presidente do Governo Regional todos os anos em que anuncia um arranque económico “agora sim desta vez estamos a iniciar o arranque económico” e já diz isto desde o início da legislatura.

Todos os anos é o ano do arranque económico.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Agora é que é!

O Orador: Portanto, a questão é esta: o carro não arranca. Já é a quarta tentativa para que esta economia finalmente consiga arrancar.

A questão fundamental é esta: quando olhamos para estas Contas e analisamos com algum pormenor a situação económica e a situação financeira a ideia que nós temos é (para dar uma ideia mais estética) de um castelo de cartas, de algo que é tremendamente instável e é um equilíbrio que se mantém milagrosamente todos os anos.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional é uma espécie de mago Merlin, que consegue manter este castelo de cartas no ar e que consegue tornar-se uma peça absolutamente insubstituível no âmbito da maioria socialista, no âmbito do Governo Regional.

Hoje, quando se perspectiva o futuro económico da Região, quando se perspectiva o titular e o responsável financeiro, há sempre uma vertente, uma condicionante que sucede no âmbito da maioria governamental ao longo de todos estes anos: é que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional é absolutamente insubstituível na medida em que só ele domina este tipo de situação, só ele consegue manter este frágil equilíbrio.

Deputado Francisco César (PS): Não há insubstituíveis, mas há gente preciosa!

O Orador: Esta é a perspectiva que temos todos os anos e que é comungada por parte da maioria do Partido Socialista.

O Sr. Vice-Presidente conseguiu tornar-se numa peça absolutamente insubstituível para a maioria do Partido Socialista, porque consegue manter uma situação que todos nós quando olhamos para estas contas verificamos que é uma situação extremamente vulnerável.

Eu, por exemplo, estou extremamente preocupado com a nossa situação, a nossa vulnerabilidade, a nossa fragilidade.

Eu tenho a certeza absoluta que a Região será apanhada numa situação de extrema vulnerabilidade, tal como já aconteceu em relação à crise económica de 2008.

A tenho a certeza absoluta que se nós tivermos uma situação internacional, como é previsível, que possa evoluir no sentido negativo a Região será encontrada novamente numa situação de extrema vulnerabilidade.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional sabe isso muito bem.

A perceção que nós temos é que a Região Autónoma dos Açores é extremamente vulnerável em relação à evolução da situação internacional.

O que teria sido desejável é que não voltássemos a exhibir esta fraqueza, esta vulnerabilidade em relação às conjunturas, mas a verdade é que o caminho percorrido até este momento indicia exatamente o oposto em relação àquilo que é desejável, ou seja, o que nós temos atualmente é novamente uma situação insustentável à menor flutuação negativa da situação internacional.

A segunda questão que queria aqui referenciar é a omnipresença do Estado e da Região em todo o setor económico. Está tudo dependente de uma forma direta ou indireta de dinheiros públicos.

Às vezes pergunto-me: o que é que falta, qual é a área em que falta o controlo por parte da Região?

Se calhar as padarias. É uma ideia venezuelana, conceivei! Mas não falta muito mais, porque a Região já é titular de todo o tipo de bens e de serviços na nossa geografia. O Estado já é titular de diversas ocupações, ocupações absolutamente inconcebíveis e é isto, esta despesa pública com a presença do setor, com a presença da Região e dos dinheiros públicos em setores que deveriam ser privados que nos vulnerabiliza e que não permite a concentração do esforço financeiro em áreas que são áreas que podem permitir o investimento público, um investimento público produtivo e que podem permitir a melhoria em áreas sociais que são absolutamente fundamentais.

Uma terceira constatação que quero aqui fazer é: de facto quando olhamos para estes orçamentos e a sua execução verificamos que existe

um esforço muito significativo, por exemplo, na área da educação ou, por exemplo, na área da saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há um esforço? Há?

O Orador: Se é possível perspetivar este esforço ... Há!

Na área da educação é absolutamente evidente aquilo que se gasta.

E os resultados, meus senhores?

Os resultados em relação ao esforço que é realizado são resultados que não correspondem ao esforço que é realizado por todos os contribuintes dos Açores e que a população dos Açores deseja. Não é!

É um esforço que do ponto de vista depois da análise dos resultados escolares nós observamos que a Região apresenta os piores resultados do país. Apresenta os piores resultados do país! O que significa que sendo feito um investimento público considerável esse investimento público não está a ser bem aplicado e não está a ter os resultados desejáveis.

Há também que pensar no investimento que é feito em áreas produtivas, como por exemplo na agricultura e nas pescas.

Nós estamos a viver uma situação de enormes dificuldades (enormes dificuldades!) e o que se observa é que o investimento realizado não tem sido um investimento inteligente e que tenha dado à Região uma situação mais sólida. Pelo contrário!

Nos últimos dois anos o que é que aconteceu?

O que aconteceu foi que nas pescas e na agricultura a nossa situação piorou de forma muito considerável.

Portanto, mais uma vez também os objetivos da política orçamental não foram atingidos.

Por fim, quero referenciar quatro ou cinco aspetos técnicos que eu não sei se já foram, entretanto, referenciados por outras intervenções, mas mesmo

que o tenham sido vale a pena repeti-los. Mesmo que tenham sido vale a pena repeti-los!

Deputado André Bradford (PS): Não sabe? Estava não estava aí sentado?

O Orador: Sr. Deputado Bradford, o senhor está sempre muito atento, eu sei, o que é pena é que depois toda essa atenção não se possa refletir em intervenções que não vemos diariamente neste plenário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado!

O Orador: O que eu devo dizer é o seguinte: a dívida financeira do setor público regional fixou-se nos 1.670 milhões de euros, mais 119 milhões de euros, ou seja, mais 7,7% do que em 2013.

Acham este um número preocupante? Eu acho.

As necessidades globais de financiamento público regional para o período de 2015/2039 foram estimadas em 2 mil milhões de euros.

Não consideram este número preocupante? Eu considero.

As responsabilidades assumidas por via da concessão de avales ascendiam a 611 milhões de euros mais 124 milhões, ou seja, mais 25% do que em 2013.

Não consideram este número preocupante? Eu considero.

O valor atualizado dos encargos futuros com as Parcerias Público-Privadas e com a execução dos contratos ARAAL com incidência orçamental até 2039 ascendiam a 599,9 milhões de euros.

Não consideram este número preocupante? Eu considero.

E o que dizer, por exemplo, deste dado que nos é dado (passo a redundância!) pelo Tribunal de Contas?

Foram atribuídas subvenções públicas a seis mil (vejam bem!), a 6.797 beneficiários e nesse universo dos 12 maiores que representam apenas 0,2

(representam apenas 0,2%) absorveram 16,8 milhões de euros correspondente a 16,6% do total das subvenções públicas atribuídas.

Isto demonstra bem a pirâmide que nós temos e que o Partido Socialista e os sucessivos governos do Partido Socialista têm vindo a construir no âmbito da concessão das subvenções públicas.

Apenas, 0,2% (apenas 0,2%!) obtêm, conseguem captar ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... 16,6% do total das subvenções atribuídas.

Consideram isto justo? Eu não considero.

Considero, pelo contrário, muito preocupante.

Termino já, Sra. Presidente, dizendo o seguinte. Duas apreciações finais que quero fazer referência por parte do Tribunal de Contas.

“A Conta apresenta limitações informativas sobre as despesas das entidades que integram o perímetro orçamental, com evidência para os compromissos assumidos e não pegos, pagamentos em atraso, prazo médio de pagamento e pagamentos ocorridos no ano respeitantes a encargos transitados em dívidas de anos anteriores.”

E finalmente: “Nem a proposta de Orçamento, nem a Conta, contêm informação necessária à apreciação a situação financeira do setor público empresarial.”

Eu considero também esta apreciação do Tribunal de Contas muito preocupante.

Deputado Francisco César (PS): O parecer é favorável!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente depois da intervenção da Deputada Graça Silveira pouco mais há a acrescentar àquilo que ela disse, mas efetivamente é preciso que se perceba mais algumas coisas e também com o distanciamento que tem o Sr. Deputado Francisco César eu também já tenho algum distanciamento nessa matéria para em primeiro lugar ter observado o que se vem passando ao longo destes anos e sobretudo para acreditar naquilo que são os organismos internacionais que Vs. Exas. tantas vezes citam e tantas vezes gostam de citar: o INE, Comissão Europeia, por aí fora ...

Eu vou citar a OCDE que Vs. Exas. também reconhecem a sua validade e, portanto, naturalmente vão concordar comigo e o raio-x da OCDE às regiões, em que estado está Portugal. Passo a citar: “A Região Autónoma dos Açores lidera o *ranking* nacional do bem-estar no que à segurança diz respeito. Tem 9.5 em 10 pontos possíveis já que a taxa de homicídios por 100 mil habitantes é de apenas 0.8. Mas a Região Autónoma dos Açores fica em último lugar no que ao emprego diz respeito, não chega aos 59%.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Último lugar de que ano?

O Orador: A taxa de mortalidade ...

Deputado Francisco César (PS): Quanto é que é?

O Orador: ... é de 11.1 por cada mil pessoas e a esperança de vida é de só 76 anos contra os 80 anos da média nacional.

Em termos de educação só 33% dos trabalhadores terminam o ensino secundário.”

Com estes orçamentos, Sr. Deputado Francisco César, saúde/Açores, último lugar; emprego/Açores, último lugar; ...

(Neste momento, mostra à câmara um gráfico)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Esse gráfico é de que ano?

O Orador: É deste ano, Sr. Vice-Presidente, 2014.

... cidadania/Açores, último ano ...

Foi publicado em final de 2015.

Portanto, educação, último lugar; representa exatamente a Conta que o senhor está aqui a falar.

Portanto, foi publicado agora em 2015 como o senhor muito bem sabe, ou seja, o que quer dizer é que se essa oposição está toda errada e os senhores estão certos nós devíamos estar bem na saúde, bem na educação, bem no emprego.

Parece que segundo as vossas contas, Sr. Deputado Francisco César, “não bate a bota com a perdigota”.

Como é que aumentamos a dívida da SAUDAÇOR para 400 milhões de euros, um verdadeiro sorvedouro de dinheiro público e temos as piores listas de espera não é de Portugal, é da Europa?

A isso é que se tem de responder.

Porque é que temos os piores níveis de educação?

Não é de Portugal, é da Europa. A isso é que se tem de responder.

Portanto, não sou eu que o digo, Sr. Deputado José San-Bento, são os organismos internacionais, são as estatísticas, são os estudos e se

quiserem um outro estudo também muito mais interessante sobre conselhos também o posso citar.

Portanto, como é que os orçamentos são equilibrados, são bons e falta dinheiro para o essencial dos açorianos: educação e saúde.

Porque é que somos os piores da Europa?

Porque é que morremos mais cedo do que os nacionais, que os do continente?

Porque é que temos pior saúde do que o continente se eles lá têm uma dívida brutal e nós não temos?

Há um paradoxo que é preciso explicar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Chama-se Sérgio Ávila, o paradoxo!

O Orador: É porque é que lá eles têm dívida, mas têm melhor saúde.

Têm dívida, mas têm melhor educação.

E nós aqui temos boas contas públicas, temos dinheiro, temos orçamentos equilibrados, morremos mais e temos pior educação. Isso é que é o paradoxo que o Governo tem de explicar hoje, com essas contas e neste orçamento.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A primeira coisa que eu queria constatar é que nós estamos a ir de mal a pior, porque se da parte da manhã corríamos o risco de ser psicopatas neste momento estamos a correr o risco de sermos todos esquizofrénicos.

Eu ponho-me no lugar de qualquer açoriano e açoriana que esteja a olhar para esta câmara e que esteja a ouvir este debate e estamos todos a falar daquele livrinho que o Sr. Deputado Francisco César empunhou na sua mão que se chama relatório e parecer do Tribunal de Contas à Conta da Região de 2014 e o Bloco de Esquerda, por exemplo, entre outros partidos, pegou em algumas partes desse relatório (nas suas conclusões, recomendações, ênfases e reservas) e leu-as. Reparem bem açorianos e açorianas: leu-as! Não inventou, não interpretou, não adjetivou. Leu!

Vem o Partido Socialista e diz: “Os senhores vêm aqui criar uma situação, um cenário de catástrofe, de alarme social, de mais coisas, de uma preocupação absolutamente infundada e injusta ...

Deputado Francisco César (PS): De falência iminente!

A Oradora: ... de falência eminente. Os senhores vêm para aqui criar o caos [os senhores e as senhoras dos partidos da oposição] quando isto está tudo bem e recomenda-se.”

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, açorianos e açorianas: ...

Deputado Francisco César (PS): Foi isso que eu disse?

A Oradora: O documento que o Sr. Deputado Francisco César agitou é exatamente o mesmo que todos nós temos na mão e que eu li algumas partes aqui, o Deputado António Marinho leu outras, a Deputada Graça Silveira leu outras e o Deputado Paulo Estêvão leu outras. Não é o discurso das oposições, é o relatório e parecer do Tribunal de Contas.

Portanto, esta tentativa bem feita, reconheço, pelo Sr. Deputado Francisco Coelho ...

Deputado Francisco César (PS): César!

A Oradora: Francisco César!

Seria bem feita também se fosse pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, portanto, não há problema.

Esta tentativa bem feita do Sr. Deputado Francisco César de colar os partidos das oposições à leitura e interpretação malévola e perversa do que se passa com a Conta da Região não é só demagógica, é falsa, ...

Deputado Francisco César (PS): Já lá vamos!

A Oradora: ... porque o Bloco de Esquerda não está a falar de uma opinião, está a ler o que está escrito no relatório. É evidente que o relatório é um relatório. Outros relatórios virão. Se calhar o relatório da Conta de 2015 é capaz de ser um bocadinho melhor e o Governo cumpriu mais recomendações ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não!

A Oradora: ... e deu resposta a mais omissões e o de 2016 até pode ser melhor, mas é o de 2014 que nós estamos a discutir, Sras. e Srs. Deputados. É esse o ponto da Agenda, é a Proposta de Resolução da Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2014 e, portanto, não podemos falar nem de 2013 (não é isso que está em questão), nem de 2015 ou 2016 e o de 2014 diz exatamente ...

Deputado Francisco César (PS): Não falei em 2013!

A Oradora: Mas já outros o fizeram, Sr. Deputado.

O que foi lido é exatamente o que lá está. Portanto, do nosso ponto de vista não é motivo de orgulho o que lá está, do nosso ponto de vista não é motivo de descanso e de louvor, é motivo de preocupação política ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... que volto novamente a reiterar em nome do Bloco de Esquerda com base no relatório e parecer do Tribunal de Contas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu realmente concordo com a Sra. Deputada Zuraída Soares. Acho que os açorianos devem estar muito confusos entre as maravilhas propagadas pelo Governo Regional e Partido Socialista e aquilo que sentem no dia a dia, mas isso eles conseguem avaliar bem.

Muito rapidamente só para passar ao terceiro nível de gravidade daquilo que transparece deste relatório e parecer do Tribunal de Contas: o campo da legalidade.

Para além de um conjunto de ilegalidades diversas relativamente à omissão de informação a que legalmente eram obrigados a proceder à respetiva entrega e que já falámos na primeira parte, dou aqui dois exemplos.

Um dos exemplos diz que o Governo Regional contratou empréstimos de 183 milhões de euros para acudir a necessidades de tesouraria. Até aí tudo bem, só que isso deveria constar da Conta.

O que é que diz o relatório do Tribunal de Contas?

Deputado Francisco César (PS): Isso são os intercalares! Isso é irrelevante!

O Orador: “A Conta não faz qualquer menção a estas operações de financiamento”...

É irrelevante! Lá está! Cumprir a lei é irrelevante para o Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É irrelevante! Bem dito, Sr. Deputado Francisco César!

O Orador: Muito bem! Muito bem, Sr. Deputado!

“A Conta não faz qualquer menção a estas operações de financiamento, em incumprimento do disposto na subalínea 2) da alínea V) do artigo 27.º da Lei do Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.”

Entre estes há um que aliás já foi referido pela Sra. Deputada Zuraida Soares relativamente ao Fundo Regional de Ciência e Tecnologia que no fim de 2014 ainda tinha responsabilidades de 900 mil euros, portanto, existia.

O que é que fez o Governo Regional relativamente a isto?

A Conta omite a realização desta operação de crédito.

Para tapar as coisas nem sequer se põe lá. Portanto, uma ilegalidade de todo o tamanho.

O que é que dizia mais?

Isto gerou a contração de dívida fundada que seria sujeita a fiscalização prévia.

O que é que fez o Governo Regional?

“Mandou às malvas” a fiscalização prévia. Pura e simplesmente não sujeitou a visto do Tribunal de Contas.

Conclui o Tribunal de Contas: “Os factos descritos [ouçam bem!] são suscetíveis de gerar responsabilidade financeira sancionatória (...).”

Esta é de “cabo de esquadra”! Esta é de “cabo de esquadra”!

Mais há mais!

Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa (PSD): É irrelevante!

O Orador: Havia um mecanismo da moda que são as cartas conforto. Um mecanismo da moda! Só para termos uma ideia!

Os avales que a gente vem falando ao longo de anos e anos neste momento, no final de 2014, evidenciam responsabilidades de 612 milhões de euros.

As cartas conforto que vêm dos últimos três anos já vão em 425, ou seja, já ultrapassam mil milhões de euros, 1.037 milhões de euros.

Entre estas pelo menos uma, não sei se haverá mais, conclui o Tribunal de Contas (uma que foi feita patrocinando o Hospital Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada) no valor de 37 milhões e meio de euros. 37 milhões e meio de euros!

O Tribunal conclui que isto assume claramente, em função do tipo de carta conforto, a natureza de garantia pessoal, ou seja, devia ter entrado nos limites das garantias pessoais dos avales, que tinha sido ultrapassada. Primeira ilegalidade!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas já vem do ano passado, Sr. Deputado!

O Orador: Segunda ilegalidade: diz que foram todas emitidas pelo Sr. Vice-Presidente quando o regime de concessão de garantias em vigor na Região Autónoma dos Açores atribui essa competência ao Conselho de Governo relativamente a operações de montante superior a 100 mil contos. São 37 milhões e meio!

Oh, Sr. Vice-Presidente, o Sr. Vice-Presidente não pode gerir o orçamento como se isso fosse a sua conta bancária pessoal.

O senhor na sua conta bancária pessoal o senhor não tem que prestar contas rigorosamente a ninguém. Terá relativamente às pessoas que assim bem entender. Quando o senhor está a gerir o dinheiro dos açorianos tem

de prestar contas e tem de ser sério nas operações que conduz relativamente à utilização do dinheiro dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem respeita o Conselho de Governo!

O Orador: Por isso, ao que parece há quem diga que o senhor é dono do Governo.

Deputado André Bradford (PS): Mas isso é o quê?

O Orador: Não sei se é, se não é e isso pouco me interessa. Agora há uma coisa que eu tenho a certeza: o senhor não é dono dos Açores, não é dono dos açorianos e não é dono do dinheiro dos açorianos e tem que gerir as finanças públicas de forma cuidada, respeitosa e dentro da legalidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, esta é acima de tudo uma Conta de preocupação, é uma Conta que evidencia bem ou retrata bem o que são os 20 anos de governação socialista ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

Por isso, acho que vos vai fazer muito bem uma boa cura de oposição a partir do próximo mês de outubro.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente a esta Conta pelos riscos que ela cria e que foram evidenciados numa primeira fase, pelo atentado que exerce contra a equidade intergeracional, pela arrogância, ...

Deputado André Bradford (PS): Não sei se está a ver a cara dos companheiros de bancada!

O Orador: ... pelo desrespeito, pela omissão de informação que deveria ser solicitada e que provava como é que tinha sido a gestão dos dinheiros públicos, mas acima de tudo de uma forma especial pelas ilegalidades que o Sr. Vice-Presidente tem cometido na gestão dos dinheiros públicos, neste sentido o PSD não pode votar favoravelmente esta Conta e eu diria mais: vai votar contra a Conta da Região relativa ao ano 2014.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Vai votar contra o Tribunal de Contas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado António Marinho, quanta rispidez, quanta agressividade, quanta crispação ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Quanta candura!

O Orador: ... da parte do seu partido.

Lamento profundamente quando o debate político descamba para níveis que eu acho que não são próprios desta Casa.

Não há necessidade nenhuma de dizer que as pessoas são arrogantes, dizer que as pessoas são pouco sérias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é um conflito geracional da sua parte, Sr. Deputado!

O Orador: Aliás, até há poucos comentários do seu líder partidário ainda piores que eu não vou referi-los aqui. Não vale a pena, Sr. Deputado! Nós discordamos, temos visões diferentes sobre o assunto. Eu não sou ninguém também para lhe estar a dar lições de moral, mas o que o lhe digo é que nós discordamos. Pronto! Temos pontos de vista diferentes sobre o assunto, não precisamos de estar a acusar as pessoas de falta de seriedade ou de cometer ilegalidades.

Em relação ao Sr. Vice-Presidente eu não preciso de vir fazer a defesa dele, basta olhar para os números.

Deputado António Marinho (PSD): As coisas foram cometidas pelo Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Na República, 7% de défice; nos Açores, 0,2. Os números falam por si.

Mas eu acho que há aqui uma enorme confusão, pelo menos a Sra. Deputada Zuraida Soares fez com que parecesse. Calculo que não intencionalmente, porque tenho a Sra. Deputada em boa conta, mas parece-me que a Sra. Deputada veio aqui dizer apenas o que estava na Conta.

“Eu, de uma forma muito correta, li coisas que estavam na Conta, no relatório da Conta do Tribunal de Contas e o Sr. Deputado veio falar de outras coisas.”

Não, Sra. Deputada! Não!

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu sei!

O Orador: A Sra. Deputada leu algumas coisas do relatório e eu li as conclusões.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu também!

O Orador: É que tudo aquilo que a senhora disse tem, culmina em várias conclusões e a primeira é que apesar disso tudo o Tribunal de Contas, o relatório do Tribunal de Contas que eu estou a falar, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Aprova!

O Orador: Exatamente!

... dá um parecer favorável.

Deputada Zuraída Soares (BE): Com reservas!

O Orador: Sim! Com reservas que nós tomamos como boas e, portanto, vamos a ver se nos entendemos.

Já falo consigo, Sr. Deputado. Já falo consigo sobre esta matéria.

Vamos a ver se nos entendemos.

O Partido Socialista valoriza tudo aquilo que é dito pelo relatório do Tribunal de Contas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quais é que são as reservas más?

O Orador: Valoriza, em primeiro lugar, o parecer favorável, a validação e certificação do défice de 0,2% do PIB, da dívida pública na ordem dos 37% e toma nota (e em boa conta) como estímulo para aquilo que devemos fazer as observações todas do Tribunal de Contas.

Naturalmente e como disse aqui há pouco, não há aqui nenhuma atitude arrogante. Eu não lhe vim aqui dizer que esta é a melhor Conta do mundo. O que eu estou a dizer é que esta Conta é o melhor que nós conseguimos fazer e ao que me parece os resultados que estão à vista das açorianas e dos açorianos não são nada maus quando comparados ...

Para além disso, parece que nós nos esquecemos do passado segundo falou aqui o Sr. deputado Artur Lima.

Eu lembro-me das Sras. e dos Srs. Deputados referirem que o Tribunal de Contas falava num valor de compromissos futuros muito alto, falava das PPPs, um valor que ultrapassava mais de mil milhões de euros. Até me lembro de uma Comissão de Economia onde eu interpelei diretamente o Sr. Juiz Conselheiro e chamei-lhe a atenção que o Tribunal de Contas dos Açores era o único que tinha aquele critério de avaliação das PPPs. Fui acusado aqui, por algumas das Sras. e Srs. Deputados, de estar a interpelar diretamente o Tribunal de Contas, de estar a acusar o Tribunal de Contas com parcialidade.

Sabe o que é que o Tribunal de Contas fez no ano seguinte?

Apresentou o critério que nós achávamos como fosse o mais correto para a avaliação desses mesmos compromissos futuros.

Deputada Zuraida Soares (BE): Que era o aplicado na Madeira e no continente!

O Orador: Exatamente! A Sra. Deputada acho que esteve nesta reunião. Curiosamente o valor dos compromissos futuros, nomeadamente das PPPs, tal e qual como nós sempre dissemos, tem vindo a descer, não tem vindo a subir em termos da avaliação do Tribunal de Contas.

Mais! Falava o Sr. Deputado António Soares Marinho e o Sr. Deputado Duarte Freitas que nós temos a Região à beira da falência, que a realidade ultrapassa a controvérsia sobre as finanças públicas regionais e referiu por diversas vezes a questão da dívida escondida. Eu acho que de uma vez por todas nós devemos falar sobre o assunto.

Primeiro: a dívida pública estava escondida na saúde. Havia uma desorçamentação permanente e que assim que se soubesse da dívida pública na saúde iria ser o caos nas finanças públicas, nós iríamos falir.

Deputado Luís Maurício (PSD): Diga lá onde ficam os descontos da Segurança Social e da ADSE? Diga lá!

O Orador: Segunda questão: dizia o Sr. Deputado António Soares Marinho e o Sr. Deputado Duarte Freitas que nós iríamos fazer um plano de resgate. Lembram-se do plano de resgate de 135 milhões de euros?

Que iríamos ter um visto prévio de Bruxelas e da República ao nosso orçamento, que era um verdadeiro plano de resgate e que nós estávamos falidos?

Em primeiro lugar, o sistema de contabilidade mudou.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: Essas empresas todas que as Sras. e os Srs. Deputados diziam que estavam fora do escrutínio desses organismos internacionais passaram a estar dentro do perímetro do défice. A saúde passou a estar dentro do perímetro do défice.

O Sr. Deputado Duarte Freitas dizia que a Sociedade Ilhas de Valor, a Lotaçor, a SPRHI, o Hospital de Angra ... estava tudo fora, era tudo uma calamidade, que era só desorçamentação.

Mas eles já cá estão todos. Estão todos a ser escrutinados.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Os resultados estão à vista e sabe quais são os resultados?

O défice é 0,2 e a dívida é 37% do PIB. Estão lá todos! Estão lá todos!

Deputado Luís Maurício (PSD): Tem lá os descontos dos trabalhadores?

O Orador: Em relação ao compromisso com Bruxelas, Sr. Deputado António Soares Marinho, há de me fazer o favor de me vir dizer com a República que, primeiro, não foi um plano de resgate, em segundo lugar, não houve um visto prévio ao nosso orçamento e que a Região já de vez

nos diga, vem a constatar que a Região não faliu conforme tinha dito que ia falir.

Mais!

Deputado António Marinho (PSD): Gostava só que lê-se a última reserva já agora que eu não tenho tempo!

O Orador: Por último, parece que nós vivemos todos no outro mundo. Parece que vivemos todos noutra mundo!

Em Bruxelas no dia de hoje os ministros das finanças reuniram e reuniram porquê?

Porque a execução do orçamento da Ministra das Finanças, Maria Luísa Albuquerque, teve um défice superior a 3%.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah, sim! Isso comparado com o défice de 10% de Sócrates é muito!

O Orador: Vou repetir: Portugal corre o risco de sofrer sanções por causa da execução do orçamento de 2015.

Não fui eu que o disse, foi o responsável da Comissão Europeia sobre o assunto e estão os Açores todos preocupados com o assunto. Ninguém quer sanções.

Então os senhores porque é que não dizem e porque é que não relevam o facto do défice nos Açores ser de 0,2% do PIB? **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Isso! Qual PIB?

Deputado José San-Bento (PS): Não lhes convém!

O Orador: Exatamente! Ou será que é porque temos eleições em outubro?

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, vamos a ver se nos entendemos: em primeiro lugar, os resultados estão à vista.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: Não são ditos apenas por nós. Pelo Tribunal de Contas: dívida e défice, dívida e défice!

Resultados na economia, nas empresas também os temos.

Deputado António Marinho (PSD): Leia a última reserva!

Deputado Luís Maurício (PSD): Ao que isto chegou!

O Orador: Para além disso, gostava de vos salientar também o seguinte.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Eu sei que vos incomoda! Eu sei que incomoda!

Mas o facto é que défice de 0,2 e dívida de 37% só servem para uma coisa: para dar resultados aos açorianos e para nós conseguirmos prestar um bom serviço aos açorianos.

Deputado António Marinho (PSD): Onde é que eles estão?

O Orador: Isto de ter contas públicas equilibradas não é um objetivo em si mesmo. Tem de servir para alguma coisa, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Podia ter servido para desenvolver a Região!

O Orador: ... ao contrário do que os senhores pensam e é puramente instrumental e nós temos orgulho, apesar de termos tido problemas, naturalmente como todos tivemos, de no ano de 2015 nós termos sido a Região que apresentou maior queda ao nível do desemprego, a região do país.

No ano de 2015 nós fomos a Região que apresentou melhor ano ao nível do turismo.

Nós somos a Região Autónoma dos Açores, aquela que tem a segunda taxa mais baixa de analfabetismo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Como é que é?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aonde?

O Orador: E mais! E posso continuar!

Na última década, ao nível da NUTS II, a assimetria entre a ilha mais pobre e mais rica no arquipélago ter reduzido de cerca de 30 pontos para 19.9. Isto quer dizer que as nossas políticas de coesão estão a resultar.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Pelo menos, pelo resultado que mantivemos ao serviço dos açorianos todo o trabalho que tivemos e todas as dificuldades que enfrentámos valeram a pena.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares, pediu a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Vou aproveitar então o seu pedido e fazemos o nosso intervalo da tarde de 30 minutos.

Eram 17 horas e 08 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar o debate no âmbito da Conta da Região de 2014.

Eram 18 horas e 22 minutos.

Está inscrito o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Muito rapidamente e começava pelo fim, por aquilo que foi referido pela intervenção do Sr. Deputado António Marinho.

Só para dizer três coisas que considero essenciais.

O ódio, o ataque pessoal, o insulto, um dia o Sr. Deputado vai perceber que não valem a pena. Um dia o Sr. Deputado vai perceber que não vale a pena ir por esse caminho. Um dia a sua consciência assim apontará e nesse dia com certeza irá reconhecer que o que fez foi um claro excesso, no mínimo, de linguagem.

Segundo aspeto essencial é que o défice e a dívida pública da Região, que é no fundo aquilo que em todos os países, em todas as regiões se discute no âmbito dos documentos que aqui estão a ser analisados, não trazem qualquer dúvida, qualquer divergência e são efetivamente os valores referenciados e que comparam com aquilo que acontece no país, que acontece na outra região autónoma e que acontece na média europeia e foi essa realidade que nos ajudou e nos assegurou que os Açores foram a única região do país sem resgate, a única região do país sem que fosse imposto um plano de ajustamento e que tivesse com isso limitada a sua autonomia e é isso que ficará para a história futura da nossa Região, tendo em conta que vivemos um período onde todas as instituições financeiras com capitais nacionais, o próprio Estado português e a Região Autónoma da Madeira colapsaram e o que resistiu foi os Açores e os açorianos. É essa a realidade que ninguém pode questionar hoje.

São sempre os mesmos que assentam as mesmas dúvidas da sustentabilidade.

Ano a ano temos dado a resposta real a esta realidade e ainda mais extraordinário é que quem levanta dúvidas sobre isso ache que é sempre possível aumentar mais a despesa, aumentar mais o investimento e reduzir a receita, entrando numa contradição entre aquilo que propõem e a realidade que dizem conhecer. É essa, com responsabilidade, a análise e a abordagem a ser feita.

Foi durante este debate citado a análise do Tribunal de Contas, mas foi sempre omitido aquele que é o dado principal: é que o Tribunal de Contas deu o parecer favorável à Conta da Região.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Com reservas, objetivamente; com recomendações, sempre assim existirá, mas existe ao longo dos anos um trabalho constante e permanente de aperfeiçoamento.

As recomendações de hoje não são as recomendações do passado e progressiva e anualmente estes documentos têm vindo a ser aperfeiçoados. Só quem não sabe do que está a falar é que pode assumir que um conjunto de dezenas e dezenas de milhares de documentos, dezenas e dezenas de milhares de procedimentos que passam por milhares de pessoas possa ser feita sem qualquer falha.

Quem disser que assim o fará, das duas, uma: ou não conhece a realidade, ou aquilo que diz nunca será aquilo que cumpre.

Mas desta abordagem o que mais importa é que passámos este período de tormenta sendo a única região do país sem rutura ou sem necessidade de ajustamento orçamental, sem necessitar de um plano de ajustamento, nem de ajuda externa, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... essencialmente quando, como referi, o Estado português, a Madeira e todas as instituições financeiras com capitais nacionais colapsaram. Esse, como também referi, é um mérito exclusivo de todos os açorianos que construíram ao longo de 40 anos uma autonomia responsável e é essa autonomia responsável que é mérito da nossa história autonómica e quando pomos isso em causa estamos a pôr o esforço em causa e a desvalorizar o esforço dos açorianos ao longo de 40 anos.

Na política para um interesse imediato alguns irão perceber que não vale a pena pôr em causa o esforço dos açorianos ao longo de 40 anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação desta Proposta de Resolução. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Queria antes disso prestar uma informação à câmara.

O ponto dois da nossa Agenda que era transformar em pergunta oral ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento requerido pelo PPM foi

retirado, portanto, este ponto já não será ... neste caso já não haverá pergunta por parte do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão fez também chegar um recurso referente ao facto de eu não ter admitido transformar em pergunta oral o requerimento 565 que tinha sido por ele formulado ao Governo Regional, ao qual não foi dada resposta no tempo legal que está definido por lei.

Tendo havido recurso naturalmente que dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que tem cinco minutos para fundamentar o seu recurso.

Depois os restantes partidos com assento neste Parlamento, querendo, também poderão fazer as suas alegações, dispondo igualmente de cinco minutos, findo o qual será colocado à votação o recurso apresentado pelo PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que aqui nos traz tem a ver com o instrumento regimental que é absolutamente essencial em todos os parlamentos do mundo, que é o requerimento, as perguntas que são formuladas ao Governo Regional, neste caso.

É um instrumento de fiscalização política da atividade do Governo e a verdade é esta: é evidente que existem enquadramentos jurídicos muito diferenciados em diversos parlamentos do mundo.

Por exemplo, na Assembleia da República, ao contrário do que sucede aqui na Assembleia Legislativa, o prazo é mais curto. O Governo pode responder num prazo de 30 dias e aqui é de 60 dias e a outra diferença é que se o Governo não responder tem de remeter um ofício para a

Presidente do Parlamento, ou Presidente do Parlamento, a informá-lo das razões que justificam o atraso, ou seja, das razões que justificam o não cumprimento do prazo de 30 dias.

Aqui temos um regime diferente. São os 60 dias e depois temos algo que é importante preservar e é algo que é anterior à governação do Partido Socialista, à maioria absoluta do Partido Socialista nesta câmara. Em 1989 foi assinado pelo então Presidente da Assembleia Regional dos Açores, José Guilherme Reis Leite, é o Decreto Legislativo Regional n.º 8/189/A, de 20 de julho que depois também tem do ponto de vista estatutário e do ponto de vista regimental a mesma formulação.

A questão é esta: este mecanismo contempla que as perguntas escritas que estão contidas dentro do Regimento possam ser transformadas em perguntas orais a partir do momento em que o Governo não cumpra o prazo de 60 dias. Foi o caso.

O Governo não respondeu. É evidente que existe por parte do Governo aqui um incumprimento da lei. A obrigação do Governo é responder dentro dos prazos de 60 dias. Isto é fundamental para o funcionamento da democracia parlamentar, porque os deputados estão a formular estas perguntas e através das respostas a estas perguntas, que são as perguntas da população que nós aqui representamos, também todos nós somos informados em relação a estes assuntos para os quais estamos a obter resposta.

É fundamental! Isto é absolutamente fundamental.

O primeiro passo deste processo, que é lamentável, é o não cumprimento por parte do Governo Regional, não tendo respondido à pergunta.

O segundo passo, e é esta a questão que nos traz aqui, tem a ver com o facto da Sra. Presidente da Assembleia ter feito uma interpretação absolutamente arbitrária das suas competências nesta matéria.

A lei é claríssima. A partir do momento e eu vou ler o artigo 182.º do Regimento: “Se uma pergunta não receber resposta no prazo legal poderá o seu autor transformá-la em pergunta oral solicitando ao Presidente a sua inscrição na Agenda da reunião plenária subsequente ao prazo referido.”

Ponto.

É este mecanismo que está garantido a todos os deputados (a todos os deputados!) desta Casa e eu quero lembrar aos Srs. Deputados do Partido Socialista o seguinte: este instrumento é fundamental para todos nós, porque evidentemente um dia pode o Partido Socialista não ter a maioria e não ser o partido governamental, estar o Partido Socialista na oposição e a partir daí também não gostará de ver os seus direitos regimentais, de solicitar e colocar um conjunto de questões ao Governo; o Governo não cumpre; nós temos este mecanismo extraordinário de transformar a pergunta em pergunta oral.

É evidente que o Governo... Eu próprio já fiz isso, já coloquei várias perguntas por escrito, o Governo não responde e eu transformo em pergunta oral. Evidentemente isto é um mecanismo que funciona, porque o Governo não quer ser aqui confrontado com o incumprimento, primeiro, da legislação, e também confrontado num cenário de maior participação, de maior visibilidade mediática.

Portanto, é absolutamente fundamental, porque também é um instrumento que garante que as respostas nos são dadas.

Se este instrumento for vulnerabilizado não é o PPM que perde, somos todos nós, todos os partidos que aqui estão representados e

fundamentalmente, porque isto é um direito individual de cada deputado, todos os deputados que aqui estão representados.

A Sra. Presidente (e termino, Sra. Presidente) a duas perguntas que são as seguintes: “Quantas participações a doentes e acompanhantes e com que atrasos tendo como origem a Unidade de Saúde da Ilha do Corvo foram pagas entre a data de entrada do requerimento n.º 510 e a resposta do Governo Regional ao mesmo?” Primeira pergunta e entre parêntesis está um conjunto de dados adicionais.

Segunda pergunta: “Solicita-se novamente, tendo em conta a existência de prova documental que nos foi exibida, o número de participações a doentes e a acompanhantes e com que atraso, tendo como origem a Unidade de Saúde da Ilha do Corvo que estão neste momento por pagar.”

Uma pergunta simples. Simples!

Não tem nada entre parêntesis.

Ora a questão aqui é a seguinte: porque é que o Governo não pode responder oralmente?

Diz a Sra. Presidente que é porque é necessário efetuar uma listagem.

Ora, este condicionalismo ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... em relação à transformação das perguntas escritas em perguntas orais da listagem ou de qualquer outro condicionalismo deste tipo pura e simplesmente não existe, não está previsto em parte alguma do Estatuto, do Regimento e da lei.

Não está previsto e este condicionalismo limita a fiscalização política deste Parlamento e neste caso não faz absolutamente nenhum sentido.

Nós não podemos deixar (e termino, Sra. Presidente) que a Sra. Presidente, como futuros presidentes, tenham a arbitrariedade de decidir

quais são as perguntas escritas que podem ser transformadas em perguntas orais. Não podemos deixar que esta arbitrariedade possa triunfar e por isso é que solicitei a este plenário que analise em consciência esta questão e que em conjunto não permita que se diminua desta forma os poderes regimentais de todos os deputados. Insisto: de todos os deputados! É um direito individual que não devemos deixar de exercer em nome do serviço que aqui prestamos de representação do povo açoriano.

Presidente: Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Sr. Secretário:

Quero usar da palavra neste recurso apresentado pelo PPM, porque me parece útil clarificar algumas questões.

Desde logo o facto de estar implícito na intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão que estaria em causa o normal funcionamento desta instituição e a utilização por parte de todos os partidos aqui presentes da utilização das figuras regimentais que muito bem entendem, no caso a transformação de um requerimento não respondido numa pergunta oral.

Devo recordar que já esteve na agenda deste plenário introduzido pelo PPM precisamente a transformação de um requerimento não respondido em pergunta oral que o PPM ao longo do dia de hoje decidiu retirar da Agenda. Portanto, foi a efetivação da utilização dessa figura regimental que o Sr. Deputado Paulo Estêvão agora diz que tem esse direito e a utilização desse direito e dessa regra coartada. Parece-me um dado relevante.

Para que quem nos ouve perceba, aquilo que está em causa é tão simples quanto isto: o PPM entregou um requerimento, esse requerimento não foi respondido ainda. O PPM entendeu transformar esse requerimento numa pergunta oral, remeteu essa proposta para a Mesa e a Sra. Presidente tendo em conta a referência e uma das perguntas que consta no requerimento, ou seja, “quantas comparticipações a doentes e acompanhantes e com que atraso, tendo como origem a USICorvo foram pagas entre a data da entrada do requerimento n.º 510 e a resposta do Governo Regional ao mesmo [entre parêntesis] (a informação deve discriminar o tempo de espera relativo a cada um dos casos contado desde a entrega da respetiva documentação por parte do doente até à data de pagamento da referida comparticipação)” a Sra. Presidente entendeu – na nossa perspetiva bem – ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a segunda pergunta?

O Orador: ... de que esta pergunta tinha implícita a elaboração de um documento, de uma listagem ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual documento?

O Orador: ... com esta informação e, portanto, entendeu que esta matéria, tendo em conta que teria que ser feito um documento, não poderia ser aqui transformada em pergunta oral que pressupunha naturalmente uma resposta oral a essa pergunta. É isto que está em causa e foi esse o entendimento da Sra. Presidente que aliás não é novo. Aliás não é não novo!

Isso aconteceu muito recentemente, salvo erro no plenário de maio, em que essa questão se colocou julgo que por requerimento ou por intenção manifestada em Conferência de Líderes pelo PSD e a Sra. Presidente teve precisamente o mesmo entendimento do tratamento desta questão ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não!

O Orador: ... que me parece que é perfeitamente perceptível por todos. Transformar um requerimento em pergunta oral pressupõe uma resposta oral e quando pressupõe a entrega de um documento não pode ser transformado em pergunta oral.

Parece-me um entendimento perfeitamente razoável, perfeitamente adequado por parte da Sra. Presidente.

Também não posso deixar de dizer o seguinte.

Ficou implícito na intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão uma crítica às respostas ou à disponibilidade e ao trabalho do Governo dos Açores para responder aos requerimentos.

Eu tive a oportunidade de falar com a Sra. Secretária antes do debate que estamos a ter para lhe perguntar o ponto de situação dos requerimentos apresentados pela oposição e que me pudesse fornecer os dados do ponto de situação das respostas a esses requerimentos e a informação que tenho é a seguinte: em 618 requerimentos estão atrasados 25.

Deputado Luís Garcia (PPM): E?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não devia estar nenhum!

O Orador: Em 618 requerimentos estão atrasados 25. Vinte e cinco desses requerimentos que pressupõem reunir informação, recolher informação, sistematizar informação e remeter essa informação às Sras. e aos Srs. Deputados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a falar pelo Governo?

O Orador: Será com certeza legítimo que Vs. Exas. digam que devia ser zero. Pois muito bem, esse é um direito que vos assiste ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não! É um dever do Governo!

O Orador: ... e é um esforço que o Governo tem feito, mas, Sras. e Srs. Deputados, em 618 requerimentos temos 25 requerimentos ainda não respondidos, mas que serão com certeza respondidos, parece-me que é um esforço claro e evidente pela parte do Governo que não é só materializado nas respostas aos requerimentos. É materializado na disponibilidade permanente ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... do Governo estar nesta bancada, do Governo estar nas comissões parlamentares, como se pode comprovar todas as semanas, os Srs. Secretários disponíveis para responder às Sras. e aos Srs. Deputados e a todas as questões pretendam fazer.

Também não posso deixar de dizer o seguinte para terminar: nós estamos a caminho do fim da legislatura. Eu não tenho dúvidas de que muitos dos deputados desta Casa, quase todos, acredito que não todos, mesmos os deputados dos vários partidos da oposição concordarão comigo quando afirmo que a Sra. Presidente do Parlamento tem sido um referencial de imparcialidade, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: ... de justiça no tratamento dos partidos da oposição e no cumprimento das regras do Regimento e do Estatuto Político-Administrativo da nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu que o diga!

O Orador: Estou certo de que muitas das Sras. e dos Srs. Deputados dos partidos da oposição subscrevem esta minha afirmação.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem agora a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Eu queria começar por dizer que este recurso apresentado pelo PPM a este Parlamento do meu ponto de vista, na minha análise, não põe em causa nem a imparcialidade, nem a isenção, nem a forma como a Sra. Presidente tem dirigido os trabalhos deste Parlamento desde há quatro anos até aqui. Põe em causa uma interpretação feita pela Sra. Presidente relativamente ao Estatuto e relativamente ao Regimento, põe em causa esta interpretação e com toda a legitimidade democrática pôr em causa uma interpretação faz parte das regras do jogo e isso não é pôr em causa de maneira nem a honorabilidade, nem a seriedade do trabalho da Sra. Presidente neste Parlamento.

Gostava de deixar isto bem claro em nome do Bloco de Esquerda.

Depois dizer também que transformar perguntas escritas em perguntas orais ao Governo Regional é uma prerrogativa regimental dos grupos e das representações parlamentares desta Casa, prerrogativa que o Bloco de Esquerda já usou (penso que haverá partidos e representações parlamentares que não usaram, mas nós já usámos) e o Partido Popular Monárquico também com uma característica com algum humor da parte do PPM. Qual é?

É que o PPM anuncia que vai transformar em perguntas orais perguntas escritas não respondidas dentro do prazo legal pelo Governo Regional e fica à espera de uma resposta que tem sido habitual. Qual?

O Governo Regional responde antes do início do plenário. Tudo está bem, quando acaba bem.

Se o Governo Regional responde e, portanto, faz o trabalho de casa que até então não fez tudo bem.

Só que desta vez aconteceu o inesperado. É que o Governo Regional, mesmo com o anúncio do Partido Popular Monárquico de que iria transformar as perguntas não respondidas em perguntas orais houve uma a que não respondeu e é aqui que começa a trapalhada na minha análise, Sras. e Srs. Deputados.

A este propósito eu gostaria de recordar e de assumir que numa recente Conferência de Líderes, os líderes, à exceção do Sr. Deputado António Marinho e à exceção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, acederam e foram sensíveis à argumentação de que não era razoável, nem de bom senso esperar que um Membro do Governo venha para esta Casa entregar a um deputado que lhe está a fazer uma pergunta que implica relatórios (e relatórios são pastas, é um conjunto de folhas, é um dossier) que não era operacional, nem sequer razoável que o governante viesse para aqui com uma pasta debaixo do braço para entregar ao deputado quando já o deveria ter feito.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda concordou que na realidade quando a resposta oral implica pela sua substância, pelo seu conteúdo relatórios, pastas, dossiers, não seria razoável transformar essa pergunta escrita numa pergunta oral.

Sras. e Srs. Deputados, aqui, neste momento, reconheço que fiz mal em nome do Bloco de Esquerda quando assumi o argumento do bom senso e da razoabilidade e fiz mal porquê (e é disso que me retrato perante as Sras. e os Srs. Deputados)?

Fiz mal porque no momento não tive consciência de que um relatório, um dossier, uma pasta pode ser transformado numa folha. É que, Sras. e Srs. Deputados, uma folha é qualquer coisa que um governante pode trazer na mão para através da Mesa entregar a um deputado.

Agora, um dossier, uma pasta, um conjunto alargado de folhas já é uma outra coisa.

Mas confrontada com a situação atual em que afinal um dossier vasto, uma pasta, um relatório extenso, pode ser reduzido a uma folhinha e, portanto, essa folhinha tem uma dificuldade de circular na sala até ao lugar do deputado, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que o acordo havido em Conferência de Líderes não foi bem entendido por todos, ou não foi entendido em todas as suas possíveis consequências por todos, nomeadamente por mim em representação do Bloco de Esquerda e disso quero aqui redimir-me e deixar bem claro que nesta questão, neste momento, o Deputado Paulo Estêvão do PPM tem razão no seu recurso para este plenário. Compreendo a justificação que ele dá e aquilo que é perigoso é que esta situação ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, Sra. Presidente.

... por boa ou má vontade, por razoabilidade ou falta dela, por precipitação ou calculismo se possa vir a repetir não nesta legislatura, que como nós todos sabemos está no fim, nas em legislaturas próximas, independentemente da pessoa que se senta naquela Mesa como Presidente deste Parlamento. Nesse sentido, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente este recurso e reconhece que o acordo a que acedeu e que defendeu em Conferência de Líderes tinha consequências bem mais

graves e perigosas do que no momento achou que deveria ou que poderia ter.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Apenas referir aqui ...

A Sra. Deputada Zuraida Soares acabou já por dizer aquilo que eu ia dizer quando referiu que em Conferência de Líderes quem manifestou discordância relativamente a um despacho idêntico da Sra. Presidente nessa altura relativamente a requerimentos apresentados pelo PSD, mas que o PSD e o PPM tinham manifestado essa discordância. Por isso, naturalmente o voto que iremos dar relativamente ao recurso apresentado pelo PPM é, obviamente, favorável. Vai exatamente na linha do que pensámos e que manifestámos em Conferência de Líderes. A única diferença, se quisermos assim, relativamente àquilo que fez o PPM é que entendemos não apresentar recurso para o plenário.

O Sr. Deputado legitimamente apresenta o recurso e nós vamos votá-lo favoravelmente, porque concordamos no essencial com aquilo que consta no recurso.

Deixe-me só dizer uma coisa, Sra. Deputada: eu não tenho nenhum problema em trazer um papelinho ou trazer um dossier.

Eu acho que o Governo se queria e se quer efetivamente responder àquilo que os deputados requerem pode bem trazer um dossier, pede uma ajuda e inclusivamente se arranja um carrinho para trazer o dossier até aqui.

Deputada Zuraida Soares (BE): Era só o que faltava!

O Orador: Não é preciso ... E deixe-me só dizer também uma coisa: é que a questão não era só relativamente a dossiers e, por exemplo, a recusa por parte da Sra. Presidente dos requerimentos que nós apresentámos em alguns casos não comportavam sequer dossiers. Eram listagens.

Portanto, vamos votar favoravelmente o recurso apresentado pelo PPM.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(Aparte inaudível do Deputado André Bredford)

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, inscreva-se e fale se quiser falar, que o senhor está aí só de ponto. Portanto, assuma o papel de deputado em vez de ser de ponto.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias e Sr. Membro do Governo:

Relativamente a esta questão subscrevo o que disse a Sra. Deputada Zuraída Soares, aliás, o que se passou na Conferência de Líderes, e que nós na altura, como ela bem disse, concordámos em fazer.

No entanto, e socorrendo-me da intervenção do Sr. Deputado Berto Messias e na esteira da intervenção do Sr. Deputado Berto Messias eu gostaria de dizer o seguinte: é que não podemos chegar a um ponto ... Não vou questionar, nem acho que tenho nenhuma razão para isso, a condução dos trabalhos da Sra. Presidente durante este tempo, não estou aqui a fazer isso, eu acho que mais importante do que isto é a falta de responsabilidade do Governo e é a falta do Governo cumprir com aquilo que é o seu dever perante esta Casa. O Sr. Deputado Berto Messias dizia

que dos 618 requerimentos, 25 apenas não foram respondidos. É um esforço notável que eu reconheço que sim. O problema é quais os 25 e porquê aqueles 25?

Porque alguns daqueles 25, Sr. Deputado Berto Messias, como o senhor sabe e eu, estão lá há muito tempo e não foram respondidos propositadamente e o Governo quando quer e quando lhe interessa faz uma interpelação à Mesa e manda distribuir documentos aos deputados.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nunca chegam!

O Orador: Já fez aqui.

Há um caso que é escandaloso que eu tenho que denunciar aqui hoje.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Mas isto é o requerimento?

O Orador: É o requerimento, Sra. Secretária, sobre a resposta a requerimentos, Sra. Secretária.

Na Comissão de Política Geral em 14 de outubro de 2015 foi pedido ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo que assumiu o compromisso perante a Comissão de fornecer os dados ...

Deputado Berto Messias (PS): Isto não tem nada a ver!

O Orador: É um dos 25!

... pedidos perante a Comissão pela Deputada Graça Silveira, a Comissão de Política Geral, aprovado por unanimidade e até hoje não respondeu.

Presidente: Sr. Deputado, estamos no âmbito do recurso. Agradeço que não dê exemplos específicos de requerimentos do CDS, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, eu tenho que dar exemplos porque alguém falou em 25, em 650 e o meu é dos 25 que não foi respondido.

Deputado Berto Messias (PS): 618!

O Orador: Mas há uma gravidade que é da falta de responsabilidade do Governo que nós não podemos aqui branquear, nunca nesta Casa branquearemos isso e nunca o CDS dará para esse peditório. É uma falta de responsabilidade particularmente deste Secretário, porque depois numa declaração política recusou-se a responder às perguntas que lhe fizeram e depois em janeiro fazem-lhe o requerimento ...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... que está há sete meses à espera de resposta ...

Deputado Berto Messias (PS): O Secretário nem está aqui!

O Orador: ... e o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo não responde. Isso é que é falta de responsabilidade.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, eu peço-lhe que efetivamente não se mantenha neste registo ...

O Orador: Eu vou responder, Sra. Presidente.

Presidente: ... porque como sabe o Governo nesta figura regimental nem sequer pode intervir.

Uma coisa é se falar dos números que estão aqui em causa, outra coisa é fazer este tipo de acusação que sabe que o Governo não se pode defender, porque não pode intervir.

O Orador: Eu sei, Sra. Presidente! Eu sei e peço a V. Exa. compreensão, porque sei que estou fora do âmbito daquilo que é esta intervenção. Eu reconheço isso.

Agora não posso deixar de referir com dados factuais a falta de respeito pela Comissão, pelos deputados individualmente e pelos grupos parlamentares. Isso eu tenho que referir, saindo fora do âmbito, para que não se pense lá em casa que nós estamos aqui a fazer um espetáculo porque o Governo não respondeu a uma perguntazinha.

Não! Reiteradamente não responde e propositadamente não responde e é isso que tem de ficar aqui bem claro e nós não podemos ficar como deputados ...

Se são meras perguntas então o que é que eu vou fazer?

Como é que eu para fiscalizar a ação governativa, quero que me expliquem, como é que eu faço para que o Governo me responda àquelas que são as legítimas dúvidas?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Esse é que é o ponto!

O Orador: Esse é que é o ponto. É o ponto a que nós chegámos e reconhecendo que na Conferência de Líderes fizemos e acatámos o que tinha que ser feito e reconheço, mas reconheço também que fomos generosos nessa matéria. Fomos generosos nessa matéria, porque com esse exemplo de que eu não tinha bem a noção (se a Deputada Graça Silveira agora não me explica bem todos os trâmites de tudo) da gravidade da recusa de um Secretário propositadamente, não é recusar-se, é fazer pouco de quem democraticamente foi eleito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Secretária Regional pediu a palavra para?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente, para uma interpelação à Mesa para colocar duas questões à Mesa, se me permite.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Presidente.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente:

A primeira questão e pegando na parte final da intervenção do Sr. Deputado Artur Lima é sobre se o requerimento que está em discussão

visa a reunião da Comissão de Política Geral e um Sr. Membro do Governo que não está aqui.

E o segundo para lhe pedir a palavra para poder responder à intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estão a falar de um requerimento!

A Oradora: ... que se dirige não à matéria que eu pensava que estava aqui em discussão, mas que se dirige diretamente ao Governo e que o Governo deverá ter oportunidade de responder até para reiterar o profundo respeito que tem por cada uma das Sras. e dos Srs. Deputados e por esta grande instituição que é a Assembleia Legislativa da Região Autónoma.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Sra. Secretária, como eu há pouco tive a oportunidade de advertir o Sr. Deputado Artur Lima o Governo não pode intervir nesta matéria e, portanto, não poderá prestar os esclarecimentos que entendeu, até porque o âmbito que está aqui em discussão é claramente o recurso do Sr. Deputado Paulo Estêvão do PPM.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

Apenas para reforçar aqui aquilo que já foi dito quer pela Deputada Zuraída Soares, quer pelo Deputado António Marinho, pelo Deputado Artur Lima relativamente à Conferência de Líderes em que situações idênticas aconteceram e há de facto aqui, penso eu, dois níveis do problema e se me permitir Sra. Presidente ...

O primeiro tem a ver com uma lacuna, ou o que quer que se lhe queira chamar e que de alguma forma os mecanismos para fiscalizar a atividade

do Governo, relativamente os mecanismos regimentais da pergunta escrita, mas também do pedido de listagem a que o Governo ou se atrasa, ou não responde de todo, como se verificou na legislatura anterior e como certamente se irá verificar na legislatura atual, era fundamental que ficasse resolvido, porque essa é que é a grande questão.

Relativamente à decisão de V. Exa. pode-se dizer que há alguma discricionariedade nessa decisão, porque há efetivamente ... Aquilo que está em termos do Estatuto e aquilo que nos diz o Regimento leva exatamente a que a Sra. Presidente possa ter esse poder discricionário, porque o Estatuto claramente diferencia aquilo que é uma pergunta escrita, que pode ser transformada numa pergunta oral, e aquilo que é um pedido de documentação, ou seja, apenas uma simples folha de papel, ou seja, um dossier ou vários dossiers. Essa diferença está estabelecida no Estatuto e relativamente ao Regimento aquilo que fala é apenas na transformação da pergunta escrita numa pergunta oral e foi fundamentado nisso e foi isso que nos explicou na primeira Conferência de Líderes onde este problema se colocou e que agora fundamentou a decisão de V. Exa. toda a legitimidade, uma vez que existe esta diferença de interpretação, V. Exa. decidiu assim com toda a legitimidade que lhe assiste o que não quer dizer que nós concordemos.

Agora há de facto aqui um problema, ou melhor, dois problemas: é preciso que o Governo cumpra aquilo a que está obrigado perante esta Assembleia e por outro lado é preciso que situações como esta entre o Estatuto, a Orgânica e o Regimento, de uma vez por todas, sejam encaradas por esta câmara como um assunto a tratar. É fundamental, sob pena deste tipo de situações acontecerem com maior frequência daqui para a frente.

Portanto, relativamente a esta questão é bom que se perceba do que é que estamos a falar e do que estamos a falar é, por um lado, de um dever que o Governo não cumpre e, por outro lado, de uma lacuna entre ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual lacuna?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual lacuna? O Governo não cumpre!
A lacuna é o Governo!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires está no uso da palavra. Por favor agradeço que conclua a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sei bem qual é a sua lacuna!

O Orador: Eu vou permitir, digamos, estes apartes do Deputado Paulo Estêvão, porque está nervoso ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor é que devia estar nervoso!

O Orador: Enfim, está-se a chegar ao fim deste mandato e ainda este ano não tinha encontrado maneira de fazer aquilo a que estamos habituados, portanto, vou permitir-lhe esses seus apartes, mas de facto, Sra. Presidente, e deixo isto aqui como um desafio a todas as bancadas, aos grupos e representações parlamentares: ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o que é isto?

O Orador: ... é fundamental que estas questões sejam refletidas por todos.

É evidente que não será este o momento, mas na próxima legislatura é necessário que seja encarada ...

Deputado Berto Messias (PS): Tem toda a razão. É preciso rever o Regimento!

O Orador: Não é só o Regimento, Sr. Deputado. É necessário também a Orgânica.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: É o desafio que fica relativamente a esta questão e para todos os grupos e representações parlamentares.

Relativamente ao requerimento feito pelo Deputado Paulo Estêvão, a Representação Parlamentar do PCP vai votar favoravelmente, porque considera que é fundamental que o Governo perceba que tem de cumprir um dever.

Não tem a ver tanto com a decisão e V. Exa., mas com a falta de cumprimento de um dever do Governo Regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Antes de colocar à votação este recurso naturalmente também terei que fazer um esclarecimento à câmara, até porque as Sras. e os Srs. Deputados estão a acompanhar este debate apenas com os argumentos que aqui foram expostos.

Eu quero deixar bem claro que não é, nem foi uma interpretação arbitrária.

O artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo que como bem sabem foi alterado posteriormente ao Regimento, que é de 2003, confere como eu dizia no artigo 31.º, no seu n.º 1, entre outros, dois poderes aos deputados.

A alínea h) diz que os deputados podem requerer ao Governo Regional ou a qualquer outra entidade pública regional (e eu vou dizer exatamente em sentido contrário como está no Estatuto) publicações oficiais, informações ou elementos que considerem úteis para a sua atividade de fiscalização ao Governo.

A alínea i) diz “formular perguntas orais ou escritas ao Governo Regional, nos termos da lei” [que o Sr. Deputado Paulo Estêvão citou] e do Regimento.

Ora, é nesta distinção clara que eu interpreto aquilo que pode ser transformado em pergunta oral, porque a questão não está também na dimensão dos elementos que são solicitados.

Ambos estes poderes, o exercício deste poder, é feito por requerimento.

Haverão requerimentos para solicitar informações, publicações oficiais e elementos e haverão requerimentos para fazer perguntas e são estes requerimentos que fazem perguntas que o artigo 182.º do Regimento permite que sejam transformadas em perguntas orais e foi com esta interpretação que no plenário de abril, de maio e no de julho admiti parcial ou totalmente os requerimentos apresentados pelos partidos que no âmbito do Regimento exerceram na prerrogativa de quererem transformar em pergunta oral.

Portanto, não houve, da minha parte, nenhuma outra intenção que não esta, que naturalmente foi também debatida em Conferência de Líderes e que agora também no âmbito do recurso respeito naturalmente a opinião de todos e a assunção de que eventualmente esta interpretação à data a que foi feita poderia não ser a mais correta, mas foi a que transmiti e é a que manterei até ao final da legislatura.

Vamos então passar à votação do recurso apresentado pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O recurso apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto dois da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 68/X – “Cria o Comissariado dos Açores para a Infância”**.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

A assunção da criança enquanto sujeito de direitos é uma conquista civilizacional e a promoção destes direitos é um imperativo constitucional.

Pais, famílias e comunidades detêm a responsabilidade primeira na salvaguarda e promoção do bem-estar das crianças e jovens, devendo sempre ser apoiados no desempenho do seu papel.

Principalmente porque os desafios vivenciados pelas crianças de hoje são, em alguns casos, muito diferentes daqueles que nós vivenciámos enquanto crianças, mas que continuam a ser imensamente importantes.

Embora a maioria das crianças goze de infâncias seguras e felizes, há ainda muitas vidas jovens obscurecidas pela sombra do abuso e de ameaças.

Reconhecendo a pertinência de uma estrutura transdisciplinar que se dedique em exclusivo à promoção e concretização plena dos direitos de todas as crianças e jovens da Região, propomos a esta Assembleia a

criação do Comissariado dos Açores para a Infância, uma estrutura regional com representação de diferentes departamentos do Governo Regional, das entidades públicas e privadas com intervenção junto das crianças e jovens e da sociedade civil com competência, entre outros aspetos, na planificação, coordenação, acompanhamento e avaliação da intervenção em matéria de promoção dos direitos das crianças e jovens da Região Autónoma dos Açores.

Para a prossecução destes objetivos competirá à estrutura a elaboração de uma estratégia para a concretização da convenção dos direitos da criança na Região Autónoma dos Açores; a procura em colaboração com as entidades com competência em matéria de infância e juventude das soluções mais adequadas à melhoria das suas condições de funcionamento e ao exercício pleno dos direitos da criança; a formação, sensibilização e informação sobre os direitos, necessidades e interesses da criança mobilizando os diferentes agentes para uma cultura de prevenção; a criação de uma base de dados referente à situação das crianças na Região Autónoma dos Açores em resultado da recolha transversal de dados estatísticos; a propositura de estratégias de concertação da ação de todas as entidades públicas e privadas, estruturas e programas de intervenção da área da promoção dos direitos das crianças e dos jovens de modo a reforçar a cooperação e a racionalização de recursos e, por último, acompanhar e avaliar a ação dos organismos públicos regionais e da comunidade na defesa e promoção dos direitos das crianças e na sua proteção.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Quando falamos de promoção e proteção da infância não podemos esquecer-nos do papel fulcral desempenhado pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Reconhecemos que as CPCJ, pela sua composição e competência, são atores privilegiados neste árduo trabalho. É por isso necessário estreitar canais de comunicação e de reporte e disponibilizar às comissões o apoio de que necessitam para desempenhar as suas funções com a sensibilidade humana que caracteriza todos quantos se disponibilizam para esta missão, mas também com a segurança ancorada em saberes técnicos específicos da vasta panóplia de profissões que contribuem para o sucesso da missão das comissões.

Por isso, as atribuições e competências conferidas por lei à Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e as atribuições e competências previstas no n.º 8 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 159/2015, de 10 de agosto, serão exercidas na Região Autónoma dos Açores pelo Comissariado.

A este propósito saliente-se que o Decreto-Lei n.º 159/2015, de 10 de agosto, ao reconhecer as especificidades das regiões autónomas, assim como os poderes que lhe são constitucional e estatutariamente reconhecidos prevê a descentralização das atribuições e competências da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens para estrutura regional criada por diploma próprio a aprovar pelos órgãos de governo próprio de cada região.

Esta pretensão tem enquadramento ao abrigo do n.º 1, do artigo 37.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores que determina que “compete à Assembleia Legislativa legislar, para o território regional, nas matérias de competência legislativa própria da

Região e que não estejam constitucionalmente reservadas aos órgãos de soberania”, sendo que o Estatuto identifica expressamente a proteção de menores, a promoção da infância e o apoio à maternidade e à paternidade como matérias do âmbito da competência legislativa da própria Região Autónoma dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Por convicção e no uso das competências constitucional e estatutariamente reconhecidas o Governo dos Açores optou por propor a esta Assembleia a criação de uma estrutura de promoção dos direitos das crianças na Região Autónoma dos Açores, promovendo uma mais eficaz articulação entre todos os intervenientes com competência nesta matéria que inclui, mas não se esgota no apoio às CPCJs e na operacionalização da coordenação regional prevista no Decreto-Lei n.º 159/2015.

Este não é um trabalho que começa agora. Há todo um trabalho já iniciado e que deve continuar, mas é sem dúvida um projeto fundamental na afirmação da autonomia regional e na assunção das responsabilidades constitucional e estatutariamente conferidas a esta Assembleia.

Obrigada.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Já está inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Tenho algumas dúvidas sobre este diploma, também tenho algumas certezas, mas tenho algumas dúvidas e gostaria de as colocar de modo a que a Sra. Secretária Regional pudesse esclarecê-las.

Numa apreciação assim, digamos, mais genérica neste momento dizer que me parece que este diploma se aproveita na esteira da criação das coordenações regionais para criar aqui um organismo ao qual chama de Comissariado dos Açores para a Infância. Portanto, vem na esteira daquilo que é a criação das coordenações regionais no continente e aqui dá-lhe uma forma diferente. Não é bem a mesma coisa.

Até entenderia, até porque somos uma Região Autónoma, eu entendo, que não tem que ser exatamente como uma coordenação regional no território continental, mas a questão, ou melhor, há aqui algumas questões que depois me deixam algumas dúvidas.

Desde logo, o facto da constituição do próprio Comissariado, os elementos deste Comissariado, serem maioritariamente indicados pelo Governo Regional.

Mais! No funcionamento restrito do Comissariado é claramente ... A constituição do Comissariado é claramente composta apenas por individualidades nomeadas pelo Governo Regional.

O próprio Presidente do Comissariado, se me permite, é também uma nomeação por parte do Governo Regional e, portanto, parece-me, Sra. Secretária Regional, que há aqui mais a criação de um organismo totalmente governamentalizado, porque as opções podem ser sempre outras, não é?

Deputado André Bradford (PS): Vamos fazer um organismo em que o Sr. Deputado Aníbal Pires é que decide, é que escolhe!

O Orador: Aproveitando as dicas (permitam-me a expressão) do Deputado André Bradford, aproveito para dizer que ao invés de ser nomeado pelo Governo podia muito bem ser submetido o nome da personalidade a esta câmara.

Deputado André Bradford (PS): Não foi nada disso que eu disse!

O Orador: Ah, pois, Sr. Deputado!

Portanto, é evidente que essa legitimidade seria certamente outra se o nome proposto, ao invés de ser nomeado pelo Governo, fosse legitimado por eleição desta câmara, aliás, como fazemos relativamente as outras personalidades que representam a Região noutros fóruns.

Portanto, há aqui um conjunto de questões como estas que eu já aludi e que é importante que a Sra. Secretária justifique estas opções e não outras.

Por outro lado, há aqui depois algumas questões que me parecem muito esquisitas.

Porque é que os relatórios que são aprovados só são aqueles que são propostos pelo Presidente do Comissariado e não outros?

Isto apenas para referir alguns factos que me parecem que necessitariam e necessitam de uma maior discussão que certamente será feita aqui e que V. Exa. contribuirá para o seu esclarecimento.

Veja-se uma coisa, Sra. Secretária. Até o próprio regulamento interno do Comissariado tem de ser homologado pelo Governo.

Portanto, Sra. Secretária, face a tanta intrusão do Governo no Comissariado, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor já leu?

Deputado José San-Bento (PS): O senhor tem alguma coisa contra o Comissariado?

O Orador: ... a tanta intrusão do Governo Regional no funcionamento do Comissariado julgo, sendo assim, que mais valia que os serviços do Governo Regional, qualquer departamento, tomasse estas competências para si e as exercesse, porque estamos aqui a criar o Comissariado dos Açores para a Infância, mas podia ser uma direção regional qualquer.

Portanto, há aqui algumas destas questões que eu gostaria de ver esclarecidas pela Sra. Secretária, porque não entendo.

Eu até posso perceber, como disse inicialmente, o princípio de fazermos e de criarmos aqui um Comissariado para a Região Autónoma dos Açores certamente diferente daquilo que são as coordenações regionais. Já não compreendo é este sufoco do Governo Regional no funcionamento (esta asfixia do Governo Regional no funcionamento) do Comissariado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): O senhor não leu a lei nacional, porque se tivesse lido a lei nacional não dizia isso!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Eu li foi a legislação regional, não foi a nacional!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Ana Espínola está no uso da palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Este diploma proposto pelo Governo incide na necessidade de criar uma entidade que tem por missão a defesa e a promoção na Região dos direitos das crianças e jovens.

Importa referir que a Comissão de Assuntos Sociais através de uma iniciativa do PPM, aprovada por unanimidade, constituiu um grupo de trabalho que se debruçou também sobre este tema.

A preocupação com inúmeros relatos e notícias que davam conta de um cada vez maior número de casos de violência e de maus tratos para com crianças e jovens que se tende a associar a um agregado familiar desprotegido e desfavorecido, mas que está longe de ser a realidade, uma vez que esta é uma problemática transversal a todos os extratos sociais, bem como a existência de lacunas e imperfeições enunciadas pelos diversos intervenientes ouvidos no âmbito deste trabalho que versava a análise e avaliação das políticas públicas regionais açorianas de proteção de menores, levou a que este grupo de trabalho emitisse no seu relatório que foi apresentado a esta Assembleia recomendações aos diversos departamentos do Governo no sentido de se introduzirem melhorias no que toca à proteção dos direitos das crianças.

Foram referenciadas de entre mais de 20 recomendações por exemplo a necessidade de formar pessoal docente e não docente da rede de ensino público na Região para que possam funcionar como antenas de deteção de sinais de alarme, a intensificação de formação para os funcionários da rede de equipamentos sociais, em especial para os que estão afetos aos lares de acolhimento de crianças e jovens, dotar as instituições de corpos técnicos para a intervenção especializada no que concerne ao acolhimento de crianças com patologia psiquiátrica, melhorar a articulação ao nível da estrutura do Governo, a necessidade de se trabalhar com jovens entre os 12 e os 15 anos com comportamentos mais problemáticos ou potencialmente desviantes e que neste momento não têm qualquer tipo de resposta definida, portanto, nesse sentido gostaria de saber e de

questionar sobre o que é que está a ser feito relativamente a estas recomendações que foram dadas aqui, nesta Assembleia, aos diversos departamentos do Governo Regional, porque mais do que a criação de uma entidade, o que as pessoas esperam de nós são mecanismos que consigam resolver atempadamente os seus problemas no dia a dia.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Oh, senhora, o diploma foi votado na Assembleia da República!

A Oradora: Neste caso em concreto medidas de proteção e de promoção dos direitos das crianças. Importa melhorar, criar mecanismos de prevenção e/ou sinalização atempada ou adequada e o seu devido acompanhamento e nesse sentido questionava se é com a criação deste Comissariado que se pretende alcançar esse desiderato.

Também no sentido de esclarecer o que aqui se está a debater, gostaria que a Sra. Secretária nos prestasse alguns esclarecimentos e nos respondesse a algumas dúvidas que o CDS tem.

Gostaríamos que nos dissesse se com este Comissariado que se pretende criar aqui na Região equivale à coordenação regional que está prevista no n.º 8, do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 159/2015 e se este Comissariado que se pretende criar na Região irá executar as ações previstas no plano de atividades da comissão nacional com as devidas adaptações ou se pretende ser uma entidade desarticulada deste plano nacional.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: Por outro lado, gostaria de saber qual o benefício ou utilidade em se criar um Comissariado em vez da comissão nacional que já existe e será que em vez de promover a agilização dos processos este Comissariado não será uma estrutura pesada e onerosa.

Gostaria que me esclarecesse algumas destas dúvidas a bem que possamos também dirigir o nosso sentido de voto.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silva.

(*) Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de referir que a Convenção dos Direitos da Criança tem pouco mais de 20 anos e que a sua aplicação em Portugal tem um pouco menos. Temos, portanto, um longo caminho a percorrer onde há muito a fazer ainda e a criação deste Comissariado é na Região Autónoma dos Açores e no entender do Partido Socialista um passo muito significativo neste sentido.

A criação é a descentralização das competências da comissão nacional há muito reivindicada na nossa Região por todas as CPCJs dos Açores que reclamavam por uma maior proximidade para facilitar a ligação com a própria comissão nacional, bem como por mais formação. Com a criação do Comissariado vimos finalmente, através do Decreto-Lei n.º 159/2015, de 10 de agosto, essa possibilidade consagrada, como todos sabemos, e ficou bem patente na exposição da Sra. Secretária Regional.

Como também já ficou claro, mas nunca é demais repetir, o diploma reconhece as especificidades das Regiões Autónomas, bem como os poderes que lhe são concedidos, quer através da Constituição da República Portuguesa, quer do Estatuto Político-Administrativo da Região.

Prevendo a descentralização das atribuições e competências da comissão nacional para as estruturas regionais e no caso das Regiões Autónomas são criadas por diploma pelos órgãos de governo próprio das mesmas.

Mas também é claro no diploma a assunção da falta de capacidade da comissão nacional em chegar a todos os pontos do país com a qualidade que se lhe espera e por força de razão com mais dificuldade quanto às Regiões Autónomas.

É neste sentido criado, através desta proposta, um organismo que tem uma enorme missão nos Açores: a defesa e a promoção na nossa Região dos direitos das crianças e jovens.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Como podemos facilmente verificar através da análise da proposta ela vai muito além de uma coordenação das CPCJs, tendo como fito mesmo propor melhorias contínuas às políticas regionais para a infância de forma abrangente e transversal e é reconhecendo o importante trabalho futuro do Comissariado que o Partido Socialista teve em consideração os pareceres solicitados, por sinal na sua maioria muito positivos à proposta, e apresentou propostas de alteração que julgo já se encontrarão distribuídas ou muito brevemente serão distribuídas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda não estão!

A Oradora: Gostaria ainda de referir e sem prejuízo de todas as valiosas respostas que certamente serão dadas pela Sra. Secretária Regional que relativamente às questões apresentadas nomeadamente pelo PCP e pelo CDS-PP que a maior parte das respostas aos Srs. Deputados se encontram esclarecidas na legislação nacional, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu quero é que a Sra. Secretária me esclareça!

A Oradora: Portanto, a legislação nacional é bem clara quanto às questões que ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que a senhora está? Está aqui?

A Oradora: Nomeadamente à nomeação do Presidente do Comissariado que, à semelhança do que acontece a nível nacional, o que diz a nível nacional é que o Presidente é designado por despacho do Primeiro-Ministro, sob proposta de Membro do Governo responsável pela área.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Deputada, quero lá saber disso! Legislamos é para a Região!

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado, é uma não questão, diria mesmo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o Presidente do Governo é equiparado a Primeiro-Ministro!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): O que a Sra. Deputada está a dizer é que não é a Assembleia da República!

A Oradora: De qualquer modo, Sr. Deputado, nada impediria o Sr. Deputado de ter apresentado propostas de alteração à proposta do Governo.

Relativamente à Deputada Ana Espínola, e se me é permitido, só gostaria de dizer que foram bem lembradas as recomendações do grupo de trabalho que o PS entende estarem amplamente respondidas nesta proposta ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e ainda referir que as mesmas foram aprovadas até por unanimidade no âmbito do grupo de trabalho.

Disse. Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental. Considerando o nosso horário vou encerrar também os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 31 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Duarte Manuel Braga Moreira

José António Vieira da Silva Contente

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

Cláudio Borges Almeida

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Maurício Mendonça Santos

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Nuno Miguel Aguiar de Meneses

Paula Alexandra Pires Silveiro Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

Paulo Henrique Parece Batista

Documentos entrados

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Procede à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo decreto-lei n.º 215/89, de 1 de julho e à alteração do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro – n.º 25/XIII/1.^a (ALRAM) – n.º 294-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 06 – 17

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 07;

Assunto: Procede à primeira alteração à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, que aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos – n.º 24/XIII/1.ª (GOV) – n.º 295-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 06 – 17

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 07.

2 – Projeto de Lei:

Assunto: Ementa vegetariana nas cantinas públicas - n.º 268/XIII/1.ª (PEV) – n.º 296-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 06 – 20

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 11;

Assunto: Projeto de Lei n.º 273/XIII/1.ª (BE) - Consagra o direito à atribuição da pensão de velhice a trabalhadores que tenham começado a trabalhar antes de completarem 16 anos de idade e que tenham 40 anos de descontos - n.º 297/X

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 07 – 05.

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 25;

Assunto: Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março. Regulamento a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais - n.º 274/XIII/1.ª (PCP) - n.º 298/X

Data de Entrada: 2016 – 07 – 05

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 25;

Assunto: Projeto de Lei - Lei de Segurança Interna - n.º 277/XIII/1.ª (PCP) – n.º 299/X

Data de Entrada: 2016 – 07 – 05

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 25;

Assunto: Propõe um regime de vinculação dos docentes na carreira - n.º 278/XIII/1.ª (PCP) – n.º 300/X

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 07 – 05

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 25.

3 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que, no uso da autorização legislativa concedida pelos n.º 1, 2 e 3 do artigo 188.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, regula a troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade e prevê regras de comunicação e de diligência pelas instituições financeiras relativamente a contas financeiras, transpondo a Diretiva n.º 2014/107/UE, do Conselho, de 9 de dezembro de 2014, que altera a diretiva n.º 2011/16/UE -MF - (Reg. DL 127/2016) – n.º 231-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 06 – 17

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 07;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 90/2012, de 11 de abril, transpondo a Diretiva n.º 2014/ 99/UE da Comissão de 21 de outubro de 2014, que altera, tendo em vista a adaptação ao progresso técnico, a Diretiva n.º 2009/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de outubro de 2009, relativa à fase II da recuperação de vapores de gasolina durante o reabastecimento de veículos a motor nas estações de serviço - ME - (Reg. DL 222/2016) – n.º 232-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 06 – 17

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 27;

Assunto: Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado de material elétrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de

tensão, transpondo a Diretiva n.º 2014/35/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro - ME - (Reg. DL 239/2016) - – n.º 233-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 07 – 05

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 25;

Assunto: Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios - MAI - (Reg. DL 129/2016). – n.º 234/X

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 07 – 07

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 27;

Assunto: Regula as condições para a obtenção do peso bruto verificado de cada contentor para exportação abrangido pela Convenção Internacional sobre a Segurança de Contentores (CSC), 1972, que é carregado num navio a que se aplique o Capítulo VI da Convenção Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS), 1974, e fixa as condições de credenciação necessárias - MM - (Reg. DL 244/2016) - n.º 235/X

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 07 – 08

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 28;

Assunto: Altera a Lei-Quadro das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto – n.º 301/X – n.º 279/XIII/1.ª (PEV)

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 07 – 08

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 28.

4 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Aprova o Sistema de Adesão ao selo da «Marca Açores Certificado pela Natureza» e o seu regime contraordenacional – n.º 77/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 29

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 08 – 01.

5 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que tome urgentemente as medidas necessárias para que, ainda durante o corrente verão, a Graciosa passe a fazer parte das ilhas tocadas pelos navios da Atlânticoline no âmbito da sua linha lilás – n.º 162/X](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2016 – 06 – 30

Data Limite de Parecer: Com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão;

Assunto: [Substituição Integral do Projeto de Resolução n.º 123/X - Recomenda ao Governo Regional a realização de um estudo sobre a problemática da toxicodependência- n.º 77/X](#)

Proveniência: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2016 – 07 – 06

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer:

6 – Propostas de Resolução:

Assunto: [Conta da RAA, referente ao ano económico de 2015 – n.º 18/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 6 – 29

Comissão: Todas as Comissões Especializadas Permanentes

Data Limite de Parecer: Aguarda parecer do Tribunal de Contas.

7 – Requerimentos:

Assunto: [Defesa do Consumidor](#)

Autores: António Marinho, Humberto Melo e Jorge Macedo (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 06 – 24

Referência: 54.03.00 – N.º 609/X;

Assunto: [Criação de um sistema de auxílio à decisão da pesca no mar \(PescOnline\)](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 06 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 610/X;

Assunto: [Diminuição dos tempos de entrega do pescado fresco ao cliente externo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 06 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 611/X;

Assunto: [Estado dos recursos pesqueiros no Mar dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 06 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 612/X;

Assunto: [Redução e substituição das importações na área das pescas](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 06 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 613/X;

Assunto: [Implementação de sistemas de aquicultura para espécies endémicas dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 06 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 614/X;

Assunto: [Plano Regional para as alterações climáticas](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 06 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 615/X;

Assunto: [Fábrica da COFACO na ilha do Pico](#)

Autor: Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 07 – 05

Referência: 54.03.06 – N.º 616/X;

Assunto: [Projeto de intervenção no Porto Novo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 07 – 07

Referência: 54.07.09 – N.º 617/X;

Assunto: [Estudo que evidencie as vantagens competitivas de uma estratégia comercial que associe a produção em pastagem de carne de bovino na Graciosa, Flores e Corvo com a classificação Reserva da Biosfera atribuída pela UNESCO a estas ilhas II.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 07 – 07

Referência: 54.07.00 – N.º 618/X;

Assunto: [Funcionários Públicos Requisitados](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2016 – 07 – 08

Referência: 54.06.00 – N.º 619/X.

8 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [A SATA e o Projeto RISE: Qual o nível do equipamento a instalar?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 17

Referência: 54.03.00 – N.º 586/X;

Assunto: [Situação da via de acesso à Ferraria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 27

Referência: 54.03.02 – N.º 82/X;

Assunto: [Execução do Programa do XI Governo Regional dos Açores no contexto dos objetivos e medidas programadas no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 27

Referência: 54.07.03 – N.º 568/X;

Assunto: [Serviço de Suporte Imediato, SIV](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 07 – 04

Referência: 54.06.00 – N.º 575/X;

Assunto: [Serviço de Suporte Imediato de Vida na ilha do Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 07 – 07

Referência: 54.06.07 – N.º 563/X;

Assunto: [Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs da ilha São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 07 – 11

Referência: 54.01.05 – N.º 569X;

Assunto: [Assistentes Operacionais com funções de ação educativa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 07 – 11

Referência: 54.03.00 – N.º 571/X;

Assunto: [Zonas balneares extintas nos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 07 – 11

Referência: 54.07.00 – N.º 576/X;

Assunto: [Serviço de Saúde na ilha do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 07 – 11

Referência: 54.03.06 – N.º 578/X.

9 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Protesto - Pela situação a que se assiste e que atenta contra princípios elementares da Democracia e do Estado de Direito e apela para que, nos termos previstos na legislação da República de Angola, a tramitação do processo obedeça aos princípios fundadores do Estado de Direito, incluindo o direito de oposição, por meios pacíficos, às autoridades constituídas

Proveniência: A chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, Joana Gomes da Silva”

Data de Entrada: 2016 – 06 – 13;

Assunto: Ofício a solicitar a retirada do Projeto de Resolução n.º 124/X - Curso para obtenção de carta de navegador de recreio

Proveniência: O Deputado do PPM, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2016 – 06 – 22;

Assunto: Ofício a solicitar a retirada do Projeto de Resolução n.º 161/X - Recomenda ao Governo Regional que assegure, de forma urgente, a contratação, em regime de prestação de serviços, de um médico veterinário para exercer funções na ilha do Corvo

Proveniência: O Deputado do PPM, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2016 – 06 – 22;

Assunto: Carta de S.E. o Presidente da Assembleia da República - 40 Anos das Eleições Legislativas Regionais de 27 de janeiro de 1976

Proveniência: O Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues

Data de Entrada: 2016 – 06 – 27;

Assunto: Promulgação de 4 Diplomas do Governo e 1 Decreto da Assembleia da República

Proveniência: Assessor do Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 07 – 01;

Assunto: Ofício a cancelar a interpelação ao Governo Regional sobre "A situação do Setor da Pesca na Região"

Proveniência: Zuraida Soares, Representação Parlamentar do BE/Açores

Data de Entrada: 2016 – 07 – 07;

Assunto: Ofício a solicitar agendamento de perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da ALRRA - Requerimentos n.ºs 565/X - Atrasos no âmbito da comparticipação diária aos doentes deslocados II, n.º 570/X - Convenção da Autonomia e Seminário Internacional dos Poderes Regionais e n.º 576/X - Zonas balneares extintas nos Açores

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico

Data de Entrada: 2016 – 07 – 07;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Congratulação – 75 Anos da Rádio Pública nos Açores

Proveniência: A Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CDS-PP da Assembleia da República, Mariana Freire de Andrade

Data de Entrada: 2016 – 07 – 07;

Assunto: Email a comunicar que foi enviado à Comunicação Social a respeito da assinatura por S.E. o Representante da República, do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2016 - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores - Nota de Imprensa

Proveniência: O Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA, António de Almeida Costa Coelho

Data de Entrada: 2016 – 07 – 07;

Assunto: Email a remeter a discussão, e votação na especialidade, da Proposta de Lei n.º 186/XII/4.º - Altera a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos. (Anteposta de Lei n.º 10/X - Altera a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro.)

Proveniência: Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, descentralização, Poder Local e Habitação da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 07 – 08;

Assunto: Ofício a remeter remessa de relatórios aprovados

Proveniência: O Tribunal de Contas da Seção Regional dos Açores

Data de Entrada: 2016 – 07 – 08;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Congratulação – 75 anos da Rádio Pública nos Açores

Proveniência: O Chefe de Gabinete, Pedro Ramos do Partido Comunista Português da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 07 – 08.

10 – Relatórios:

Assunto: [Proposta de Lei n.º 21/XIII/1.ª \(ALRAM\) - Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro - obrigação de prestação de serviços de transporte marítimo para as regiões autónomas durante a greve - n.º 289-AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 06 – 23;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 222/2016, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 90/2012, de 11 de abril, transpondo a Diretiva n.º 2014/99/UE da Comissão de 21 de outubro de 2014, que altera, tendo em vista a adaptação ao progresso técnico, a Diretiva n.º 2009/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de outubro de 2009, relativa à fase II da recuperação de vapores de gasolina durante o reabastecimento de veículos a motor nas estações de serviço – n.º 232/OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 07 – 01;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 71/X – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 07 – 08;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 72/X – Plano de Gestão de Riscos de Inundação da Região Autónoma dos Açores \(PGRIA\)](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 07 – 01;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 350/XIII/1.ª \(PS\) - Recomendações ao Governo no âmbito das negociações em curso do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento UE-EUA – TTIP – n.º 288-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 06 – 17;

Assunto: [Substituição Integral do Projeto de Resolução - Criação de um grupo de trabalho para avaliar e fiscalizar situações de abuso ao recurso de beneficiários dos programas de incentivo à empregabilidade para satisfação de necessidades permanentes de trabalho, nos órgãos de Administração Pública Autónoma e Autarquias \(BE\) – n.º 151/X](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 06 – 17;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 268/XIII/1.ª \(PEV\) – Ementa vegetariana nas cantinas públicas – n.º 296-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 07 – 08;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 70/X - Regime jurídico de Licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 07 – 01;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 148/XIII/1.ª \(PCP\) – Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem – n.º 276-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 07 – 08;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 154/XIII/1.ª \(BE\) – Estabelece o número máximo de alunos por turma e por docente da educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário – n.º 277-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 07 – 08;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 213/XIII/1.ª \(CDS-PP\) – Promoção do sucesso escolar através de um estratégico e adequado dimensionamento de turmas – n.º 278-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 07 – 08;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 216/XIII/1.ª \(PS\) – Recomenda ao Governo a progressiva redução do número de alunos por turma – n.º 279-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 07 – 08;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 217/XIII/1.ª \(BE\) – Medidas para a promoção do sucesso escolar – n.º 280-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 07 – 08;

Assunto: [Projeto de Lei - Cria a obrigatoriedade da indicação do país de origem na rotulagem no leite para consumo humano - n.º 243/XIII/1.ª \(PSD\) - n.º 283/X](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 17;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, o Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, e o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, transpondo as Diretivas n.ºs 2014/85/UE da Comissão, de 1 de julho, e](#)

[2015/653/UE da Comissão, de 24 de abril, que alteram os anexos I, II e III da Diretiva n.º 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, relativa à carta de condução - MPI \(Reg. DL23/2015\) – n.º 224-OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 17;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei – Estabelece as regras específicas aplicáveis à prestação de serviço público de transporte de passageiros flexível e regulamenta o artigo 34.º e seguintes do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho - MA - \(Reg. DL 140/2016\).– n.º 226-OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 20;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei – No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 131.º, pelos n.ºs 3 e 4 do artigo 140.ª, e pelos artigos 148.º a 150.º, 156.º, 166.º e 169.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, procede à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, ao Regime do IVA das Transações Intercomunitárias, ao Decreto-Lei n.º 185/86, de 14 de julho, ao Código Imposto do Selo, ao Código de Imposto Municipal sobre Imóveis e ao Código do Imposto Único de Circulação - MF - \(Reg. DL 114/2016\)"– n.º 228-OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 2

Assunto: Projeto de Decreto-Lei – No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 172.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, procede à alteração ao artigo 70.º do Estatuto do Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro - MF - (Reg. DL 196/2016) – n.º 229-OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 20;

Assunto: Projeto de Lei n.º 249/XIII/1.ª (PCP) – Altera o regime Jurídico do Serviço do Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho – n.º 286-AR

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 20;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que "Estabelece as regras específicas aplicáveis à prestação de serviço público de transporte de passageiros flexível e regulamenta o artigo 34.º e seguintes do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho - MA - (Reg. DL 140/2016)" – n.º 226-OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 20;

Assunto: Proposta de Lei n.º 23/XIII/1.ª (GOV) – Cria um regime de reembolso de impostos combustíveis para as empresas de transportes de mercadorias, alterando o Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho e o regime geral das inspeções tributárias aprovado pela Lei n.º 15/2011, de 5 de junho

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 20;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei – Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016 - MF - \(Reg. DL 225/2016\) – n.º 230-OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 21;

Assunto: [Relatório Acompanhamento do fim do regime de quotas leiteiras nos Açores](#)

Proveniência: Grupo de Trabalho Acompanhamento do fim do regime de quotas leiteiras nos Açores – Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 07 – 07;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei – No uso da autorização legislativa concedida pelos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 188.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, regula a troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade e prevê regras de comunicação e de diligência pelas instituições financeiras relativamente a contas financeiras, transpondo a Diretiva n.º 2014/107/UE, do Conselho, de 9 de dezembro de 2014, que altera a diretiva n.º 2011/16/UE – MF – \(Reg. DL 127/2016\) – n.º 231-OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 07 – 08;

Assunto: [Petição n.º 47/X - “Atualização da Remuneração Complementar”](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 07 – 08.

11 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 140 e 141.

A redatora, Ana Machado